

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Clediane Nascimento Santos

**O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS IDENTIDADES  
TERRITORIAIS COMO POSSIBILIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA  
NO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP**

Presidente Prudente  
2013



CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS

**O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS IDENTIDADES  
TERRITORIAIS COMO POSSIBILIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA  
NO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Custódio Cortez Thomaz.

Presidente Prudente  
2013

Santos, Clediane Nascimento.  
S234p O patrimônio cultural e as identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no município de Rosana/SP / Clediane Nascimento Santos. - Presidente Prudente: [s.n], 2013.  
179 f.

Orientador: Rosângela Custódio Cortez Thomaz  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Turismo no espaço rural. 2. Identidade territorial. 3. Patrimônio cultural. 4. Geografia. I. Thomaz, Rosângela Custódio Cortez. II. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. O patrimônio cultural e as identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no município de Rosana/SP.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP, Campus de Presidente Prudente.

**BANCA EXAMINADORA**



PROFA. DRA. ROSANGELA CUSTÓDIO CORTEZ THOMAZ  
ORIENTADORA



PROFA. DRA. ROSANGELA APARECIDA DE M. HESPANHOL  
(UNESP/FCT)



PROF. DR. MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI  
(UFMS)



CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS

Presidente Prudente (SP), 18 de outubro de 2013.

RESULTADO: APROVADA

## DEDICATÓRIA

*In Memoriam à Balduina do Nascimento Santos*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estudar fora, obrigado, pois me conduziu e providenciou o necessário para a conclusão desta dissertação.

Agradeço a minha família e parentes pelo apoio, especialmente ao meu pai Antonio, a minha irmã Ana Claudia, meu cunhado Manoel, ao meu irmão Antoniel e meu sobrinho e afilhado Rafael.

A família de meus tios que me acolheram sempre de braços abertos, na pessoa de Marieta, Antonio Moreira, Alex e Liliane, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao meu namorado Lindomar que me incentivou nesta caminhada.

Agradeço aos parentes e amigos pelos momentos de escuta e desabafo.

Agradeço a amizade da Mariana Cristina Souza, Mariana Fernandes, a Lara, a Raquel, a dona Marta, obrigada pela companhia, por suportar minhas crises e meus problemas.

Agradeço as amigas que fiz durante essa caminhada aqui em Presidente Prudente, viu José Dourado, foi bom ter lhe conhecido.

A família que ganhei em Primavera: Josefa, Elias, Maryane, Neide, Alzemira e Denise; Glaciele e família, meus sinceros agradecimentos a vocês.

Agradeço aos funcionários e professores da UNESP, Campus de Presidente Prudente e de Rosana.

Agradeço as pessoas que cederam gentilmente as entrevistas e ao ITESP, pois as informações adquiridas foram imprescindíveis para a concretização desse trabalho. Obrigada.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo apoio financeiro para que a pesquisa fosse desenvolvida.

Meus agradecimentos a família da Profa. Rosangela Thomaz, pois me acolheu em sua casa, e em especial agradeço o apoio do Prof. Antonio Thomaz Jr. que me aceitou em seus trabalhos de campo.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Milton Mariani que humanamente abraçou este trabalho como “nosso”. Sou carinhosamente grata a ti.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Rosângela pelo período de convivência e aprendizagem, obrigada pela troca de experiência e pela orientação, em mais um trabalho.

## **RESUMO**

A abordagem sobre a cultura popular no espaço rural de Rosana/SP, localizado na região do Pontal do Paranapanema, diz respeito à relevância da identidade territorial e do patrimônio cultural como fator importante no processo de desenvolvimento territorial por meio do turismo no espaço rural. Consiste em considerar a cultura importante para o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas. Propõe - se a compreender o significado da identidade territorial e do patrimônio cultural no espaço rural de acordo com a visão dos envolvidos com a temática e identificar as medidas que contribuem para sua valorização. Por meio de pesquisa descritiva e exploratória e com estudo da literatura pertinente e mediante o uso de entrevistas semiestruturadas, com roteiro elaborado previamente e com questões em aberto, pois este tipo de entrevista possibilita mais flexibilidade à pesquisadora em inserir questões sobre aspectos importantes surgidas no ato da entrevista, e que não tenha sido contemplada no roteiro. Os atores sociais são os órgãos públicos e entidades relacionadas ao tema. Os dados coletados foram interpretados seguindo a bibliografia pesquisada e para analisar as manifestações culturais foi utilizado o formulário de inventariação turística do Ministério do Turismo (2006). Constatou que os entrevistados consideram a cultura como relevante para o desenvolvimento local. Observou-se que a valorização do patrimônio imaterial por meio da prática do turismo é de grande valia para a comunidade deste município, resgatando a história de vida, seus saberes e costumes, fortalecendo a sua autoestima e possibilitando agregar renda.

**Palavras – chave:** Assentamentos Rurais. Cultura. Identidade Territorial. Patrimônio Cultural. Turismo no Espaço Rural.

## **ABSTRACT**

The approach about popular culture at the rural area of Rosana/SP, located at Pontal Paranapanema, concerns the importance of territorial identity and cultural heritage as a relevant factor in the process of social construction. It is important to consider the culture for social and economic development of the communities involved. It proposes to understand the significance of territorial identity and cultural heritage in rural areas according to the vision of those involved with the theme and identify the measures that contribute to their realization. Through descriptive and exploratory research and with the study of literature and by using semi-structured interviews with a pre-prepared script and open issues, because this type of interview allows more flexibility for the researcher to insert a question on some important aspect that emerged during the interview which has not been contemplated in the script. The social actors are public organizations and entities related to the theme. The data collected was interpreted by following the bibliography searched and in order to analyze the cultural manifestation was used the touristic inventory form from the Ministry of Tourism (2006). It was found that respondents consider culture as relevant to local development. It was observed that the valuation of intangible heritage through tourism practice is of great value to the community of this city, rescuing the history of life, their customs and knowledge, strengthening their self-esteem and enabling aggregate income.

**Keywords:** Rural Settlements. Culture. Territorial Identity. Cultural Heritage. Tourism at Rural Areas.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município de Rosana/SP .....	54
Figura 2- Mapa de localização dos assentamentos rurais do município de Rosana/SP. ....	57
Figura 3 - Planta do assentamento Gleba XV de Novembro.....	60
Figura 4 - Centro Comunitário Setor I.....	63
Figura 5 - Centro Comunitário Setor II .....	64
Figura 6 - Centro Comunitário Setor III.....	65
Figura 7 - Planta do assentamento Nova Pontal .....	67
Figura 8 - Assentamento Nova Pontal.....	68
Figura 9 - Principais atrativos e recursos do município de Rosana/SP .....	73
Figura 10 - Roteiros do Circuito Oeste Rios .....	94
Figura 11 - Tenda montada para a Roda de Viola.....	103
Figura 12 - Prêmios .....	104
Figura 13 - Instrumentos musicais .....	107
Figura 14 - Visita da Folia de Reis .....	108
Figura 15 - Bastiões da Folia de Reis .....	109
Figura 16 - Bandeira da Folia de Reis .....	110
Figura 17 - Capela da Folia de Reis .....	114
Figura 18 - Espacialização interna do Museu de Memória Regional.....	125

## **LISTA DE GRÁFICO**

Gráfico 1 - Visitas do Museu de Memória Regional.....	127
Gráfico 2- Visitas da UHE Eng. Sérgio Motta de 2009 - 2012.....	134

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Patrimônio cultural e ambiental .....	129
Quadro 2 - Turismo no espaço rural e patrimônio cultural .....	131
Quadro 3 - Usina e patrimônio cultural .....	136
Quadro 4 - Usina e visita aos assentamentos rurais .....	137
Quadro 5 - Proposta de Roteirização com pernoite .....	139

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO 1 - PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE, TURISMO E TERRITÓRIO .....	15
1.1 Patrimônio e Preservação .....	15
1.1.1 Patrimônio .....	15
1.1.2 Preservação.....	19
1.2 Cultura e Identidade.....	25
1.3 Turismo e Território .....	29
1.3.1 Turismo no Espaço Rural – TER.....	29
1.3.2 Território e o uso turístico .....	34
CAPITULO 2 – PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....	43
2.1 Procedimentos da Coleta de dados .....	46
2.2 Trabalho de campo .....	46
2.2.1 Observação .....	47
2.2.2 Modelo de Entrevista – Apêndices de A - G.....	47
2.2.3 Modelo de Formulário – Anexo A .....	49
2.3 Análise e Interpretação dos dados .....	50
2.4 Caracterização do Município de Rosana/SP.....	53
2.4.1 Assentamento Gleba XV de Novembro .....	59
2.4.2 Assentamento Nova Pontal.....	65
CAPITULO 3 – O DESPERTAR DE UM PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTUDO DE CASO SOBRE OS ASSENTAMENTOS GLEBA XV DE NOVEMBRO E NOVA PONTAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP.....	69
3.1 Resultados das análises das entrevistas como campo de possibilidades para o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural – TER dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana/SP.....	74
3.1.1 O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Pontal do Paranapanema.....	75
3.1.2 Gestão Pública Municipal de Rosana/SP e o Turismo .....	82
3.1.3 O SEBRAE e o Circuito Turístico Oeste Rios .....	89
3.1.4 O Projeto Guri .....	96
3.1.5 A Roda de Viola .....	99
3.1.6 A Folia de Reis .....	105
3.1.7 O Museu de Memória Regional .....	123
3.1.8 A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta .....	132
CAPITULO 4 – DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO PATRIMONIO CULTURAL E DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS POR MEIO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP .....	141
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	151
6. REFERÊNCIAS .....	155
APÊNDICE A – MODELO DE ENTREVISTA - PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA .....	163

APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA - DIVISÃO MUNICIPAL DE TURISMO, EVENTOS E CULTURA.....	164
APÊNDICE C – MODELO DE ENTREVISTA SOBRE CIRCUITO OESTE RIOS – SEBRAE PRESIDENTE PRUDENTE.....	165
APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA - PROJETO GURI.....	166
APÊNDICE E – MODELO DE ENTREVISTA – MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: RODA DE VIOLA E FOLIA DE REIS.....	167
APÊNDICE F – MODELO DE ENTREVISTA - MUSEU DE MEMÓRIA REGIONAL .....	168
APÊNDICE G – MODELO DE ENTREVISTA – USINA HIDRELETRICA ENG. SÉRGIO MOTTA .....	169
ANEXO A- FORMULÁRIO DE INVENTÁRIO DOS ATRATIVOS CULTURAIS ....	170

## 1 INTRODUÇÃO

O Turismo é uma atividade complexa, pois envolve vários elementos. Assim, pensar no turismo é refletir sobre todos os elementos indispensáveis para o desenvolvimento da atividade.

A cultura por meio do patrimônio cultural e as identidades territoriais são importantes para o turismo e pode ser uma das motivações que levam as pessoas a se deslocarem em busca do conhecimento, de entender outras realidades, de vivenciar novas experiências. Assim, o patrimônio cultural e as identidades são partes integrantes do turismo, não dá para falar de turismo sem olhar estes aspectos, já que o turismo se apropria destes elementos como recurso para encantar o visitante no lugar turístico. Isso será percebido quando este frequentar um restaurante, quando for recepcionado pelo guia local, quando for desfrutar dos atrativos. Então, o contato com a comunidade local sempre acontecerá e a partir daí inicia-se o processo de interação e envolvimento com a comunidade, com a sua cultura representado pelo seu patrimônio cultural material ou imaterial.

Assim, o objeto de estudo deste trabalho é o município de Rosana/SP e dois de seus assentamentos rurais: Gleba XV de Novembro e Nova Pontal. Estes assentamentos foram selecionados, respectivamente, em virtude que as principais identidade territoriais e patrimoniais identificadas em meu trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2009 estão neste assentamento; e o Nova Pontal por ser o mais adequado em questão de infraestrutura para um possível turismo no espaço rural conforme fora verificado por Luciana Carneiro no ano de 2007, neste diagnóstico Carneiro destaca os elementos paisagísticos e culturais como recurso para o desenvolvimento turístico de roteiros de visitação.

O objetivo da pesquisa é analisar o patrimônio cultural e as identidades territoriais nos assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova Pontal, do município de Rosana/SP, como campo de possibilidade para o desenvolvimento da atividade turística. Para isso os objetivos específicos são: 1- investigar como está organizada a gestão pública local para a cultura popular por meio de seu patrimônio cultural e as identidades territoriais localizadas nos assentamentos em questão; 2- descrever as políticas culturais, com foco no patrimônio cultural e as identidades territoriais, elaboradas no município e no âmbito federal; 3- inventariar o patrimônio cultural de acordo com a ficha disponibilizada pelo Ministério do Turismo (INVTUR); 4- Verificar no contexto municipal, regional e federal o patrimônio cultural e as identidades como possibilidade para o desenvolvimento do turismo no espaço

rural; 5- Criar diretrizes como possibilidade de implantação do turismo no espaço rural dos assentamentos deste município.

Assim, os assentamentos rurais de Rosana/SP que são objetos deste estudo, serão analisados por meio da ciência geográfica, onde é possível estudar o patrimônio cultural, as identidades territoriais, naturais e técnico-científicos e sua relação com a comunidade. Desta forma, pode-se compreender qual a importância do turismo como possibilidade para contribuir de desenvolvimento turístico.

Partindo da importância do espaço rural para o território brasileiro foi criado o Programa Federal Territórios da Cidadania com o propósito de superar a pobreza e a gerar trabalho e renda para o pequeno produtor, por meio de inclusão produtiva dessas populações, acesso a programas básicos de cidadania, entre outros.

Também, justifica-se a presença deste Programa Federal no Pontal do Paranapanema, partindo-se do reconhecimento de que a melhoria na qualidade de vida das pessoas deste território, só será eficaz mediante a valorização dessas comunidades.

Por fim, estudo de caso é um caminho no qual se entrecruzam a história, o patrimônio cultural, as identidades territoriais, o território, que são pertinentes pra o desenvolvimento turístico.

Percebendo o potencial inerente a esse Programa Federal, que atrelado a potencialidade desses assentamentos rurais, por meio do interesse da comunidade local e as diversidades geográfica, social, cultural e ambiental da área em questão, este se configura um campo de possibilidade para o desenvolvimento do turismo no espaço rural dos assentamentos selecionados de Rosana/SP. Claro, que isso, muito depende da interlocução e articulação entre os seus diferentes sujeitos: produtores rurais, Estado, instituições privadas e comunidade local.

A existência de recursos naturais, técnico-científicos e paisagísticos, em conjunto com a diversidade das características turísticas e rurais do Oeste Paulista, nos instigou a refletir e propor ação que contribuísse com a discussão sobre as possibilidades de interiorização da atividade turística e, principalmente, as perspectivas dela nas condições de vida das famílias rurais assentadas, diminuindo o êxodo rural, elevando a autoestima do homem do campo, por meio de novas oportunidades de trabalho (THOMAZ, 2007).

Por isso, entendo a complexidade da atividade turística que o resultado final deste trabalho é apontar diretrizes como possibilidade para o desenvolvimento turístico responsável deste município que leve em consideração o seu patrimônio cultural e suas identidades territoriais.

Para iniciar a discussão, trataremos sobre a questão do patrimônio, cultura, identidade, turismo e território, como possibilidade de agregar inúmeras ações que visam políticas de desenvolvimento turístico para os assentamentos do município de Rosana/SP ou dos usos turísticos deste território por meio do patrimônio cultural e da identidade.



## **CAPITULO 1 - PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE, TURISMO E TERRITÓRIO**

### **1.1 Patrimônio e Preservação**

#### 1.1.1 Patrimônio

Podemos notar que, segundo Thomaz (2010, p.38) a própria vivência do ser humano vem gerando ao longo do tempo, uma herança, que pode ser material ou imaterial, representada em diversas formas, tais como: pensamentos, sensibilidades, costumes, formas construtivas, manifestações artísticas. “Essa herança está indissolúvelmente ligada ao território em que ocorre, portanto, causa uma enorme variedade e riqueza de respostas humanas”. Nesse sentido, o patrimônio marca a existência humana e demarca o seu espaço, caracterizando - o como um território com sua própria especificidade, com diferentes usos e tramas que o diferencia de outros lugares.

Para Françoise Choay, a palavra patrimônio, na sua acepção original, está relacionada à herança dos pais aos seus filhos, a estruturas econômicas e jurídicas de uma sociedade. Contudo, foi utilizada e retratada por outros adjetivos tais como: genético, natural, histórico, no qual já não figura apenas com o sentido dada em sua origem. Dessa forma, o emprego em seu sentido semântico, por sua vez não contempla o monumento histórico. Nesse intuito, o patrimônio histórico representa um bem de uma comunidade, no qual pode ser: “obras, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos” (CHOAY, 2001, p.11).

Segundo Barreto (2003), a palavra patrimônio comporta vários significados, sendo o mais comum a sua relação com os bens que um indivíduo ou uma instituição possui. Também compreende aos bens que um território tem em sua delimitação espacial e administrativa. Assim, há patrimônio nacional e patrimônio internacional da humanidade, isso vai depender da limitação geográfica no qual o patrimônio está inserido, bem como demonstra a possibilidade de recorte que se pode fazer ao patrimônio estudado.

De acordo com Camargo (2002, p.95-96), há dois conceitos de patrimônio: um clássico e outro contemporâneo. O conceito clássico de patrimônio é aquele que faz referência aos “bens culturais ou aos monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional (identidade homogênea e unitária)”, que está relacionado às origens e tradições portuguesas em território brasileiro, ao patrimônio “barroco-colonial (barroco-escravista) e modernista (barroco-modernista)”, que aponta para os dados oficiais, ao passado remoto e

conservador. Ele representa uma cultura erudita, produzida pela elite e para a elite, com a exclusão dos elementos do cotidiano.

O conceito de cultura não é apenas o erudito, envolve todas as classes sociais, bem como sua produção, podendo ser o patrimônio oficial ou fragmento da memória coletiva de uma determinada comunidade (CAMARGO, 2002).

Na realidade, se verificarmos a origem da palavra patrimônio, veremos que sua etimologia é de origem latina, que quer dizer:

[...] *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família. A semelhança dos termos – *pater*, *patrimonium*, *família* – porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *família* compreendia tudo que estava sob o domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.10-11).

Essa consideração de patrimônio, estritamente relacionado a propriedade era comum no mundo romano, entre a aristocracia, pois eram eles os detentores de posse e poder, dessa forma eram eles quem determinavam o que podia e o que não se podia. A maior parte da população romana não tinha propriedade, e, portanto não possuía patrimônio. Essa visão aristocrática e privada era cultivado pela elite romana e totalmente patriarcal, não havia nesse período o entendimento de patrimônio público. A presença do Estado representava os próprios patriarcas aristocratas romanos, ou seja, os pais de família. Eram eles que tinham posses e por isso podiam adquirir e colecionar objetos de arte em suas casas. Assim, a etimologia latina de patrimônio alude ao modo romano e aristocrático de conceber a propriedade individual e privada (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Por outro lado, o patrimônio só começou a tomar a dimensão que tem na atualidade, com o surgimento dos Estados nacionais “comprometido com a idéia de que a nação tinha um passado e que era preciso salvá-lo do esquecimento”, dessa forma temos um leque de possibilidades a partir da palavra patrimônio, desde bem cultural, natural ou biológico (ABREU, 2009, p. 45).

Essa mudança em relação ao patrimônio e seu uso, só foi firmado após a Convenção de proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972 pela Assembleia Geral da Unesco, o qual possibilitou a mundialização das práticas patrimoniais. Com o texto da Convenção foi estabelecido o conceito universal de patrimônio cultural em referência ao

monumento histórico, no qual seria o “conjunto de edifícios, sítios arqueológicos” ou conjunto de bens que apresentem um valor universal singular para a “história da arte ou da ciência”. Dessa forma, estava referendado “a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema”. Além disso, a Convenção criou várias obrigações referentes ao patrimônio cultural e princípios quanto a sua “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1972, p. 2-3; CHOAY, 2001, p.208).

Se o patrimônio faz alusão à propriedade deixada como herança, nesse conceito não se cita a cultura, como legado, entende-se aos bens materializados, mas se acrescentar a cultura temos que o patrimônio é “um produto da cultura, o que é herdado e transmitido de geração para geração”, não esquecendo a indivisibilidade da cultura na dimensão social dos indivíduos (NEVES, 2003, p.50-51).

Para Aguirre (1997 apud MARTINS, 2003, p.45), a transformação de um bem em patrimônio justifica-se por se tratar de uma “tomada de consciência social de um grupo com referência a alguma ou a algumas manifestações culturais próprias”. Partindo desse pressuposto, qualquer bem pode ser transformado em patrimônio, desde que seja representativa de uma identidade, tradição de uma determinada comunidade. Para este mesmo autor, no patrimônio estão representados “as tradições, os costumes, os modos de ser e de viver”, bem como seu produto materializado nas “técnicas, artefatos, etc., nos quais estão os testemunhos reais, palpáveis, das mais diversas culturas”.

Nesse sentido, o patrimônio é de suma importância para a sociedade. Se partirmos dessa visão ampla de patrimônio podemos afirmar que toda a sociedade tem seu patrimônio que representa seus aspectos sociais, econômicos, suas tradições, seus costumes, etc. Contudo, vale ressaltar, que da mesma forma que todas as sociedades têm seu patrimônio, o cuidado e o zelo com este patrimônio não é o mesmo entre elas.

Para Martins (2006), o patrimônio serve de fundamento para se compreender os aspectos sociais, históricos, econômicos e por isso seu estudo e sua existência contribui para entender os problemas que ocorrem nessas sociedades e sua provável solução. Nesse contexto o autor conclui que o patrimônio, nada mais é do que o patrimônio humano, produzido por uma comunidade, independente de classe social.

Para Canclini (2006, p. 195), o patrimônio ainda que “sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos”, já que o patrimônio cultural apresenta conflitualidade, ele pode ser entendido como lugar de disputa,

pois é um recurso de reprodução das diferenças entre os grupos sociais e dos indivíduos que tem acesso privilegiado à produção e à distribuição dos bens.

Para Ballart Hernández (2010), patrimônio está associado a valores que um indivíduo ou um grupo tem sobre um determinado bem, no qual é transmitido do passado para as gerações do futuro, no qual:

Si como hemos visto la idea de patrimonio se asocia a cosa de valor y al mismo tiempo comprendemos que este valor sirve para establecer algun tipo de vinculo entre individuos, es decir, que genera un nexo entre transmissor y receptor, podemos resumir diciendo, al menos, que patrimonio es un activo valioso que transcurre del pasado al futuro relacionando a las distintas generaciones (BALLART HERNÁNDEZ, 2010, p.12).

Até a primeira metade do século XX, o patrimônio cultural era constituído apenas pelas obras monumentais, mas com a ampliação do conceito, foram incorporados os bens intangíveis, como fonte de memória e identidade de uma comunidade, e dessa forma, tem igual direito a leis que garantam a sua existência. Mediante a isso, fica salvaguardada por meios legais, os “hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade” (BARRETO, 2003, p.11).

Thomaz (2010) em sua reflexão sobre patrimônio cultural, o identifica como uma junção de bens materiais e imateriais, no qual,

O Patrimônio Cultural é um conjunto de valores tangíveis e intangíveis que se têm conservado até nossos dias e que se identificam com um grupo humano. Um patrimônio, que vai desde o próprio meio natural ao artístico, passando pelo histórico, etnológico, documental e, mesmo, pelas formas do pensamento. É, portanto, fruto da natureza e da ação do homem, pelo qual se constitui como elo das sociedades antecedentes, que nós temos a responsabilidade de não só recuperar, conservar e transmitir senão também de acrescentar as contribuições de nosso tempo (THOMAZ, 2010, p. 38).

O patrimônio cultural é “em grande escala o feito humano atrelado a um contexto”, pois o ser humano ocupa e utiliza o espaço de modo a garantir a sua sobrevivência, e nesse uso, modifica o espaço geográfico, interferindo na paisagem natural, e incorporando elemento simbólico e material a este espaço, a isso pode ser denominada de patrimônio cultural (MARTINS, 2006, p.42).

Conforme Boham (1974 apud PELEGRINI, 2009, p. 25), a cultura ou o patrimônio cultural:

[...] conjuga representações da memória social, divididos em três grandes grupos. O primeiro deles refere-se ao meio ambiente. O segundo engloba a produção intelectual humana armazenada ao longo da história. O último agrega os bens culturais resultantes do processo de sobrevivência humana. [...].

Para a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, o patrimônio cultural são as obras de seus artistas, arquitetos, músicos e escritores, bem como as criações anônimas de cunho popular e o conjunto de valores que dão sentidos à vida. Portanto, as obras materiais e não materiais que expressam o patrimônio cultural são: a língua, os ritos, as crenças, os lugares, os monumentos históricos, as obras de arte, arquivos e bibliotecas de cada comunidade (ONU, 1985).

Por mais que nos dias atuais haja uma valorização dos aspectos culturais, é ao mesmo tempo, uma questão contraditória, já que há cartas, referendos, princípios, leis que regem a preservação do patrimônio, mas nos deparamos com desrespeito a cultura, ao patrimônio. Por isso, salienta a autora ao dizer:

*O patrimônio está morto. Viva o patrimônio!* Parece ser esta a idéia subliminar à recente expansão do interesse pelas questões patrimoniais. A “morte” do patrimônio pode ter ocorrido, paradoxalmente, pela modernidade que o inventou e depois lhe roubou os sentidos. O apelo às novidades, a velocidade, a abertura para o futuro, a condenação de um passado visto como arcaico, em lugar de precursor do presente, tudo isso parece ter tornado o não moderno ou o não mais funcional em algo descartável, destrutível ou desprezível. Entretanto, nos tempos que correm, a diversidade do mundo natural e a diversidade cultural sobre as quais tradicionalmente instituímos nossa reprodução, produção e identidades estão, para dizer o mínimo, ameaçadas (SERRANO, 2007, p.9, grifo do autor).

Para se proteger do avanço cada vez mais rápido do capitalismo e suas transformações, é necessário criar mecanismos cada vez mais incisivos que permitam a salvaguarda e a preservação do patrimônio, especialmente o imaterial.

### 1.1.2 Preservação

O conceito de patrimônio que temos na atualidade surgiu com a formação do Estado republicano francês em 1789, pois era um estado nacional que não se falava diversas línguas, sendo de origem gaulesa ou romana. Dessa forma, a destruição do regime monárquico possibilitou a difusão de uma língua nacional, o povo aprendia sobre suas origens, compartilhando os mesmos valores e costumes, território e uma cultura. Assim

surgia o sentimento de pertencimento a uma nação e igualmente a valorização de tudo aquilo que fazia parte deste território, neste caso o patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Com o fim da monarquia, os bens que eram das famílias que detinham poder, as propriedades do clero e da igreja, além dos bens e propriedades dos aristocratas que eram emigrantes que fugiram da França no período da Revolução, passaram todos ao poder do Estado, e assim, o Estado passou a compor um patrimônio, o qual devia zelar (CAMARGO, 2002).

Com a criação dos bens nacionais franceses, inicia-se a preocupação pelo seu uso e preservação, pois em 1794 o Estado nacional francês é obrigado a tomar medidas para conter as ondas de vandalismo que acometiam os bens. Utiliza-se o termo vandalismo para descrever as ações dos malfetores que andavam a depredar o bem, expondo nos relatórios para a Convenção Nacional a péssima situação dos bens e solicitando ações de preservação (CAMARGO, 2002).

O Estado francês percebeu que mediante a concepção do patrimônio público, também seria necessário à elaboração de política para preservá-lo. Nesse contexto, surgem questionamentos referentes ao acautelamento que os bens deveriam ter, no caso francês, especificamente pelo “custo de sua manutenção, pela inadequação aos usos e pela paralização de projetos urbanos”. Com isso, a preocupação não era somente com a proteção ao patrimônio, mas também com os grandes projetos urbanísticos, e a necessidade de inovação (CHOAY, 2001, p.15).

Numa perspectiva histórica, a preservação do patrimônio tem como referência a Revolução Francesa, com a concepção de um modelo de preservação conduzido como política de Estado, contudo, só ganhou repercussão sessenta anos depois da queda da Bastilha, e foi implantado no Brasil a partir de 1930 (CAMARGO, 2002).

A partir do exemplo francês, os estados nacionais modernos passaram a se preocupar com o seu patrimônio. O patrimônio como um conjunto de bens de uma nação passa a ser entendido de acordo com duas diferentes tradições: o direito romano e o consuetudinário ou anglo-saxão. Essas duas tradições legais é que culminaram em divergentes formas de preservar o patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Países que adotaram o direito consuetudinário, a proteção do patrimônio nacional ficou limitada as propriedades públicas, como por exemplo, os Estados Unidos, que criou um catálogo dos bens de interesse histórico. Dessa forma, no direito consuetudinário anglo-saxão a limitação ao direito de propriedade era mais brando. Já na tradição latina, de tradição romana, a propriedade privada estava sujeita a restrições com base no direito do

coletivo, como por exemplo, o Brasil, voltado mais para a preservação do patrimônio nacional como um todo (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Segundo Gonçalves (2007), antes do século XX eram poucas as referências à proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Só a partir da criação e institucionalização de um órgão, que foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este veio a firmar a necessidade de zelar pelo patrimônio, tanto no meio político quanto perante a sociedade.

Devemos ressaltar que a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, são recentes, a partir do século XX, e foram consolidadas após a UNESCO reconhecer alguns bens culturais latino americanos como patrimônio da humanidade. Dessa forma, a política de preservação no Brasil só se tornou efetiva há pouco tempo (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Mediante essa realidade brasileira ao qual o patrimônio está imerso é de se questionar o fato do país possuir patrimônios ricos e diversos, mas que não dispõe de leis que assegure a sua sobrevivência. Ainda há muito a ser feito, pois se as medidas de preservação do patrimônio tangível passam despercebidas, igualmente ou mais acentuada se dá em relação ao patrimônio imaterial, que sua preservação é mais complexa do que o tangível.

Para Chagas (2009), a preservação do patrimônio cultural requer saber o valor do bem e o perigo que o mesmo corre caso não haja uma intervenção nele. Por isso, preservar significa valorizar o bem a que se deseja preservar e, ao mesmo tempo, em que se tem consciência de que aquele bem é importante para a vida social.

Segundo Barretos (2003), preservar significa tentar de todas as formas, elaborar medidas que venha “proteger, resguardar” para que nada possa prejudicar o bem. Isso distingue - se de conservar que é a idéia de manutenção, de guardar, para se manter por mais tempo.

De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), a finalidade da conservação é “preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação”. Já a preservação, no artigo décimo primeiro desta Carta, diz respeito a casos em que “a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma”. Dessa forma, a conservação dá o sentido de dinamicidade, já a preservação é algo mais estático, deixar no estado em que está

sem intervenção (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1980, p.2-3).

O artigo décimo terceiro relata sobre a restauração que também é outra técnica empregada em patrimônio. A restauração só poderá ser executada, se existir informações precisas sobre o bem quando ainda mantinha as características físicas perfeitas, e se o restauro vier a contribuir significativamente para a valorização cultural do mesmo, e se houver recurso financeiro para isso, caso contrário, recomenda-se a não iniciar o restauro (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1980).

Para Kühn (2008), algumas observações devem ser efetuadas a cargo de distinguir bem a finalidade de uma preservação, conservação e restauro. No Brasil, Itália e França a preservação é sinônimo de intervenção a título de manutenção, conservação e restauro, bem como o tombamento, e políticas de proteção da memória e educação patrimonial. Nos Estados Unidos, conservação está mais relacionado a bens móveis, enquanto preservação a bens imóveis.

Há algumas formas de preservação, nos quais as mais conhecidas são: o restauro, o registro, o inventário e o tombamento. Já foi mencionado sobre o restauro, agora podemos nos ater sobre o que seria o registro de um patrimônio.

O registro é um procedimento administrativo pelo qual o poder público reconhece, protege e inscreve em livro próprio como patrimônio cultural bens de natureza imaterial, com a finalidade de “continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e formação da sociedade brasileira”. A inserção do registro do patrimônio imaterial pode ser efetuada nos seguintes livros: Registro dos Saberes, no caso a ser aplicado aos modos de fazer; Registro das Celebrações, que engloba os rituais, as festas, que demonstram aspectos da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da vida social; Registro das Formas de Expressão, neste caso envolve as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Registro dos Lugares, podendo ser mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços que representam e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, p.1).

O inventário também consiste num procedimento administrativo no qual é possível efetuar o cadastro dos bens culturais. Dessa forma, tem a finalidade de “registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta” (BRASIL, 2004 apud BRASIL, 2006).



O tombamento é uma das formas mais conhecidas de preservação de um patrimônio. “Tombar é inscrever no livro do tomo, dando cadastramento e catalogação a bens que fazem parte de determinado acervo. Nos termos do Decreto-lei 25/1937” (REISEWITZ, 2004, p. 123).

Havendo o tombamento de um bem, ele passa a ser considerado como patrimônio histórico, artístico e paisagístico nacional. O bem tombado pela esfera federal, não impede que ele também o seja no âmbito estadual ou municipal. Também pode ser aplicado tanto em bens públicos quanto aos bens privados. Isso não interfere no processo de tombamento (REISEWITZ, 2004). A medida legal de tombamento também engloba a proteção a um de raio de 300 metros, no qual o bem está inserido (BARRETO, 2003).

As formas de preservação do patrimônio são importantes para se pensar em medidas que venham a salvaguardar o patrimônio imaterial dos assentamentos do município de Rosana/SP. Assim, o inventário ajudará no conhecimento do que se tem para se planejar sobre a realidade do patrimônio local. O tombamento ou o registro é uma medida de acautelamento para que não se perca um bem. Dessa forma, o acautelamento da Folia de Reis se faz necessário para que esta manifestação continue a existir.

Outra maneira de preservar um patrimônio pode ser por meio do reaproveitamento, se for um bem tangível, por empresas privadas, dessa forma, a empresa poderia contribuir com a manutenção dele. Para outros, esse tipo de prática tende a danificar o bem, contudo como ressalta a autora, o isolamento do patrimônio pode até contribuir para sua conservação, mas, de acordo com a realidade brasileira auferida, a preservação do patrimônio cultural, essa proteção torna “o equipamento com pouca utilidade social e nenhuma viabilidade financeira, que onera o poder público responsável. Assim, o patrimônio mantém sua aura, mas não se mantém” (BARRETO, 2003, p.16).

É uma questão contraditória, pois não há recursos financeiros para garantir a preservação, por isso, a conservação seria uma alternativa para esse problema, pois como salienta a autora, a preservação por si só leva a destruição do patrimônio, principalmente pela ausência de recursos financeiros e técnicos para o restauro, contudo, a “conservação é o que permite evitar a deterioração dos bens, ou seja, é o que permite proteger o bem dos efeitos do tempo. A idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo” (BARRETO, 2003, p.17).

Outra maneira de preservar o patrimônio é por meio da educação, no qual a orientação dada à população a cerca da importância de um bem, ajudaria, no sentido de criar sentimento de pertença e cuidado pelo patrimônio. Nesse sentido, a própria comunidade

contribuiria para a preservação e prolongamento do patrimônio. A educação é um caminho valioso que poderá contribuir para a transformação da mentalidade dos indivíduos.

A educação patrimonial, de acordo com Horta, é um processo permanente e sistemático, que permite o conhecimento individual quanto coletivo por meio de troca de experiências. Compreende também a apropriação, valorização e produção cultural. Possibilita a preservação do patrimônio e o “fortalecimento dos sentimentos de **identidade e cidadania**”. É um instrumento de “alfabetização cultural” no qual os indivíduos passam a compreender o “universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. A educação patrimonial eleva a autoestima dos indivíduos e da comunidade (HORTA, 1999, p. 6, grifo da autora).

Horta (1999, p. 36 apud PELEGRINI, 2009) aponta que a educação voltada ao patrimônio requer força conjunta de diversas áreas de atuação, pois os bens culturais necessitam de diversas explicações sobre o sentido do passado e da memória, que podem estar relacionados à política e à educação ambiental, ao direito e ao desenvolvimento tecnológico, industrial e social. Em suma, a educação patrimonial é uma ferramenta estratégica para a transmissão dos valores vinculados aos bens culturais.

Com base no exposto, podemos aferir que a realidade do município de Rosana/SP, poderia se utilizar da educação patrimonial como possibilidade de valorizar o seu patrimônio cultural e sua identidade territorial que envolve a Folia de Reis e a Roda de Viola no assentamento Gleba XV de Novembro.

Não há outro caminho para a valoração do patrimônio cultural e das identidades territoriais se não for por meio da prática educativa de sua população, seja ela efetivada nas escolas municipais, estaduais e particulares, ou seja, por meio de exposição com recursos áudio visual nos espaços públicos. Dessa forma, demonstrando a importância do patrimônio cultural e das identidades territoriais como bens associados à vida social e como possibilidade de desenvolvimento turístico local.

A educação patrimonial formal e informal constitui uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares. O objetivo da interdisciplinaridade centra-se na tentativa de superar a excessiva fragmentação e linearidade dos currículos escolares. A transversalidade, alcançada por meio de projetos temáticos, é um recurso pedagógico que visa auxiliar os alunos a compreender a sua realidade (PELEGRINI, 2009, p. 36).

Com a educação patrimonial, os beneficiados são a própria comunidade, que poderá aliar a prática turística, o seu patrimônio cultural e sua identidade territorial, não

porque é importante para o turista ver, mas porque é importante e faz parte da vida e da história de muitas pessoas que viveram e ajudaram a construir a cidade. Nessa perspectiva, Pelegrini enfatiza que:

A educação patrimonial na contemporaneidade vem adquirindo proeminência e apontando possibilidades de inclusão do cidadão e do desenvolvimento de economia locais por meio do turismo cultural e desenvolvimento sustentável, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de fraternidade entre os membros de distintas comunidades (PELEGRINI, 2009, p. 41).

A educação patrimonial incide em apresentar situações de aprendizado no que tange ao patrimônio cultural e as identidades territoriais, mas também deve refletir na realidade local, colaborando para resolução de problemas da própria vida, individual ou coletiva (HORTA, 1999). Por isso deve atuar em conjunto com a percepção da paisagem natural ou antrópica, contribuindo para o aprendizado teórico mais o prático.

## **1.2 Cultura e Identidade**

Valendo da importância da cultura e da diversidade cultural para o desenvolvimento das nações, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, Ciência e Cultura reforça que a diversidade cultural é uma característica de suma importância para a humanidade, por isso o seu patrimônio deve ser valorizado e cultivado em benefício de todos. Também salienta de que a diversidade cultural deve gerar um mundo variado que amplia as oportunidades de escolha das pessoas e que proporcione o desenvolvimento responsável das comunidades, povos e nações. Dessa forma, a cultura deve ser um elemento primordial das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, que tenha como objetivo a superação da pobreza. De forma sucinta, pode se dizer que a cultura aborda diversas formas, ela é dinâmica através do tempo e do espaço, representa múltiplas manifestações, em sua originalidade e pluralidade das diversas identidades, bem como representa as expressões culturais dos povos e das sociedades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

Assim, a cultura pode ser a porta de entrada para a criação de múltiplos territórios. É uma das formas mais belas do ser humano demonstrar suas criações, identidades, aprofundar seus costumes, guardar suas tradições. Transmitir saberes, conhecimentos, modos de vidas, entre outras coisas.

Para Thompson (1998), a cultura pode ser entendida como:

[...] um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das futuras e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

Segundo Claval (2007), a cultura se confunde com as construções das próprias sociedades, pois suas raízes estão imersas na história, a qual reúne e comunga os mesmos símbolos, alianças, os mesmos hábitos alimentares, vestimentas, entre outros elementos. Para este autor, cultura

É um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. “A cultura é herança e experiência” (CLAVAL, 2003, p.13)

Por sua vez, a cultura representada pela imaterialidade “refere-se a todos os valores, atitudes, crenças, normas e outros aspectos da cultura presentes nas mentes e nos corações de um grupo específico de pessoas. Esses elementos são importantes para fornecer a singularidade de cada cultura” (IGNARRA, 2003, p. 183).

Para garantir a sobrevivência do patrimônio cultural se faz necessário a criação de políticas que visem a sua valorização. Dessa forma, salienta a ONU (1985, p. 3) sobre as políticas culturais:

Tudo isso reclama políticas culturais que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o patrimônio cultural de cada povo, além de estabelecerem o mais absoluto respeito e apreço pelas minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado.

Outra questão que envolve a cultura é o conhecimento que se precisa ter sobre identidade, pois não adianta ter vários patrimônios num local, se a população não se reconhece neles. É necessário ter esse vínculo de pertencimento entre patrimônio e identidade.

A identidade faz parte da cultura e torna o patrimônio cultural mais próximo de uma comunidade. A identidade é aquilo que identifica um povo, como por exemplo, a Folia de Reis e a Roda de Viola.

Segundo Hall (2005), a identidade é algo inacabado, em constante construção.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2005, p. 38-39).

A ideia de identidade de Bauman é semelhante a de Hall, ao dizer que é um processo de escolhas, no qual o indivíduo é quem definirá sua identidade.

Sim, de fato, a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p.21-22).

Para as Nações Unidas, a identidade cultural é uma riqueza que possibilita a realização da humanidade, dos povos, salvaguardando seu passado e acolhendo as contribuições para o seu processo de criação e dinamização. Todas as culturas constitui-se patrimônio para suas comunidades. A identidade cultural representa diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições (ONU, 1985).

Nesse intuito, é necessário entender que identidade é um manancial de significado, de experiência, de valores, etc. de uma determinada comunidade. Sendo assim, a identidade é tudo aquilo que se refere a um povo, ou entre outras palavras constitui muitos elementos como veremos abaixo:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modo específico, pelos outros (CALHOUN 1994, p. 172 apud CASTELLS, 2001, p.22).

Para Giddens (1991 apud CASTELLS, 2001, p. 22-23) a identidade pode ser entendida como um processo de construção, cunhado de significado e de simbologia. A identidade pode ser coletiva, individual e plural. A pluralidade é vista por este autor como a fonte de tensão e contradição por representar uma ação individual quanto uma ação social. É a pluralidade que gerará o conflito, a resistência.

A identidade de resistência são criações de indivíduos que se encontram em situação desfavorecida, ou estigmatizada, estereotipada, prisioneiro de algum sistema dominador, no qual seu arcabouço é a criação de um sistema ou mecanismo diferente que lhe possibilite a sobrevivência por meio da resistência (CASTELLS, 2001).

Pensando na identidade do município de Rosana que os assentados deste município veem na atividade do turismo rural uma prática diferenciada de apropriação do espaço, como um campo de possibilidade que poderá contribuir para valorizar o seu patrimônio cultural e colaborar para a complementação da renda familiar.

Partindo de uma perspectiva, a inserção da atividade turística, tendo como fundamento o patrimônio cultural e natural, pode ser traduzida em recurso para o fomento da atividade, pois compreende um modo de vida distinto que mostra as condições de vida existentes no espaço rural. No caso de Rosana/SP isso é favorecido pela presença de elementos paisagísticos naturais, tais como o rio Paranapanema e rio Paraná, que moldam este território.

A partir das observações realizadas os assentamentos de Rosana, tais como: Gleba XV de Novembro e Nova Pontal, percebeu-se que o seu espaço sofreu algumas mudanças, tanto positivamente quanto negativamente. Positivamente, porque o espaço continua proporcionando aquela sensação de tranquilidade atrelada a áreas rurais, algumas conquistas em relação a produção; e negativamente, porque os problemas que as famílias tinham em vista da criação do assentamento permanecem, como por exemplo, o preço dos produtos, a sua distribuição, ausência de equipamentos culturais, entre outros.

As materializações do espaço não passam das atuações dos indivíduos que compõem a sociedade. Essas atuações é o que na maioria das vezes vão configurar na criação e destaque das identidades e na demarcação de territórios. Na realidade, de acordo com Castells (2001), as construções de identidades estão intrínsecas com aquilo que aprendemos por meio dos nossos antepassados, dados e informações que se preservaram ao longo do tempo, transmitido pelos avós, pais, instituições, por meio da geografia, da história, pela memória coletiva e individual, pelo escopo religioso, entre outros. Mas, cada sociedade utiliza e reutiliza de uma forma, no sentido de reestruturar e criar vínculos entre os indivíduos, a

ponto de se identificarem fortemente com as características sociais e culturais projetadas ao longo do tempo e do espaço.

A relação existente entre os elementos sociais e culturais são tão fortes que para uma comunidade, esses elementos são indissociáveis em toda a sua conjuntura, por isso, é preciso sublinhar que todas as identidades são igualmente importante para uma determinada sociedade, seja ela representante de território quilombola, indígena, camponesa, entre outros.

O patrimônio cultural pode representar a identidade de um determinado território, além de ser salvaguarda do seu passado, presente e futuro. Assim, o estudo do patrimônio cultural e das identidades territoriais nos assentamentos: Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana apontam para a possibilidade de desenvolver o turismo no espaço rural.

### **1.3 Turismo e Território**

#### **1.3.1 Turismo no Espaço Rural – TER**

O turismo, dentre todas as suas características, pode-se afirmar que tem como elemento substancial para sua efetivação, as peculiaridades de cada local, as identidades e o patrimônio cultural. Assim, os assentamentos rurais de Rosana/SP é um diferencial para o desenvolvimento da atividade turística. A dúvida é como se dará o entrelaçamento dessa singularidade, que leve em consideração a vida dos trabalhadores assentados, a geração de renda, emprego, auto-estima, valorização da identidade e do modo de vida do pequeno agricultor, pois nota-se que a relação entre turismo, o patrimônio cultural e as identidades territoriais é fecunda.

Há uma forte tendência para a visitação nos destinos de sol e de praia em virtude da concentração de infraestrutura para o turismo no litoral, com a presença de empreendimentos estrangeiros, mas, percebe-se que os bens patrimoniais podem colaborar para inverter essa lógica, contribuindo para disseminar o turismo em outros espaços, como por exemplo, o espaço rural.

A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa, também, benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do patrimônio que, muitas vezes, não podem ser assegurados pelos poderes

locais. Por outro lado, com frequência se reclama a utilização do patrimônio para fins turísticos para se fazer em face de um turismo massificado que ameaça as identidades locais (THOMAZ, 2010, p. 39).

Segundo Dias (2006), o turismo tem a virtude de expor a diversidade cultural, com ênfase na valorização e afirmação da identidade, dos valores, tradição e dos elementos paisagísticos locais. Da mesma forma, que também a atividade do turismo tem o poder de expropriar as comunidades quando não planejado e quando tem em vista apenas o aspecto econômico em detrimento dos aspectos sociais e do patrimônio cultural.

A transformação na estrutura da produção agropecuária propiciou o delineamento de um novo modelo produtivo rural, no qual o turismo é uma alternativa como provedor de recurso econômico em virtude de sua fácil adaptação dos recursos rurais em oferta turística. Assim, em meio à dificuldade enfrentada pelo agricultor familiar em manter-se no meio rural, o turismo surge como saída que poderá agregar valor ao que é produzido (THOMAZ, 2010).

Portuguez (2005) refletindo sobre os conceitos de turismo rural brasileiro, verificou que a razão para as dificuldades existentes em torno da conceituação está no amplo conjunto de aspectos que caracterizam essa modalidade de turismo. Assim, as diferenças existentes no rural brasileiro comportam diferentes tipologias de turismo.

Em cada configuração espacial, um arranjo de paisagens dará origem a distintos entendimentos da *ruralidade*, e desse modo, o turismo que lá for praticado terá aspectos próprios de acordo com a organização histórica, cultural e geográfica de cada lugar (PORTUGUEZ, 2005, p. 578).

Apesar das dificuldades em se estabelecer conceitos sobre o Turismo no Espaço Rural – TER e Turismo Rural – TR, no Brasil, nota-se que o Turismo Rural – TR é uma expressão genérica tanto para o Turismo no Espaço Rural quanto para o Turismo Rural, mas neste trabalho adotamos o TER, por ser mais abrangente, no qual adequa-se melhor a esta pesquisa, pois o TER é uma atividade que não se limita a própria modalidade, podendo abranger outros tipos de turismo como, por exemplo, o cultural, rural, de aventura, dentre outros, sendo que estas não se excluem, mas se complementam.

Joaquim (2001, p. 35) em seus estudos europeus sobre o turismo no espaço rural – TER, o conceitua como “um conjunto diversificado de atividades turísticas”, apresentando profundos contrastes, com diferentes conceitos de rural e as várias formas que o TER assume, no qual o “traço comum, no âmbito de situações tão contrastadas, é o espaço rural”.



Segundo Fernández (2008), o turismo rural - TR é percebido como reducionismo geralmente aceito, do turismo no espaço rural - TER, é mais abrangente, envolvendo diversos produtos no espaço rural.

Os modelos de implantação e desenvolvimento do turismo rural brasileiro apresenta dissemelhança entre Brasil e Portugal, a iniciar pelo conceito de turismo rural - TR, que no Brasil, tem um sentido mais abrangente, abarcando a “fruição de recursos rurais e atividades esportivas e ecológicas, bem como a dimensão relativamente intangível da cultura e modo de vida das comunidades rurais e/ou de montanha”. Nesse sentido, o turismo rural - TR brasileiro é por muitas vezes confundido com TER, ou seja, é utilizada a mesma tipologia como sinônimas. No caso português e de outros países europeus, a segmentação da oferta turística rural está mais evoluída com tipologias e classificação mais rigorosas, com delimitações entre TER e TR (SIRGADO, 2001, p. 79).

Para o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2008), a conceituação de turismo no espaço rural engloba as diversas atividades desenvolvidas no meio rural, independente de suas especificidades, tais como: o turismo rural, o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar. É o conjunto de atividades comprometidas com as atividades agropecuárias e com a valorização do patrimônio cultural e natural como feições da oferta turística no meio rural.

Para Rodrigues (2001, p. 103), o turismo rural está relacionado “a atividades agrárias passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural”, por sua vez, diferenciando-se das áreas naturais, cuja característica predominante é a natureza.

Para o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2003, p. 11) o turismo rural no Brasil é

[...] é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

O espaço rural pode ser um território modificado pela presença humana, representando uma síntese dos fatores naturais e dos resultados da ação humana, especializando-as, com usos de técnicas e aproveitamento dos recursos existentes. Pode ser um espaço com uso recreativo ou de ócio em razão da necessidade humana ou natural. Assim, a “paisagem, os modos de vida da sociedade rural, são fatores de atração por si só, pois constituem diferentes cenários do cotidiano e ritmos de vida para o homem urbano” (THOMAZ, 2010, p. 38).

Por meio do TER é possível a junção de diversas atividades tais como, ecológico, pedagógico, cultural e sua relação direta com o patrimônio e a identidade local. Também é composto por apresentações culturais, folclore, modo de vida, a experiência do homem camponês, hábitos, costumes, tradições, entre outros. O assentamento muito se distingue do turismo do litorâneo e do urbano, nesse contexto, esses aspectos são atrativos para o visitante, já que este tende a visitar os lugares que se diferem do seu, com o desejo de conhecer as particularidades inerentes ao lugar (AVILA, 2009).

O desenvolvimento do TER alcançou seu auge muito mais por questões econômicas, muitas vezes como sinônimo de geração de divisa, de lucro, de bom investimento. Contudo, a atividade, vai, além disso. O turismo não se limita apenas a espelhar os fatores econômicos como elemento principal. Para a comunidade assentada, representaria a afirmação de seu modo de vida e também a apropriação de uma imagem positiva diante do cenário nacional, vinculada a uma identidade de povo trabalhador e sofrido, em detrimento da negatização de sua imagem pela mídia.

Outra questão fortemente atrelada ao turismo é sua associação como símbolo de degradação do espaço natural e dos aspectos sociais e culturais. Partindo dessa idéia, o TER de base local é aquele que é planejado em conjunto com a comunidade. A comunidade que determinará o que quer no seu território, quais as suas necessidades prioritárias. Isso poderá minimizar os impactos do turismo, pois assim como toda atividade econômica, a inserção do turismo acarretará transformações no espaço no qual está inserido.

Isso nos leva a refletir em como se dá a construção e a inserção da atividade turística para que ela seja zeladora do patrimônio cultural e da identidade de uma comunidade. Como o turismo pode ser influente na valoração da experiência dos assentados do município de Rosana. Isso partindo da premissa que a experiência é aquilo que aprendemos por meio da vivência, que segundo Tuan (1983), expressa o sentimento, o pensamento, a realidade e a magnitude das relações sociais.

Sem ter a experiência não haverá o turismo. As pessoas procuram novas vivências quando investem em viagens turísticas. Agora, igualmente, os assentamentos rurais em questão devem proporcionar isso, da mesma forma, que deverá ter o mínimo de infraestrutura para que isso se torne realidade.

Assim, o planejamento torna-se uma ferramenta importante na organização e utilização desse espaço rural e no desenvolvimento da atividade turística, desde os gestores públicos, abrangendo empresas privadas e líderes comunitários.

De uma forma geral, o ato de planejar ajuda a distribuir as tarefas e responsabilidades referentes aos atores envolvidos: comunidade, empresa privada e governo. É uma forma para estabelecer parâmetros sobre o que é ponderável ao desenvolvimento da atividade que possa atender as necessidades reais da localidade.

O espaço rural necessita também de planejamento, pois em muitos casos, o espaço rural denota pobreza, comprometendo a sobrevivência dos pequenos agricultores, especialmente pela ausência de: assistência médica, educação, habitação, saneamento, cultura, etc. (YÁZIGI, 2009). Dessa forma, antes de qualquer ação na tentativa de desenvolver a atividade turística seria de suma importância o melhoramento desse espaço e da qualidade de vida dessa população e igualmente os valores e identidades construídas nesse território.

O turismo poderá ser um divisor de águas que nas mãos certas poderia contribuir para a requalificação do espaço com todas as suas nuances e melhorar o que tem que ser melhorado (YÁZIGI, 2009).

O planejamento trabalha com todas as variáveis possíveis que possam colaborar e atrapalhar no plano. Abordando pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças, tentando extrair qualquer intempérie que possa prejudicar o andamento da atividade.

Uma das formas de gerenciar o planejamento turístico é por meio de um estudo aprimorado da demanda e mercado turístico, bem como um levantamento dos atrativos existentes e em potenciais para a confecção do inventário local.

Em uma visão mais mercadológica, o planejamento da atividade, seria uma tentativa de conhecer as dificuldades internas e externas do ambiente, inclusive, elaborando estratégia para a comercialização.

Na mesma proporção, o planejamento turístico serviria como ferramenta para proteção das comunidades, garantindo a existência de identidades ao longo do tempo e do espaço. Contudo, o cenário das políticas culturais também deve culminar para a preservação desse patrimônio e dessas identidades, principalmente com a criação de políticas que incentivem a produção cultural nos assentamentos, valorizando-as. Isso poderia ser mais presente nas ações da Educação e Cultura do Território da Cidadania no Pontal do Paranapanema.

Assim, quanto mais acolhedor for o território para os assentados, para o residente, com acesso a infraestrutura, mais estimulado ele se sentirá na preservação de sua identidade. E mais motivado para manter seu patrimônio cultural, como por exemplo, o seu modo de vida, costume, crença, entre outros. Isso seria um elemento importante para o

turismo, logo que a comunidade manifesta interesse pela atividade como complemento a sua produção agropecuária.

Nesse sentido, o turismo é uma atividade econômica que se apodera do espaço onde está inserido e pode criar territórios. Estes territórios turísticos podem passar por um processo de apropriação da comunidade que passa a determinar o seu uso por meio das territorialidades que externa o seu desejo.

### 1.3.2 Território e o uso turístico

O estudo do território nos permite enfatizar a questão do turismo e do patrimônio cultural e das identidades territoriais no espaço rural. Para isso será discutido as conceituações, as questões relevantes quanto à implantação de um turismo de base local, e como essa atividade pode se apropriar do lugar onde está.

Conforme Corrêa (1996), a palavra território tem sua origem no latim, de *terra* e *torium*, que significa terra que pertence a alguém. Para ele, há uma diferença entre pertencer e ser proprietário, no qual

Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivadas das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares [...] (CORRÊA, 1996, p. 251).

A geografia, dessa forma, incorpora aos seus estudos a questão do turismo, entendida, como aquela que pode trazer mudanças significadas aos usos que se faz dos espaços criados e dos espaços modificados.

Para Cruz, a geografia se interessa pelo estudo do turismo, porque uma de suas características é que o **“turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço”** (CRUZ, 2003. p.5, grifo da autora).

As discussões sobre poder e apropriação do espaço, elemento essencial que constitui o estudo do território na Geografia, é um dos fundamentos dessa pesquisa, especialmente o uso do espaço rural pelo turismo.

Os estudos sobre turismo tem apontado como essa atividade se apropria e traz transformações ao espaço. No caso do município de Rosana, a questão do turismo é uma das dimensões deste território, porque já é um território no qual há as disputas por território por parte dos Movimentos dos Sem Terra, a demarcação socioespacial de quem reside no distrito de Primavera em detrimento de quem vive nos assentamentos rurais. Quer dizer, o turismo já encontrou um território definido pela presença dos movimentos sociais, pelos embates de ideologias, pelo conflito territorial ali existente, pelo conflito que se dá para aqueles que querem acesso a linha de créditos, para aqueles que desejam vender seus produtos, entre outros. O turismo dessa forma, já encontrou um lugar demarcado por conflitos.

Para Fernandes (2005) é a presença da conflitualidade, essa disputa que transforma o espaço em território. No qual há um

[...] estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. [...]. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005, p.6).

Assim, o território é, segundo Milton Santos (2007), onde o ser humano concretiza a sua existência, onde se fortalecem suas relações, seus poderes, suas paixões. É nesse território que o homem trança sua cultura e se enraíza. Nesse contexto, pode se dizer, que por meio do conflito que surgiram os assentamentos de Rosana como territórios dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra, pela sobrevivência dos assentamentos, das identidades territoriais e do seu patrimônio cultural.

Em concordância com Santos (2007, p. 14), o território já não pode ser entendido apenas como o conjunto de sistemas naturais e sistema técnico-científico; o território é o conjunto dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. É aquilo que o autor chama de “território usado”, no qual este nada mais é do que o chão que se pisa mais a identidade. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

De acordo com Araújo e Haesbaert (2007, p.37) o “território, portanto, é constituído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico”. Que pode responder a realidade contemporânea no qual incorpore elementos tais como: tempo, espaço, fixação, mobilidade, funcional e simbólico, superando os dualismos existentes.

Outro entendimento de território é trazido por Haesbaert (2007, p.54) no qual o “território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhada, relações estas que são sempre, também, relações de poder”.

Dessa forma, a apropriação do espaço pelo turismo é que gera, como vimos, o território turístico, no que tange suas peculiaridades, a imposição aos lugares e aos residentes as modificações oriundas desta atividade. Assim, o conflito é gerado, pois a população local não é inserida nesse processo, no qual por este motivo não aceita a atividade turística, e passa a ver o turista como o vilão, o degradador.

Assim, no dizer de Cruz, a conflitualidade da atividade turística, é inerente do próprio processo de realização do turismo, pois

[...] que o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma *tabula rasa*, sobre espaços vazios e sem donos. Portanto, não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos casos, atuando como contra - racionalidades às determinações hegemônicas (CRUZ, 2007, p.14).

Para Rodrigues (1997), os espaços turísticos evoluem por um processo de ondas de ocupação e apropriação que frequentemente são ditadas pela moda ou originadas pelo consumo do espaço, o que na maioria das vezes acarreta em degradação e destruição dos recursos, além da segregação espacial.

Para Coriolano (2006, p. 31), a inserção do turismo com o viés puramente economicista, é uma preocupação, pois a atividade do turismo tem sua origem no próprio seio do capitalismo, implicando, dessa forma, um espaço produzido para a reprodução capitalista, especialmente porque apropria e expropria a comunidade local. Assim, entender o turismo dentro das forças hegemônicas do capitalismo é crucial para compreender todo o complexo sistema que o molda e também para se pensar em alternativas que vão de encontro com as necessidades da comunidade local.

Compreender as relações de poder na produção do espaço turístico implica, necessariamente, compreender o espaço como algo socialmente produzido, que expressa às contradições do modo de produção capitalista ou do espaço-mercadoria. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes. O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas

configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas (CORIOLANO, 2006, p.31).

Por sua vez, a intensificação do uso turístico no espaço geográfico culminou com a criação e concentração espacial de objetos entendidos como parte da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade, tais como: meios de hospedagem, restaurantes, equipamento de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer. “Esse processo de apropriação dos **espaços** pela prática social do turismo está na gênese dos **territórios** turísticos” (CRUZ, 2003. p.12, grifo da autora). Contudo, é importante salientar que a instalação de infraestrutura não significa necessariamente malefícios à comunidade, podendo também ser um ponto positivo estes equipamentos que venham a atender a necessidade também da população.

A preocupação que norteia a atividade turística decorre dos inúmeros exemplos existentes no cenário nacional que torna a atividade como sinônimo de progresso em detrimento das desapropriações territoriais causadas as comunidades. É necessário fazer o exercício de compreender essas transformações que o turismo acarreta nas comunidades, que os grandes empresários fazem em nome do turismo, mas que no fundo é mais uma lógica do sistema vigente que não representa o interesse da comunidade, por isso que nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana seria um turismo que valorizasse sua produção agropecuária e seu patrimônio cultural por meio de suas identidades territoriais.

Os assentados não almejam um turismo que comprometa a sobrevivência do seu modo de vida, dos recursos naturais, pois são frutos das superações das inúmeras dificuldades que tiveram que enfrentar para permanecerem nos assentamentos. Segundo Carneiro (2007), as principais dificuldades no período de instalação e consolidação do assentamento Gleba XV de Novembro, assim como os demais, foram o de infraestrutura básica, como: água canalizada, energia elétrica, meios de transportes, escolas, dificuldade de acesso a linhas de créditos e não possuírem recursos para aplicar em algum tipo de produção. Alguns desses problemas foram superados, e na atualidade, uma das principais dificuldades é o acesso aos assentamentos, pois como as estradas são de terra, são facilmente degradadas, especialmente pela entrada e saída dos caminhões que transportam areia e a cana de açúcar das fazendas do entorno. Esses elementos são entraves para os assentados.

Quando os assentados do município de Rosana fizeram o curso de capacitação de Turismo Rural (2009 e 2010 - SENAR), eles buscaram justamente mais um

motivo para permanecer no local em detrimento as labutas condicionantes do próprio modo de vida rural.

Assim, para entender o que venha a ser um território turístico, devemos nos ater aos usos que o turismo faz do lugar. No caso dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal são territórios com potencialidade para o uso turístico, mas que ainda não se constitui um destino formalizado e consolidado.

Este uso do espaço pelo turismo que é caracterizado como “território turístico”, com destaque para os usos turísticos do território em fração do espaço geográfico, em que a atividade turística se faz presente como fator preponderante. Assim, não há territórios turísticos, o que há são “usos turísticos do território”, ou seja, porções de espaços apropriados por diferentes fins, incluindo-se e destacando-se a atividade do turismo” (CRUZ, 2007, p.11).

Apesar do exposto acima, pode-se dizer que o turismo, enquanto atividade econômica pode ser um campo de possibilidade de desenvolvimento para os assentamentos selecionados, pois essa é uma ideia que tem sua gênese na própria comunidade assentada que vê na atividade turística uma forma de complementar a renda.

Todavia, o território não se resume ao conjunto de elementos instalados para o turismo. É importante destacar que o território é composto também pelas pessoas que residem no local. São esses seres que tecem outras relações que não a turística, e que dão vigor a alma do lugar. Essas relações são condicionadas pelo uso efêmero do lugar, ditada pelo uso turístico, mas também permeadas pela cotidianidade de quem vive nesse lugar (CRUZ, 2003).

Assim, pode se dizer que apesar de o turismo ser uma atividade que pode expropriar os residentes de seu território, ela também pode ser uma atividade que se partir da comunidade, poderá contribuir para diluir alguns dos contrastes da realidade local.

É importante frisar que ao mesmo tempo em que se planeja a implantação do turismo nos assentamentos, é necessário a criação de momentos que propicie a empatia e hospitalidade entre os próprios residentes, por meio de uma aproximação entre quem reside no centro urbano e quem mora nos assentamentos.

A partir do exposto acima, podemos dizer que os assentamentos em questão, também são territórios pelo aspecto econômico, no qual a distribuição do dinheiro no espaço se faz mais presente no centro urbano, o qual é visivelmente mais equipado de infraestrutura e de recursos. De acordo com Santos (2007), o território também pode ser compreendido como as desigualdades inerentes ao desequilíbrio da distribuição do dinheiro no espaço. “Em outras



palavras, o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da idéia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro” (SANTOS, 2007, p. 16-17).

Os assentados desejam o turismo no espaço rural como forma de equilibrar o orçamento doméstico e como uma forma de valorizar o patrimônio cultural e a sua identidade do pequeno agricultor.

Os assentados do município de Rosana/SP imaginaram que com o curso de profissionalização de Turismo Rural isso já se tornaria uma realidade logo de imediato. O que não aconteceu, mas persiste a vontade e interesse da comunidade assentada, o que está faltando é uma contrapartida para materializar isso.

Além de que, há sempre uma disputa por território dentro dos próprios assentamentos, tendo em vista a dificuldade de se manter as associações, pois é difícil chegar a um consenso, no sentido de que qualquer discordância de opinião, é motivo para se desfazer, criar e recriar novas associações. Isso é um problema, porque não se tem estabilidade até mesmo para pleitear créditos e participar de algum projeto.

No caso da Gleba XV de Novembro, convém resgatar o que diz Mariani e Arruda (2009) ao mencionar que a ligação que cada indivíduo tem com o território deve transcender as questões ideológicas para garantir seu lugar e legitimar suas vontades. Bem como, permitir que se estabeleçam as condições para criar as suas próprias ações e estratégias, além de delimitar o que se quer dentro do território, quais atividades desejam, e não se esquecendo da relação com o ambiente e o elo afetivo com o lugar. São proposições inerentes ao próprio pensar sobre o território.

No assentamento Nova Pontal, as relações interpessoais são mais consistentes, a qual se reflete na própria motivação existente entre eles para executar alguma ação ou projeto. Um exemplo disso é que a associação das mulheres deste assentamento é sempre convidada para participar de eventos com a preparação de café da manhã e almoço na UNESP. E com a cozinha comunitária pronta, elas poderão atender a esta demanda de produtos caseiros, e assim, ficará mais fácil a produção de alimentos para serem comercializados, como: doces artesanais como produto do assentamento que poderão ser comercializados aos visitantes da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota e Museu de Memória Regional.

Para Andrade (1996), o processo de formação de um território cria nas pessoas que ali residem, uma consciência de sua participação, esse sentimento que leva a existência da territorialidade, que faz as pessoas serem mais fraternas, dentro de um mesmo

território. Essa territorialidade está muito presente no assentamento Nova Pontal, enquanto que na Gleba XV de Novembro está mais presente a conflitualidade do território. Essas diferenças são pautadas no processo de formação territorial destes assentamentos, já que o caso da Gleba XV de Novembro é muito grande em extensão territorial, além de fazer parte de dois municípios e possuir uma quantidade maior de famílias assentadas, por estes motivos, é mais difícil envolver todo o assentamento e ter uma unidade entre eles e por isso a conflitualidade ser mais presente; e no assentamento Nova Pontal a sua formação se de forma diferente como veremos no capítulo 2, tem uma extensão territorial menor, há um número menor de famílias, o que contribuiu para uma integração entre eles para realização de projetos de interesse comum por meio das associações.

A questão do território e das territorialidades convém ser trabalhada nos assentamentos com o intuito de tornar isso uma soma ao turismo, como uma característica, uma marca indelével do lugar, especialmente no assentamento Gleba XV de Novembro, onde há a presença de liderança dos movimentos de luta pela terra. Assim, esse poderá ser um ponto positivo do assentamento, tendo em vista a diversidade de opiniões e ideologias que são tão divergentes quanto conflitantes. Essa é uma característica do assentamento Gleba XV de Novembro que o diverge do assentamento Nova Pontal.

Esse último já foi referendado como modelo piloto para implantação do turismo no espaço rural, como já fora diagnosticado nos estudos realizado nos anos de 2005 a 2006, por Luciana Pereira de Moura, na época, discente do curso de Turismo da UNESP-Campus de Rosana. Este diagnóstico destaca os elementos paisagísticos e da produção agropecuária como recurso para o desenvolvimento de roteiros de visitação. Há também o trabalho de conclusão desenvolvido por nós, com o levantamento e identifica o do patrimônio cultural nos assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova Pontal como possibilidade para o turismo no espaço rural.

A Gleba XV de Novembro   um território emblemático, tendo em vista que foi o primeiro assentamento implantado no estado de São Paulo após o regime militar. E também após se tornar um assentamento, a conflitualidade permanece latente nessa localidade, pelos motivos já ditos acima que não sejam apenas a questão agrária, tornando-o por este motivo, cada vez mais um lugar com esta especificidade única que não se encontram nos demais assentamentos do município.

Entendendo que territorialidade, segundo Mariani e Arruda (2009, p.12),   toda e qualquer iniciativa que tenha como objetivo o processo de concep o de “externalidades comuns entre os habitantes de um dado território, de modo a agreg -los em

prol de objetivos semelhantes, são territorialidades do local, que lhe conferem, notadamente, especificidades únicas”. Observa-se que a territorialidade enraizada nas externalidades em virtude de objetivos semelhantes está mais presente no assentamento Nova Pontal, no qual confere a singularidade de ser o escolhido para atividades que envolvam a visitação em assentamento. Conta com a particularidade natural motivada pela presença do rio Paranapanema, no qual alguns lotes tem uma visão privilegiada do rio e do lago represado pela Hidrelétrica de Rosana, além do seu patrimônio cultural, presentes na culinária rural, como galinha caipira, porco no tacho, e dos doces caseiros elaborados pelas mulheres desse assentamento.

Já para Moreira (2007), o território é um recorte espacial, e este que dará ao local a diferenciação como a marca do lugar, que se fará presente no poder, nos sujeitos, nas tramas das territorialidades, no conjunto de arranjos que extrapolam o conceito e a existência do poder para além do macro poder do Estado.

Partindo do pressuposto da territorialidade, pode-se dizer que está atrelado a simples idéia de fazer parte de um território. Nos dizeres de Andrade, a territorialidade é uma expressão que pode ser vista como tudo aquilo que se encontra dentro do território e por isso está sujeita à gestão do mesmo, ou como “processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território” (ANDRADE, 1996, p. 214).

Para Souza (2006), a territorialidade é que dá a marca ao local, que o determina como um território. Dessa forma também traz a noção de conflitualidade, mas conclui ao referir a territorialidade como algo subjetivo, abstrato e indefinido.

[...] A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc. [...] (SOUZA, 2006, p.99).

A partir da reflexão de Corrêa (1996, p. 251-252) o entendimento de territorialidade está relacionado ao “conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Esse entendimento não desqualifica os demais, ao contrário, complementa-os.

Dessa forma, a territorialidade que emana dos assentamentos rurais de reforma agrária em questão, em concordância com os conceitos aqui trazidos, refere-se as

práticas comunitárias como alternativas de sobrevivência que perfazem a lógica excludente do sistema capitalista. Enxergam no turismo no espaço rural de base local um campo de possibilidade para o desenvolvimento deste território. Isso poderá desencadear na elaboração de produtos planejados sob a ótica local, em proveito da sustentabilidade das comunidades rurais que necessitam complementar a sua renda. Entendendo dessa forma que o turismo no espaço rural visa complementar e não ser uma atividade única com fim em si mesma. Acredita-se que o turismo no espaço rural é uma possibilidade que poderá ter uma pluralidade de atividades que colaborem para a melhoria na qualidade de vida dos assentados, valorização dos recursos naturais e do patrimônio cultural e as identidades territoriais.

As peculiaridades dos assentamentos representadas pelo seu patrimônio cultural e suas identidades territoriais poderão contribuir como possibilidade de territorialidade da atividade do turismo em conjunto com as visitas ao Museu de Memória Regional e a UHE Eng. Sérgio Motta que são os atrativos turísticos consolidados no município. Daria nova visibilidade aos assentamentos a apresentação da Folia de Reis, o Projeto Guri com apresentação de música representada pelos estudantes assentados, além da Roda de Viola, estes são os recursos em potencial que ainda não foram consolidados para o turismo local, mas são essas territorialidades representadas pelos atrativos consolidados ou não que serão verificadas neste trabalho, como fortalecedores destes territórios.

## CAPITULO 2 – PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo de caso de natureza exploratória e descritiva. Os procedimentos adotados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, entrevista e o formulário.

A tentativa de conhecer o mundo e tudo o que o rodeia sempre esteve presente na humanidade, seja por meio da observação, ou pelo conhecimento popular ou religioso, contudo como fonte de ciência só foi possível a partir de um conhecimento racional, reflexivo e lógico. Esta busca pelo conhecimento, por sua vez, diferenciou-se do senso comum e originou o conhecimento científico (TRUJILLO FERRARI,1982).

Para ser considerado um conhecimento científico este deve pautar em procedimentos operacionais, já que *“a ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigido ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido a verificação”* (TRUJILLO FERRARI,1982, p.2, grifo do autor).

Por sua vez, para Trujillo Ferrari o método científico é uma característica essencial para a cientificidade do conhecimento, já que

[...] é um traço característico da ciência, [...]. Sem este método tornar-se-ia incompreensível falar de ciência, porque não poderia ser colocado em evidência o conjunto de sequencias operacionais, sustentadas numa sistemática manipulação para alcançar determinado fim científico (TRUJILLO FERRARI, 1982, p.19).

Segundo Cervo e Bervian (2002), o método científico é o conjunto de procedimentos aplicados à busca do saber, e por isso é um instrumento valioso de trabalho.

Assim, os métodos são utilizados para ordenar uma forma de proceder para se chegar aos objetivos propostos, dessa forma, pode-se empregar um método ou vários métodos que contribua para se alcançar o que fora pré-determinado para a pesquisa. Nesse sentido, os métodos utilizados para essa pesquisa foram: dedutivo, indutivo e o fenomenológico (TRUJILLO FERRARI, 1982).

Para a compreensão de métodos será considerada a classificação de Trujillo Ferrari (1982), no qual se apresentam em as bases lógicas da investigação, ou seja, o método de abordagem ou do pensamento científico.

O Método dedutivo pressupõe que “as explicações científicas devem ter uma forma de dedução lógica”. Por isso, esse método é definido como “um conjunto de proposições particulares contidas em verdades universais”, ou seja, é aquele que parte de um conhecimento geral para um particular (TRUJILLO FERRARI, 1982, p.31).

Já o Método indutivo são formas de se proceder que tem como finalidade “conhecer, descobrir, descrever, caracterizar, e reconstruir os fatos mais significativos dos fenômenos que ocorrem na realidade” (TRUJILLO FERRARI, 1982, p.36).

O Método Fenomenológico, por sua vez, preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento. Empregado em pesquisa qualitativa. Este método parte da compreensão do modo de vida dos indivíduos (TRIVIÑOS, 2009).

Quanto aos procedimentos específicos, estes podem ser: comparativo; estatístico; clínico; e estudo de caso, etc. (TRUJILLO FERRARI, 1982). Para este trabalho será utilizado o estudo de caso.

Nesse sentido, o propósito de uma pesquisa científica é investigar o mundo, ou espaço geográfico e a existência humana. Para isso, o pesquisador utiliza de instrumento que considera mais adequado para construir um conhecimento a cerca do objeto de estudo (CHIZZOTTI, 2001). Nesse sentido, para este trabalho em relação ao procedimento é um estudo de caso, pelas características que se seguem.

O estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, especialmente quando o limite entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32).

O estudo de caso é utilizado, geralmente, para dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (YIN, 2005).

A característica do estudo de caso é a delimitação da área de estudo, no qual deve reunir informações que leve a compreensão de uma determinada situação.

Deve precisar sobre os aspectos relevantes para o trabalho e por isso ser suficiente para fundamentar uma análise fidedigna quando for necessária a proposição de uma intervenção. Outro fator que identifica o estudo de caso é que este é um marco referencial para o estudo de condições socioculturais que envolvem uma situação ou realidade (CHIZZOTTI, 2001).

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avalia-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 2001, p.102).

O estudo de caso é um procedimento utilizado “quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo” (YIN, 2005, p. 32).

Para Santos (2006) o estudo de caso por ser uma pesquisa restrita, com o intuito de aprofundamento, é indispensável à delimitação e seleção do objeto que se pretende estudar. Igualmente, o estudo de caso pode ser sobre qualquer fato, fenômeno, processo individual, ou até mesmo um indivíduo, família, grupo ou comunidade, para examinar aspectos variados de sua vida (CERVO; BERVIAN; 2002).

Em concordância ao procedimento adotado aqui, o tipo de pesquisa que melhor lhe corresponde será a de natureza descritiva e exploratória. Assim, será mais fácil conhecer a realidade dos assentamentos de Rosana/SP, assim como: a gestão pública local para a cultura por meio de seu patrimônio cultural e as identidades territoriais localizadas nos assentamentos em questão; políticas culturais, com foco no patrimônio cultural e as identidades territoriais, elaboradas no município e no âmbito federal; inventariar o patrimônio cultural; entender no contexto municipal, regional e federal o patrimônio cultural e as identidades como possibilidade para o desenvolvimento do turismo no espaço rural; e propor diretrizes como possibilidade de implantação do turismo no espaço rural dos assentamentos deste município por meio de seu patrimônio cultural.

A natureza descritiva da pesquisa tem como características: observar, registrar, analisar e correlacionar fatos. Este tipo de pesquisa é utilizado principalmente nas ciências humanas, especialmente para obtenção de dados que não consta em

documentos. Dessa forma, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade (CERVO E BERVIAN; 2002).

Nota-se que para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa exploratória tem também por finalidade a realização de descrições de situação, assim como é aconselhado o seu uso quando há pouco conhecimento sobre o objeto de estudo.

## **2.1 Procedimentos da Coleta de dados**

As pesquisas qualitativas, como por exemplo, o estudo de caso, em sua maioria são caracteristicamente multimetodológicas, já que podem ser utilizados uma pluralidade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Entretanto, os mais usuais são: a observação (participante ou não), a entrevista e a consulta a bibliografia e documentos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

A pesquisa tem várias etapas, dentre elas, está à aplicação de instrumentos com o intuito de coletar os dados necessários. Para esta pesquisa utilizou-se a coleta documental e bibliográfica com revisão da literatura, o trabalho de campo com observação, a aplicação de entrevista e de formulário. Para isso foram consultados Alves-Mazzotti; Gewandszajder, (2002), Triviños (2009) e Chizzotti (2001) entre outros, que abordam as técnicas utilizadas nesse trabalho.

A coleta de dados é um processo controlado e mensurado, cuja frequência torna o pesquisador exterior a realidade dos pesquisados e facilita o estabelecimento de leis e fatos (CHIZZOTTI, 2001).

Em concordância ao exposto aqui, a coleta de dados foi dividido em: pesquisa documental e bibliográfica e pesquisa ou trabalho de campo.

## **2.2 Trabalho de campo**

Para o levantamento de dados direto, foi utilizado à pesquisa de campo, “visa reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações”. As informações devem ser documentadas por meio escrito, oral, gravado, filmado para que depois possam ser analisadas (CHIZZOTTI, 2001, p. 103).

É importante também a determinação das técnicas que serão empregadas na coleta de dados. Dessa forma, sendo esta pesquisa um estudo de caso, de natureza descritiva e exploratória, cuja principal característica é a geração de



conhecimento e registro das informações e sua aplicabilidade na resolução de prováveis problemáticas identificadas no decorrer do estudo, foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: a observação, a entrevista e o formulário.

### 2.2.1 Observação

A observação é uma técnica utilizada para a obtenção de informações sobre o objeto de estudo, para isto usa os sentidos para compreender aspectos da realidade. Nesse sentido, a observação foi empregada na visita a festa de Folia de Reis.

Assim a observação, permite: conhecer melhor o sujeito independente do nível de capacidade verbal, investigar as informações, e registrar o comportamento em seu contexto temporal e espacial (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

Para Triviños (2009, p. 153), “observar é de um conjunto de objetos, pessoas, fato social, uma particularidade, prestando atenção em suas características”, para que posteriormente se possa descrevê-las, entender suas relações, entre outros.

Quanto à flexibilidade, as observações podem ser estruturadas ou sistemáticas e não estruturadas ou assistemáticas. Sendo a primeira, utilizados quando os comportamentos a serem observados, bem como a forma de registro, são preestabelecidos. Já a segunda são observações mais livres, no qual os comportamentos a serem observados não são predeterminados, eles são observados e relatados da forma como ocorrem, visando descrever e compreender o que está ocorrendo numa dada situação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

Na observação optou-se pela assistemática, com o intuito de observar a Folia de Reis como ela acontecia, para sua posterior descrição e inventariação no formulário do INVTUR conforme Anexo A.

### 2.2.2 Modelo de Entrevista – Apêndices de A - G

Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) a entrevista tem a característica de ser interativa, já que a entrevista permite tratar de temas que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por meio de outra técnica. A entrevista pode ser a principal técnica de coleta de dados, bem como, pode ser parte integrante de uma observação.

Já para Cervo e Bervian (2002) a entrevista é mais do que uma simples conversa. Ela é um instrumento muito utilizado para obtenção de dados nos estudos de casos.

Para esta pesquisa optou-se pela gravação das entrevistas por meio de um gravador digital de áudio, que facilitaria a sua posterior transcrição. Na impossibilidade da gravação foi enviado por meio de correio eletrônico o roteiro com os questionamentos, em virtude da indisponibilidade do entrevistado conceder a entrevista pessoalmente. Dessa forma, para não prejudicar o trabalho assim foi feito.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada, pelas mesmas permitirem a elaboração prévia dos roteiros de entrevistas; e porque este tipo de entrevista possibilita mais flexibilidade à pesquisadora em inserir alguma questão sobre algum aspecto importante surgida no ato da entrevista, e que não tenha sido contemplada no roteiro.

Ao total foram aplicadas 8 entrevistas. As entrevistas foram utilizadas com o intuito de conhecer as ações do Programa Território da Cidadania – CODETER, Divisão Municipal de Turismo, Eventos e Cultura de Rosana, o Sebrae e o Circuito Oeste Rios, o Projeto Guri, ao grupo de Folia de Reis (este contou com a participação de um casal), a Roda de Viola, Museu de Memória Regional e Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, representados pelos Apêndices de A - G.

Estes foram selecionados respectivamente porque: é o Colegiado que representa o Território da Cidadania nesta região do Pontal do Paranapanema e pela importância deste Programa no contexto regional; por ser a gestão municipal que trabalha diretamente com o patrimônio cultural e o turismo; pela importância deste Circuito turístico na região e entender sua participação e colaboração junto aos assentamentos rurais; porque trabalha com aprendizagem de instrumentos musicais e envolve os assentamentos rurais de Rosana/SP; a Roda de Viola e a Folia de Reis, pois retratam o patrimônio cultural mais expressivo do assentamento Gleba XV de Novembro; o Museu e a Usina porque são os atrativos já consolidados e recebem anualmente uma quantidade significativa de visitantes.

Entrevistar alguém é saber lidar com a fala espontânea, com o discurso falado, no qual o indivíduo que fala fica mais ou menos a vontade. É relatar com mais liberdade sobre o assunto abordado (BARDIN, 2011). A subjetividade é uma característica da entrevista, por isso o pesquisador deve ficar atento para que o entrevistado não fugia do assunto a ser tratado.

As entrevistas foram realizadas entre meses diversos, pois a não padronização do período não prejudicaria a aplicação de entrevistas, além disso, estas foram agendadas respeitando a disponibilidade dos entrevistados.

Por ter um cunho pessoal e o tema demandar certo receio nos entrevistados em exporem sobre o assunto tratado no roteiro de entrevistas, foram enfrentadas algumas dificuldades em realiza-las, tais como: aceitar ser entrevistado; a condução das entrevistas de forma a que as pessoas pudessem falar o máximo possível de suas relações políticas sem a desconfiança que o tema induz; e o medo de represarias.

Dessa forma, apesar do consentimento das entrevistas e dos nomes para identificação dos mesmos, optou – se por preservar a identidade dos entrevistados no qual serão substituídos por Entrevistado e um fator numérico para representá-los, tais como: E 01, E 02, E 03, E 04, E 05, E 06, E 07 e E 08, que estarão representando respectivamente a: Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema – CODETER (Território da Cidadania); Divisão de Turismo, Eventos e Cultura; Circuito Oeste Rios; Projeto Guri; Roda de Viola; Folia de Reis; Museu de Memória Regional; UHE Eng. Sérgio Motta. Os modelos estão no Apêndice de A - G.

Os entrevistados foram escolhidos: 1- por serem considerados representantes do patrimônio cultural e das identidades territoriais; e 2- por ocuparem cargo ou função em órgão público que esteja relacionado com a temática de patrimônio cultural, identidade e turismo.

As entrevistas foram norteadas por questões que levariam a caracterização e a compreensão do patrimônio cultural e das identidades territoriais como possibilidade para o desenvolvimento do turismo. Por isso entendeu-se que não era possível à padronização e a aplicação do mesmo roteiro para todos os entrevistados, exceto para os representantes da Folia de Reis e Roda de Viola. Assim, foi preparado roteiros diferentes com intuito de obter mais informações sobre o objeto de estudo que constam nos Apêndices.

### 2.2.3 Modelo de Formulário – Anexo A

O formulário, conforme Anexo A, foi utilizado para a inventariação do patrimônio cultural do espaço rural, e seguiu o modelo proposto pelo Ministério do Turismo, como um instrumento que registraria o patrimônio cultural e contribuiria para uma provável criação de atividades com foco no turismo.

Segundo Cervo e Bervian (2002) a utilização do formulário é vantajoso porque há a presença e assistência do pesquisador e a garantia da uniformidade na interpretação dos dados e dos critérios.

Apresentaram algumas dificuldades e facilidades ao preenchimento do formulário de inventário turístico do Ministério do Turismo. A principal dificuldade foi que o formulário do patrimônio cultural ou dos atrativos culturais é longo; e por se tratar de um patrimônio imaterial, ficou difícil o seu preenchimento logo que os representantes da Folia de Reis e da Roda de Viola não tinham tempo hábil para que o pesquisador preenchesse todos os dados conforme subscreve o inventário.

A facilidade foi que, por ser um formulário simples, que não demandou um entendimento complexo para seu preenchimento; e também porque o preenchimento é feito pela pesquisadora, dessa forma, envolveu todas as pessoas, quem é letrado e quem não é evitando os devidos constrangimentos.

Este formulário foi elaborado pelo Ministério do Turismo para o Programa de Regionalização do Turismo, pensando na inventariação da oferta turística e na diversidade de recurso existente no país. Por isso criou um conjunto de roteiros turísticos, acreditando que os mesmos pudessem exercer efeitos de atratividade para lugares sem nenhuma ou pouca ocupação no território nacional.

Efeito disso é a criação dos Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo, no qual o Pontal do Paranapanema faz parte deste Programa, pertencendo a Região Turística Oeste Paulista – Presidente Prudente. Esta região turística é composta por três roteiros, sendo eles: Águas do Oeste; Sol do Oeste e Pontal Paulista. Este último é onde o município de Rosana está inserido.

### **2.3 Análise e Interpretação dos dados**

Com o levantamento bibliográfico e estudos documentais da literatura científica, foi possível aprofundar o conhecimento científico sobre patrimônio, cultura, turismo e território que contribuíram para entendê-los como possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística nesse território.

Com a utilização da técnica de observação assistemática, foi possível o registro da Folia de Reis, da forma como ela ocorria, contribuindo para a caracterização da mesma. Dessa forma, sua análise foi de acordo com o roteiro de entrevistas aplicada ao casal representante, e a utilização do formulário de inventariação

dos atrativos culturais do Ministério do Turismo. Levou-se em consideração a descrição deste patrimônio, sua localização, sua importância para o assentamento como recurso para o desenvolvimento do turismo.

As entrevistas foram ponderadas de acordo com os objetivos propostos neste trabalho. Dessa forma, foram analisadas e interpretadas de acordo com as respostas dos entrevistados, na tentativa de verificar a participação da gestão pública municipal em referência ao turismo, ao patrimônio cultural e as identidades territoriais dos assentamentos rurais, bem como, a saber, qual a opinião desses atores tendo em vista o desenvolvimento do espaço rural por meio do turismo, conforme modelos nos apêndices A - G.

O Programa Território da Cidadania foi analisado de acordo com os seguintes pontos: a importância deste Programa para o desenvolvimento territorial do Pontal, as principais ações que envolvem a questão da cultura para valorização do patrimônio cultural e das identidades territoriais e sobre a possibilidade de desenvolver o turismo no espaço rural. Estas questões ajudarão a compreender a concepção de território dentro deste programa como possibilidade para o turismo, conforme presente no modelo do apêndice A.

Assim, a entrevista aplicada a Divisão Municipal de Turismo, Eventos e Cultura de Rosana de tiveram o objetivo de: 1- identificar a gestão municipal a cerca do turismo, sobre a existência de plano turístico, quais os principais atrativos na ótica do gestor municipal, quais ações municipais que fomentam a atividade turística para o turismo; quais os programas, projetos estaduais e federais que o município participa que fomenta a atividade turística; 2- compreender a gestão local a cerca do patrimônio cultural, para isso buscou-se questionar a gestão municipal sobre as principais identidades territoriais dos assentamentos e do município; identificar as ações de fomento à atividade cultural; a participação em programas tais como os Territórios da Cidadania; 3- entender a partir da visão do gestor a questão do desenvolvimento da atividade turística no espaço rural, para isso buscou interrogá-lo sobre a existência de projetos turísticos para os assentamentos rurais; as principais dificuldades e ou facilidades de se trabalhar o turismo em assentamento; o diferencial desse assentamento para os demais assentamentos do Pontal, que o tornaria um atrativo turístico, como identidade do local, presente no modelo do Apêndice B.

O SEBRAE foi analisado de acordo com os seguintes critérios: participação e colaboração do Circuito Oeste Rios, sua aplicabilidade e percepção sobre o desenvolvimento turístico nos assentamentos rurais segundo o modelo do apêndice C.

Já as entrevistas aplicadas ao: Projeto Guri, Roda de Viola e Folia de Reis, tiveram como objetivo: coletar informações gerais sobre o patrimônio cultural e a identidade cultural que ajudasse na descrição da mesma para o inventário; a atuação municipal; a presença do calendário festivo rural; a participação em projetos turísticos e culturais; e sobre a possibilidade desta manifestação vir a ser um atrativo turístico, conforme os modelos dos Apêndices D e E.

As entrevistas aplicadas ao Museu de Memória Regional, a Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta tiveram como objetivo de: estudar esses atrativos já consolidado, verificar esses roteiros com possibilidade para o desenvolvimento do turismo nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal por meio do patrimônio cultural e das identidades territoriais, de acordo com os modelos do Apêndice F e G.

Tomando por fundamento estas análises que será possível a construção das diretrizes onde estão elencadas as contribuições para o desenvolvimento do turismo nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal que compreendem este estudo de caso.

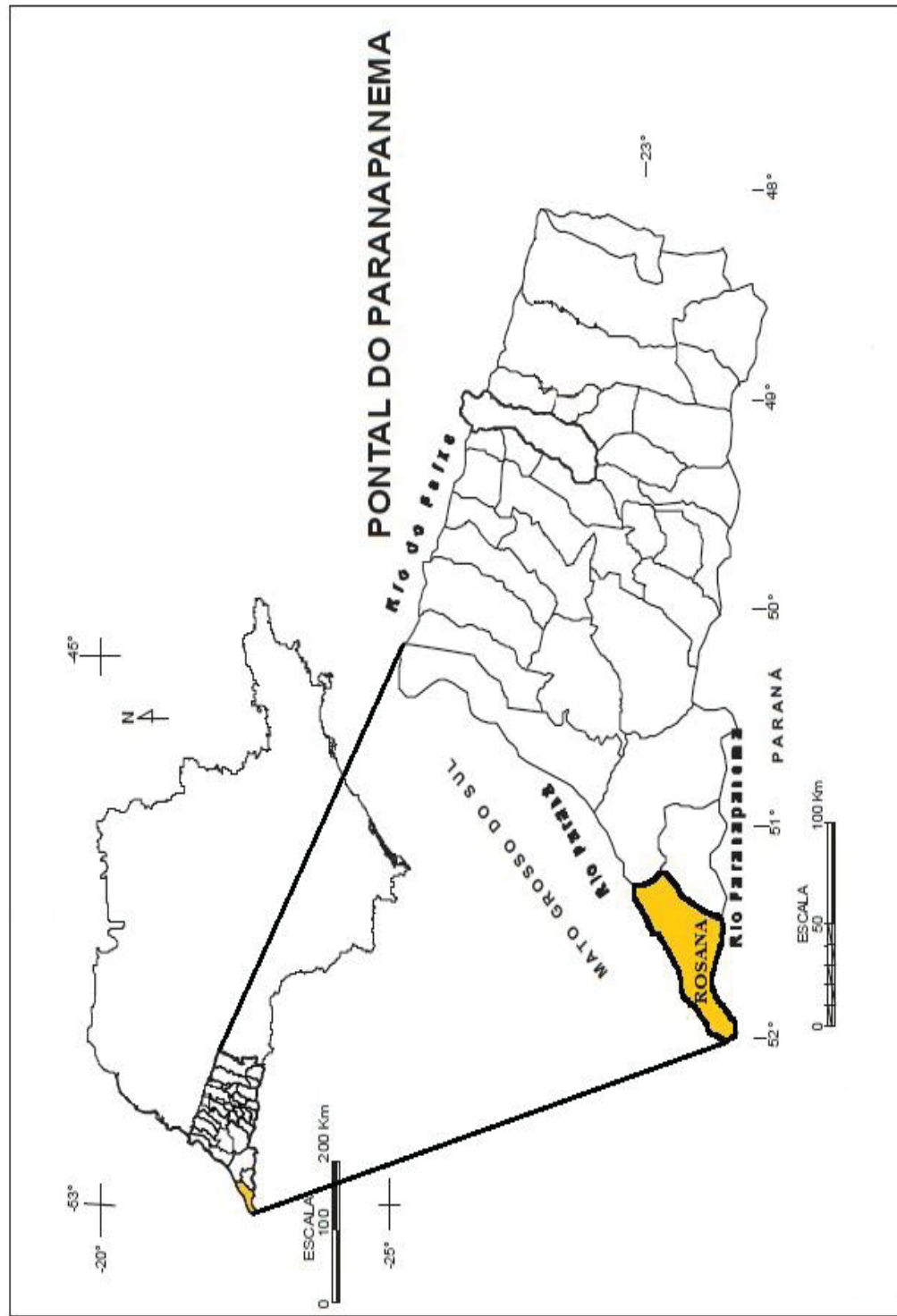
A elaboração do inventário do patrimônio cultural obedeceu à classificação do Ministério do Turismo. Dessa forma, seriam consideradas as instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer que pode ser o museu, com o detalhamento de sua situação, ambiência e acervo; as manifestações, os usos tradicionais e populares com investigação das festas; as realizações técnicas e científicas contemporâneas com, por exemplo, as usinas; os centros científicos e técnicos com verificação de existência de viveiros, hortos.

Neste caso, foram inventariados os seguintes patrimônio cultural e identidades territoriais: Folia de Reis, Roda de Viola, Projeto Guri, Museu de Memória Regional; e um técnico científico, neste caso, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta com o Viveiro de produção de mudas representados pelo modelo do Anexo A.

## **2.4 Caracterização do Município de Rosana/SP**

O objeto de estudo foi delimitado a partir do patrimônio cultural e das identidades territoriais dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal. Para isso se faz necessário o entendimento da região que é o Pontal do Paranapanema, no qual estes assentamentos estão inseridos.

O município de Rosana está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, pertencente à região do Pontal do Paranapanema. Tem como limites os seguintes municípios: Teodoro Sampaio (SP), Euclides da Cunha Paulista (SP), Diamante do Norte (PR), Bataiporã (MS) e Anaurilândia (MS), conforme ilustrado na Figura 1.



**Figura 1- Mapa de localização do município de Rosana/SP**

Fonte: Thomaz Jr, A. 2007. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2013. Org.: Autora.



Da área total que seria para o povoamento de Rosana/SP, a empresa Camargo Correia reservou uma parte para as pequenas propriedades que serviriam de apoio e sustentariam o núcleo urbano com a produção agrícola. Assim ficou dividido: perímetro urbano com 1.116 lotes com 500 m<sup>2</sup> cada um; área rural no entorno do núcleo urbano, com 273 propriedades rurais, estas variando em 144 chácaras de 5 a 10 hectares, 133 sítios de 20 a 55 hectares, e 16 propriedades maiores próximas à margem do rio Paranapanema. Com a divisão da área, a Camargo Correia iniciou a venda dos lotes, com a utilização de propagandas intensa nas emissoras de rádio do estado para atraírem as pessoas para a compra (HESPANHOL, 1985).

Ao contrário de outras cidades do oeste paulista que se originaram de forma espontânea, a origem de Rosana/SP, se deu por meio de especulação imobiliária do plano de construção da estrada de ferro. Os compradores desses lotes pensavam em adquirir as terras e depois com a chegada da linha de ferro, revender suas propriedades com altos preços. Outros compraram com o intuito de permanecer na terra e produzir (HESPANHOL, 1985).

Segundo Souza (2007) a grande quantidade de pequenos lotes inviabilizou a produção e o sustento das famílias em virtude do tamanho dos lotes. Isso levou alguns a venderem suas terras para proprietários com poder financeiro maior, convertendo essas terras em sítios ou fazendas.

Os primeiros a ocuparem a área derrubaram a floresta para o plantio de algodão. Contudo, as dificuldades foram surgindo, pois, a ferrovia não chegava, conforme a empresa Sorocaba havia projetado, e como resultado, perceberam que a fertilidade do solo logo se esgotou após uns cinco anos de uso consecutivo, tornando - o pouco fértil; não sendo pensada pela empresa Sorocabana a criação de estradas para o escoamento produtivo e que não houve estrutura organizacional para a venda do que era produzido. Diante dessa conjuntura, muitos agricultores, sem condições de se manterem nos lotes passaram a trabalhar nas fazendas do entorno para garantir a sua sobrevivência (HESPANHOL, 1985).

A partir das dificuldades encontradas, o crescimento do núcleo urbano ficou estagnado, e não se tornou como era objetivo inicial, o centro urbano no Pontal do Paranapanema (SOUZA, 2007).

Em 1970 inicia o processo de construção de duas usinas hidrelétricas após o diagnóstico favorável para a implantação no rio Paranapanema e Paraná para a

produção de energia, no qual respectivamente são a UHE de Rosana e a UHE Engenheiro Sérgio Motta, hoje denominada de Porto Primavera, criadas pela CESP.

Isso levou a construção de um núcleo para abrigar os trabalhadores destas obras, denominado hoje de distrito de Primavera. A sua instalação contribuiu para a instalação de equipamentos, tais como: hospital, escolas, clubes, e incentivou o comércio local.

Com o término da construção das Usinas, muitos trabalhadores foram dispensados, e esse fato contribuiu para o surgimento a princípio, do assentamento Gleba XV de Novembro e a nova organização territorial com a vinda dos demais, como será verificado neste trabalho.

Segundo o IBGE o município possui uma área de 742, 870 km<sup>2</sup> e uma população total de 19.691 pessoas, no qual 15.859 é urbana e 3.832 rural (IBGE, 2010). Faz parte de seu território, quatro assentamentos de reforma agrária: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria. Abrangendo um total de 19.432 hectares, com uma representatividade de 13,9% do total da área territorial municipal. (DATALUTA, 2012). Entretanto fará parte dessa pesquisa os assentamentos de número 34 e 35 conforme a Figura 2.

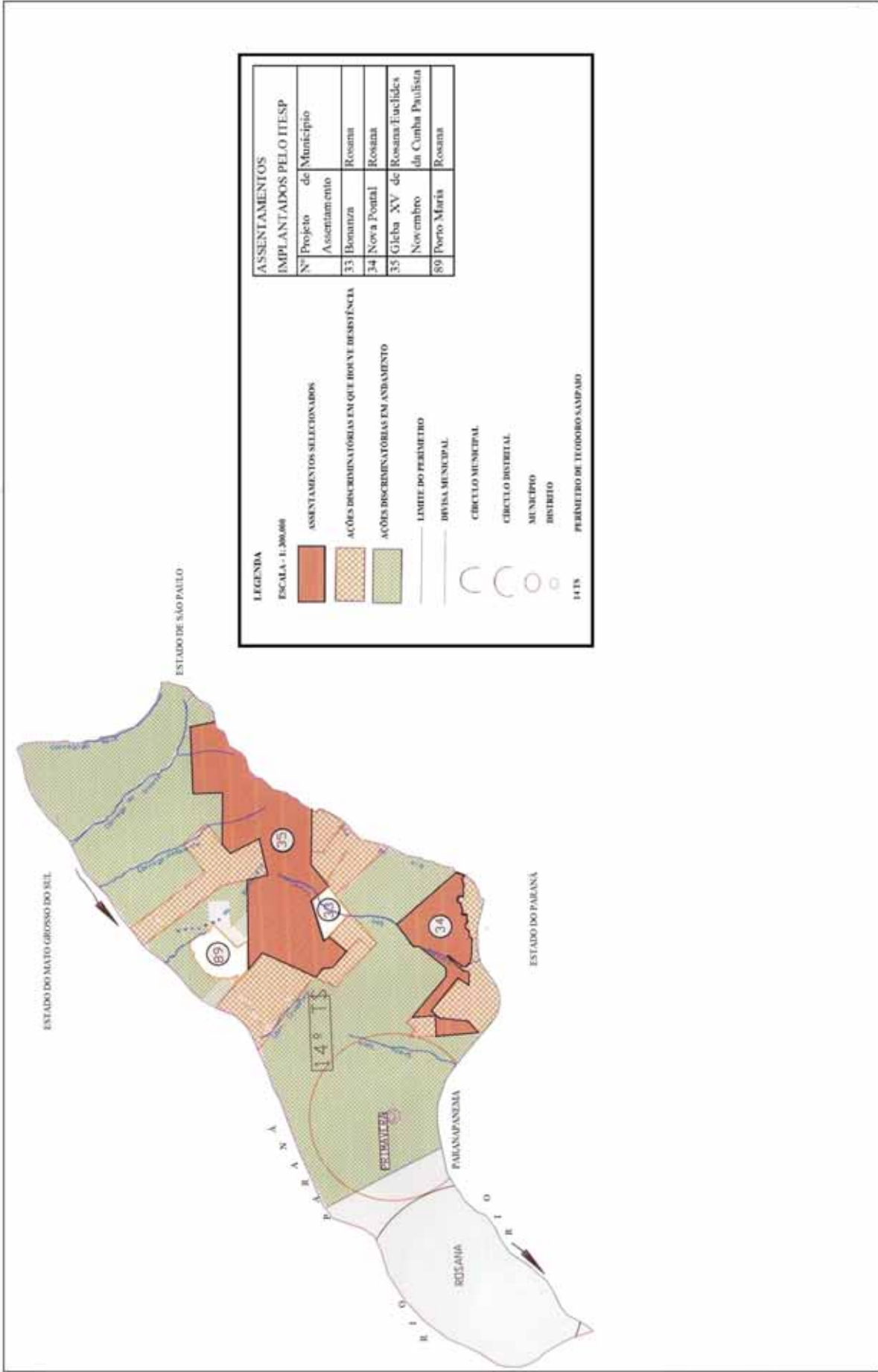


Figura 2- Mapa de localização dos assentamentos rurais do município de Rosana/SP. Fonte: ITESP, 2003. Org.: Autora.

Eles foram escolhidos como os mais significativos porque estão mais associados com o patrimônio cultural rural, e trazem as seguintes características, tais como: encontro com música sertaneja de raiz, a presença da viola, e a Folia de Reis.

Pensando na possibilidade da atividade turística no município em questão que foram coletadas algumas informações que completariam o inventário turístico proposto no formulário de inventariação do turismo do Ministério do Turismo presente no Anexo A. Entendendo que o objetivo maior é a inventariação do patrimônio cultural que englobam os assentamentos rurais, dessa forma, resumiu-se as informações dos formulários de infraestrutura de apoio ao turismo; e Serviços e equipamentos turísticos. Este levantamento é superficial, mas contribuiu para mostrar aquilo que o município dispõe para receber o visitante.

O acesso se faz por meio rodoviário, contudo pode se feito via aéreo pelo Aeroporto de Presidente Prudente e depois via transporte rodoviário até Rosana. Há no distrito de Primavera um aeroporto, mas está inativo.

Os serviços de equipamentos turísticos são: hospedagem, gastronomia, transporte, eventos, lazer, entre outros. Que são equipamentos que favorecem diretamente o turismo e a ausência deles tornaria dificultosa a sua sobrevivência.

Os principais meios de hospedagem do município demonstraram que estes estão localizados em sua maioria no bairro Beira Rio, no entorno do Balneário e no distrito de Primavera. Foram coletados meios de hospedagem que podem ser hotéis e ou pousadas. Estes pontos representam os meios de hospedagem mais usuais. Lembrando que no site da Prefeitura de Rosana/SP só há um meio de hospedagem cadastrado.

Também foram identificados os principais locais de venda de alimentação do município com o intuito de se ter um banco de dados dos estabelecimentos que poderá auxiliar o poder público local na elaboração de material que venha a ajudar o deslocamento do visitante. No total foram 11 restaurantes que estão localizados no bairro Beira Rio, no entorno do Balneário e no distrito de Primavera.

Outros Serviços e Equipamentos de Apoio seriam os órgãos públicos, tais como terminal de ônibus ou rodoviária, que englobam as empresas que prestam serviço municipal e intermunicipal de ônibus, delegacia, prefeitura, postos de saúde,

hospitais, fórum, correios, bombeiros, estádio municipal, postos de combustíveis, entre outros.

Os principais locais de interesse cultural são: o Cine Teatro Casa da Cultura, as bibliotecas municipais e/ou comunitária, o Ponto de Cultura “Iscap pela Cultura”, as igrejas católicas Nossa Senhora Aparecida no distrito de Primavera e Nossa Senhora dos Navegantes em Rosana/SP. Os espaços para eventos, conforme são 5 locais nos quais acontecem os principais eventos no Município, tais como: a festa, bailes de formatura, eventos diversos.

#### 2.4.1 Assentamento Gleba XV de Novembro

O assentamento Gleba XV de Novembro está localizado em dois municípios, com lotes distribuídos em setores, sendo o setor I, II, III localizados em Rosana/SP e os setores IV, V VI em Euclides da Cunha Paulista. Originalmente, foram criados 571 lotes, dos quais 438 estão em Rosana/SP (IOKOI et al., 2005). Como pode ser observados na Figura 3.

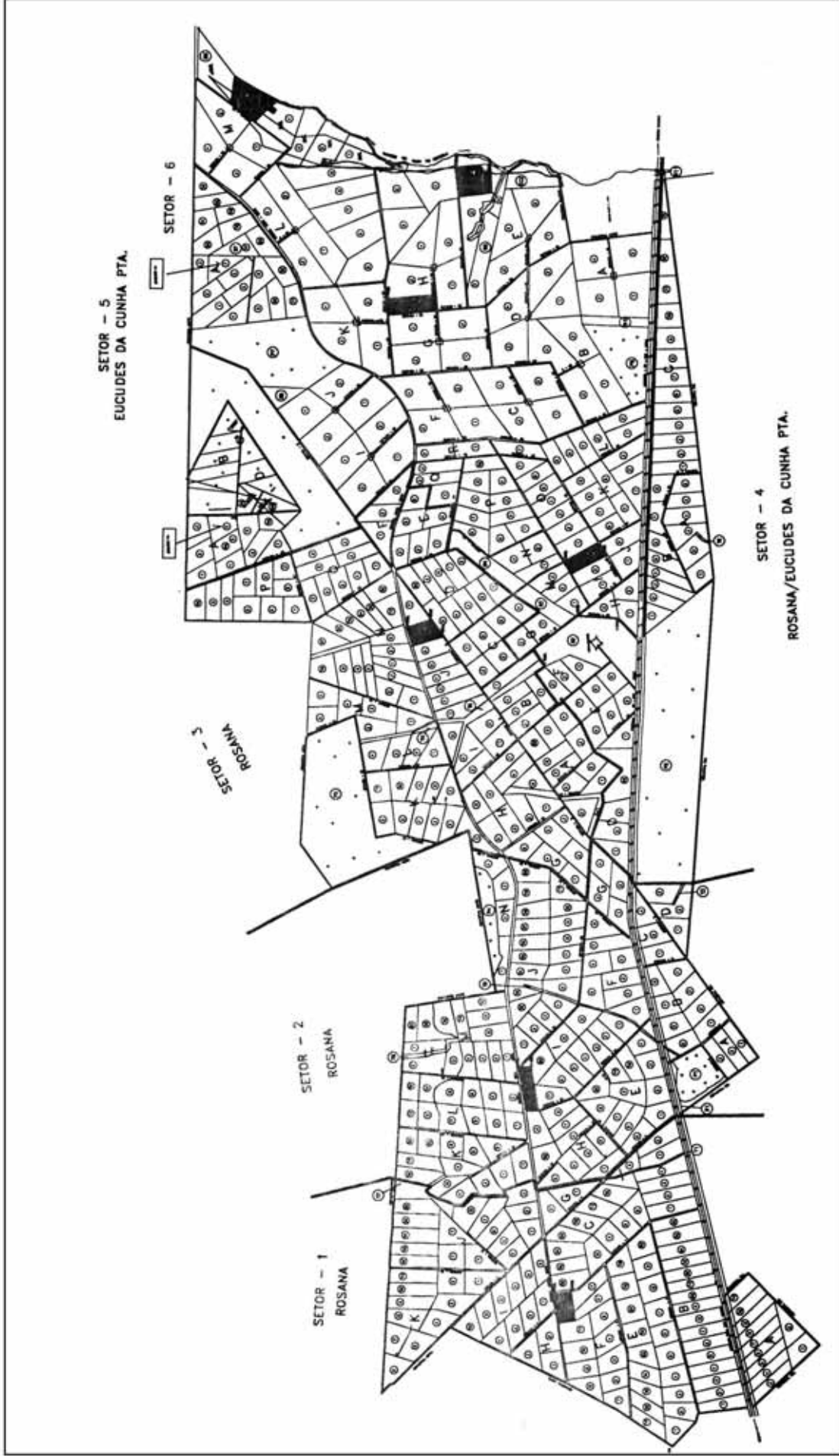


Figura 3 - Planta do assentamento Gleba XV de Novembro  
Fonte: ITESP, 2012.

O início deste assentamento está relacionado às demissões na Companhia Energética do Estado de São Paulo - CESP, nas empreiteiras e na Destilaria Alcídia. O desemprego massivo de milhares de pessoas deixaram muitas famílias sem ter para onde ir e nem opção de emprego na redondeza, logo que não havia outras empresas que pudesse acolher todo o contingente dispensado. Aliado a isso, outro agravante surgido foi à enchente no rio Paranapanema, no ano de 1983 que desabrigou muitas famílias ribeirinhas. Estas famílias se juntaram em um grande acampamento no trevo de Euclides da Cunha e organizaram um movimento que tinha como objetivo a luta pela terra (SOUZA, 2007).

Assim, em 15/11/1983 aproximadamente 800 trabalhadores vindos dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e outras localidades, ocuparam as terras da ex-fazenda Tucano e Rosanela, ambas em Teodoro Sampaio. A ocupação terminou por meio de um pedido de desapropriação feito pelos proprietários e no qual os ocupantes foram despejados e fizeram um acampamento na Rodovia Arlindo Bétio, SP 613 (IOKOI et al., 2005).

Após um tempo foram para uma área provisória cedida pela CESP. Com o agravamento da questão agrária, o governo paulista em 1984, desapropriou uma área equivalente a 15 mil hectares (ha) para a implantação do projeto assentamento, que atualmente é conhecido como Gleba XV de Novembro (SANTOS, 2009).

Hoje, as principais atividades desenvolvidas na maioria dos lotes são: a pecuária e a agricultura, no entanto alguns destes assentados arrendam a terra para o cultivo da cana ou trabalham fora para complementar a renda. A renda média de acordo com a safra 2010/2011 é de aproximadamente 1,3 salários mínimos por famílias, segundo dados repassados pelo ITESP (ITESP, 2013).

A produção agrícola corresponde a 405 lotes que produzem principalmente: fruticultura com destaque para o abacaxi e a melancia; olericultura com a produção de abóbora seca e a batata doce; e outros produtos como a mandioca indústria, o milho em grão e a mandioca seca.

Dos principais produtos agrícolas produzidos neste assentamento, a produção por quilo representa um total de 4.682.513,90 quilos. Sendo que da produção de fruticultura 52,35% é comercializada e 47,65% é destinada para o auto consumo; da olericultura produzida, 79,23% é comercializada e 29,77% é para consumo das famílias; os outros produtos (mandioca indústria, mandioca mesa e o milho) 59,26% é comercializado e 40,74% é destinado para consumo interno (ITESP, 2012).

A variedade da produção agrícola possibilita o desenvolvimento do turismo no espaço rural, a partir da criação de roteiros de visitação que levem o visitante a conhecer as formas de se cultivar, a colheita, armazenagem e distribuição, etc.

Este assentamento Gleba XV de Novembro, por ser o mais antigo do Pontal do Paranapanema, sua história evoca aos bastidores da luta pela terra nesta região, protagonizados pelas famílias que conquistaram o direito de ter o seu lugar. Ele é palco de muitos embates internos que faz deste assentamento um caso t pico, no qual a luta ideológica dos movimentos sociais pela terra se faz presente. Este fato caracteriza este assentamento no município de Rosana como enigmático para se desvendar o histórico da luta pela terra e para compreender a atuação dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Estado, bem como no País.

Além destas características socio-culturais, ele possui patrimônio cultural e identidades territoriais como, por exemplo, Folia de Reis, Roda de Viola e os assentados participam de aula de música no projeto Guri.

Este assentamento foi selecionado para analisar a potencialidade turística, dentro de uma proposta de Turismo no Espaço Rural - TER que busque, por apresentar a latência do patrimônio cultural e da identidade territorial, representados pelas festas populares, as questões de reforma agrária e os aspectos próprios produtivos das propriedades por meio da vivência com as famílias assentadas em sua lida diária com a produção.

Sobre a infraestrutura coletiva deste assentamento estão localizadas nas agrovilas. As agrovilas são espaços que dispõem de: correio, posto de saúde, escolas, centro com acesso a internet, os barracões ou centro comunitários, este último são espaços destinados para a realização de eventos. Os principais equipamentos instalados no assentamento Gleba XV de Novembro estão em todos os seus setores.

No setor I, há uma capela católica com o Santo padroeiro Sagrado Coração de Jesus, no qual acontece a festa do santo padroeiro, conforme calendário festivo rural elaborado por Santos (2009), há uma academia ao ar livre e um parquinho de brinquedos para as crianç as. Segue a Figura 4 que ilustra: 1 e 2 o barracão; 3- a capela; e 4- uma escola.





**Figura 4 - Centro Comunitário Setor I**

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

O setor II é apelidado pelos assentados de “Capital da Gleba XV de Novembro”, pois é normalmente na agrovila que acontece a Festa de Aniversário da Gleba XV de Novembro e outros eventos. Seu barracão passou por um processo recente de reforma, logo que este era o mais utilizado para a realização de eventos e os demais barracões de outros setores continuam abandonados. Também tem academia ao ar livre e um parquinho de brinquedos para as crianças, local para acesso a internet, entre outros.

A Figura 5 ilustra a infraestrutura da agrovila do setor II, com: 1- a reforma do Centro Comunitário Franco Motor; 2 - biblioteca; 3- a capela católica de Santa Luzia; 4- a escola; 5- posto do ACESSA São Paulo; e 6 - agência de Correios.



**Figura 5 - Centro Comunitário Setor II**

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

A agrovila do setor III há um campo de futebol, uma quadra poliesportiva, academia ao ar livre e um parquinho de brinquedos para as crianças. A Figura 6 ilustra a agrovila do setor III, e as fotos são: 1- a capela da igreja católica de Nossa Senhora Aparecida; 2- o barracão abandonado; 3- vista para o rio Paraná; e 4 - a escola.



**Figura 6 - Centro Comunitário Setor III**

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

#### 2.4.2 Assentamento Nova Pontal

Originalmente, o Assentamento Nova Pontal é composto por 122 famílias, abrangendo uma área de 2.786 hectares de terra localizando-se nas margens direita e esquerda da rodovia que liga Porto Primavera ao Paraná, via Diamante do Norte (CRUZ, 2008). Possui em sua área grande capacidade hídrica por estar próxima a margem do rio Paranapanema e do reservatório da Usina Hidrelétrica de Rosana.

Sua fundação está atrelada a concessão da Fazenda Timboril Agropecuária Ltda., para o Estado, em 1998. O ITESP realizou assembleia com 122 famílias selecionadas para ocupar essas terras. Este assentamento foi um caso específico já que foi formado por quatro grupos diferentes: o MST, o MAST, ex-funcionários das fazendas e os sindicatos de Porto Primavera. Cada qual ficou com uma área do assentamento (CARNEIRO, 2007).

Segundo pesquisa de Carneiro (2007) as famílias que se instalaram inicialmente neste assentamento também enfrentaram algumas dificuldades, pois não

havia infraestrutura no local, tais como: estradas, água canalizada, energia elétrica, meios de transporte, escolas. Somado a isso, a falta de recurso para investir na terra fizeram com que as famílias buscassem ajuda na gestão municipal da época para sua produção, e para perfurar poços. Do Estado conseguiram ajuda para construir estradas e escola. Dessa forma com o apoio conquistado e com o esforço das famílias as dificuldades foram sendo superadas.

Atualmente são 50 lotes que investem na produção agrícola, no qual os principais produtos são: fruticultura, com o maracujá azedo e banana maça; olericultura com abobrinha brasileira e pepino industrial; outras produções como cana forrageira, mandioca indústria e milho grão (ITESP, 2012).

O total da produção vegetal por quilo é de 1.340.658,00. No qual do total de fruticultura produzido, 97,05% é comercializada e 2,95% é destinado para o consumo; da olericultura produzida, 100% é comercializada; e dos demais produtos, 21% é para comercialização e 79% para consumo (ITESP, 2012).

Esta variedade da produção agrícola possibilita o desenvolvimento do turismo no espaço rural, por meio da criação de roteiros de visitação que levem o visitante a conhecer as formas de se plantar e colher. Atualmente este assentamento é visto com grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo (turismo rural, turismo de observa o, ecoturismo, turismo náutico, turismo de pesca). Constitui-se, portanto, num assentamento de grande beleza c nica pela proximidade com o rio Paranapanema e em virtude de seu formato ficou conhecido com “tuiu ”, conforme demonstra a Figura 7. Também este assentamento foi diagnosticado pela Carneiro como propicio para o projeto piloto de desenvolvimento do Turismo Rural – TR, mas também como possibilidade para o TER (CARNEIRO, 2007).

Em seu trabalho de conclusão de curso Carneiro diagnosticou este assentamento por meio da elabora o de dois roteiros de visita o que aproveitasse as propriedades que desejavam o turismo rural, os recursos naturais e a culinária deste assentamento.



Figura 7 - Planta do assentamento Nova Pontal

Fonte: ITESP, 2007.

Para o turismo no espaço rural neste assentamento também foi feito um levantamento da estrutura disponível no local. Dessa forma, a agrovila deste assentamento é um espaço que é propício para a realização de eventos, pois é arborizado, no qual dá para realizar atividades ao ar livre. Além de possuir uma escola, posto de saúde, centro comunitário e a cozinha comunitária.

A Figura 8 mostra que: 1- centro comunitário e a cozinha comunitária que estava em construção no período da pesquisa, mas que agora em 2013 já está concluída; 2- espaço ao ar livre arborizado; 3- a igreja católica com o santo padroeiro São Francisco de Assis; e 4- traçado da linha ferroviária que seria o ramal que ligaria Presidente Prudente a Dourados.



**Figura 8 - Assentamento Nova Pontal**

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

O levantamento da estrutura sobre os assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal e as fotos aqui apresentadas, demonstram que o Nova Pontal se destaca pela beleza paisagística e pela presença da cozinha comunitária, já que por meio dela é possível realizar atividades com café da manhã ou almoço neste espaço.

### **CAPITULO 3 – O DESPERTAR DE UM PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTUDO DE CASO SOBRE OS ASSENTAMENTOS GLEBA XV DE NOVEMBRO E NOVA PONTAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP**

Os resultados aqui apresentados abrangem a triangulação composta pelas entrevistas, a observação e o formulário, por meio de sua análise e interpretação que nos permitiu entender a possibilidade de desenvolvimento turístico dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana.

Assim, se fez necessário compreender o município de Rosana e os assentamentos selecionados, conforme apresentado no capítulo 2, porque foi de suma importância para entender os resultados aqui apresentados. Sabe-se que não é fácil pensar na possibilidade do turismo no espaço rural neste território que foi marcado pela ocupação de terras, da presença dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária porque estes assentamentos apresentam características diferentes e estas apontam para possibilidades diferentes de uso deste território pelo turismo.

As territorialidades identificadas nos assentamentos que representam seu patrimônio cultural e as identidades territoriais foram inventariadas de acordo com o Ministério do Turismo.

O Programa de Regionalização do Turismo torna evidente que, a política nacional de planejamento do turismo é passível de muitos questionamentos em relação a sua efetividade ao desenvolvimento turístico, bem como questões referentes aos impactos da atividade e participação da comunidade em desejar ou não o turismo.

Em grande parte, observa-se que nem sempre o planejamento engloba todos os envolvidos, especialmente a comunidade que acolherá o turista. Assim, muitos projetos e programas do Ministério do Turismo foram criados, como por exemplo, os vários roteiros do Programa de Regionalização do Turismo, mas não se sabe ao certo se a população foi consultada.

Segundo o Relatório de avaliação deste Programa (BRASIL, 2010b), um dos pontos a serem melhorados é a questão de que os atores sociais ainda não participam do Programa. Uma hipótese para isso é que o planejamento foi feito de forma vertical, desconsiderando o envolvimento da comunidade local. Por isso muitas vezes, a mesma não se reconhece no turismo, e no caso de Rosana/SP, desconhece a participação do município neste roteiro.

Por mais que seja uma situação paradoxal, este Programa pode ser uma oportunidade para a localidade desenvolver o turismo pensando em formas de qualificar este roteiro e estreitar a relação com o Ministério do Turismo por meio de uma articulação mais próxima da realidade municipal.

Por outro lado, o Pontal faz parte de um programa de roteirização federal, mostra que o Pontal foi percebido pelo Ministério do Turismo, como região passível para se desenvolver o turismo. Isto quer dizer que o Pontal não é apenas visto negativamente como um território da pobreza, dos movimentos sociais que luta pela reforma agrária, dos assentamentos rurais, entre outros. No Pontal há também outros aspectos antrópicos, socioeconômicos, culturais e ambientais que são reconhecidos pelo turismo e que podem contribuir para o desenvolvimento desta atividade, podendo ser uma alternativa para a comunidade.

O município de Rosana, como se pode verificar faz parte do Roteiro Pontal Paulista juntamente com os outros municípios tais como: Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Marabá Paulista, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Sandovalina, Taciba, Tarabaí e Teodoro Sampaio. Vale dizer que estes municípios não são os mesmos que integram o Circuito Oeste Rios, como veremos mais adiante, até porque este último foi iniciado antes do Programa de Roteirização do Brasil.

Considerando que o turismo que se propõe a ser implantado nos assentamentos rurais em questão, deve estar pautado no respeito à população local, que valorize os diversos aspectos bem como ser planejado com a complexidade e a magnitude que a atividade do turismo exige, necessário entender o que é demanda, oferta, produto turístico, serviço, infraestrutura, recurso turístico e atrativo turístico. Iniciemos pelo entendimento de demanda.

Para Magalhães (2002) a demanda é o público de interesse que geralmente são aqueles que procuram serviços e lugares diferentes do seu domicílio de origem. Já Boullón (2002, p. 42) afirma que, “a oferta é a quantidade de mercadoria ou serviço que entra no mercado consumidor a um preço dado e por um período determinado”.

Entendendo o que é demanda e oferta pode-se concluir que a oferta turística local dos assentamentos do Município de Rosana, poderá se fazer pela presença dos seguintes atrativos: Museu de Memória Regional e Usina Hidrelétrica. Já a oferta em potencial seriam o Projeto Guri e o patrimônio cultural e as identidades territoriais, dos assentamentos selecionados, tais como: Folia de Reis e Roda de Viola.



Nota-se que para Ignarra (2003, p. 21) os serviços turísticos “são elementos fundamentais para que o turismo possa desfrutar dos seus atrativos. Fazem parte deles: hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento, de informações turísticas, etc.”. Esses mesmos serviços são denominados por Boullón de equipamentos.

Já para Ignarra (2003, p. 21-22) a infraestrutura básica são os elementos essenciais que beneficiam tanto os turistas, os empreendimentos turísticos e a comunidade. Ressalta este autor, que “embora não sejam implantados para beneficiar exclusivamente os turistas, podem contribuir para a qualidade do produto turístico”.

A superestrutura é igualmente necessária para a realização do turismo, pois auxilia a infraestrutura. A superestrutura é todos os organismos especializados, público ou privado, que podem dinamizar e modificar o funcionamento das partes que compõem o sistema turístico, além de harmonizar as relações, facilitando a produção e venda dos serviços que compõem o produto turístico (BOULLÓN, 2002).

Observa-se que há uma interdependência dos serviços que compõem o turismo. Mesmo que a infraestrutura interna e externa, conforme foi mencionado, não tenha sido criada para o turismo, este depende diretamente para o seu bom desempenho e funcionamento.

Isso torna a atividade turística difícil de ser concretizada com a qualidade que deve ser, pois esbarramos na dificuldade do poder público municipal não compreender que para o turismo ser completo é necessário atender aos aspectos citados.

São considerados como atrativos culturais as instituições culturais, como por exemplo, bibliotecas, museus; e igualmente as manifestações tradicionais populares, com seus costumes, usos, modo de vida, saber-fazer; as festas religiosas, populares, folclóricas como: o reisado, a folia de reis, cavalgada; a gastronomia local; e as festividades cívicas oficiais. Também são analisadas como atrativos, as realizações técnicas – científicas, como por exemplo, os viveiros, horto florestais, usinas hidrelétricas (BRASIL, 2006).

Também não podem ser esquecidos os recursos naturais do município de Rosana com potencial a atividade turística. Estes pontos foram identificados pela Nicolosi<sup>1</sup> no ano de 2007. Assim, os principais recursos naturais são: Beira Rio ou Praia

---

<sup>1</sup>Informações obtidas em: NICOLOSI, Raquel Marrafon. **Turismo responsável: uma alternativa para aproveitamento dos recursos naturais do município de Rosana-SP.** 2007. 64 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual

Dourados, Balneário de Rosana, Encontro dos rios Paraná e Paranapanema e Trilha das Três Rampas.

Estes recursos são importantes conhecer, pois dispõem de potencial para pensar o desenvolvimento turístico deste território, já que por meio deles é possível contemplar roteiros no espaço rural e assim, envolver os assentamentos selecionados.

Os principais atrativos e patrimônio cultural com potencial turístico como campo de possibilidade para o turismo foram: Museu de Memória Regional; Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta com o Viveiro de produção de mudas; Folia de Reis; Roda de Viola; e Projeto Guri. Estes recursos serão analisados mais detalhadamente por meio das entrevistas aplicadas, pois é nele que se consiste este trabalho, que é os assentamentos rurais e sua potencialidade turística por meio do patrimônio cultural e das identidades territoriais.

Ressalva para o Projeto Guri, já que este projeto trabalha com aprendizagem de instrumentos musicais e há pouco tempo abriu vaga para os assentados. Este projeto possui potencialidade já que na atividade de turismo no espaço rural esses alunos poderiam fazer apresentações de música para o visitante. Dessa forma, aperfeiçoaria seu aprendizado e agregaria valor ao que faz.

Percebeu também que conhecer estes atrativos ilustrados na Figura 9 é de suma importância já que o município faz parte de dois roteiros, o Roteiros do Brasil de âmbito federal, como vimos no capítulo 2 e o Circuito Oeste Rios na esfera estadual e regional que será apresentado mais adiante.

Estes atrativos e recursos em potencial são os caminhos que entrecruzam o patrimônio cultural e as identidades já que identifica este território e é uma possibilidade para o desenvolvimento turístico.

Observou-se que se o Patrimônio é o conjunto de bens de um povo, segundo o entendimento de Françoise Choay (2001), este poderá abranger não só o bem institucionalizado como o Museu e a Usina, mas envolve também o patrimônio não institucionalizado representado pela Folia de Reis e a Roda de Viola que é igualmente importante e identifica um território.

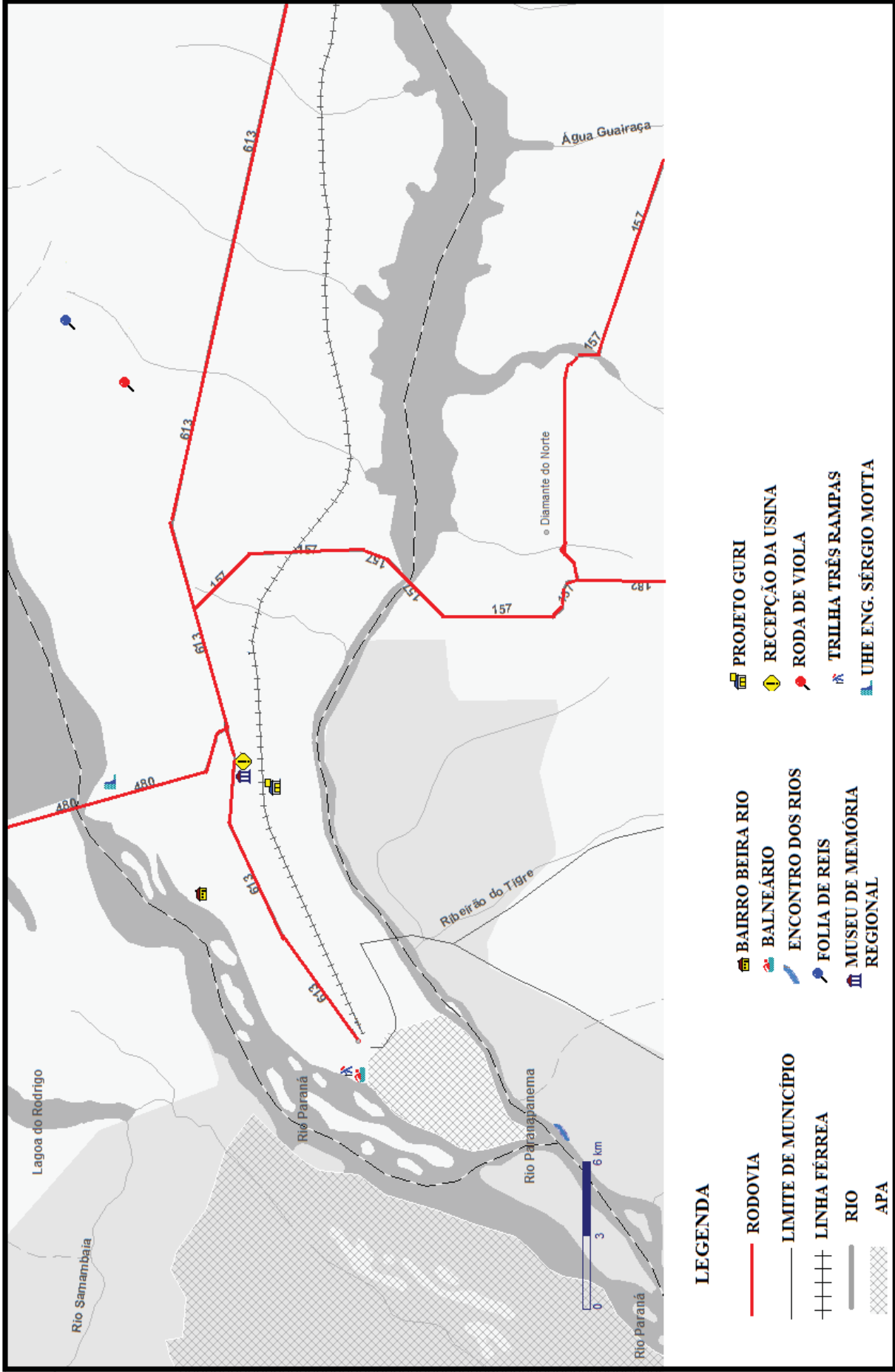


Figura 9 - Principais atrativos e recursos do município de Rosana/SP

Fonte: Autora.

Percebeu-se que a identidade conforme a teoria apresentada no capítulo 1 e segundo afirmam Hall (2005), Bauman (2005) e Castells (2001) são construções feitas pelos indivíduos ao longo do tempo, e por isso expressam o modo de vida dessas populações, no caso deste estudo de caso, representam o pequeno produtor assentado dos dois assentamentos.

O patrimônio cultural demonstrado na Figura 9 nos permite entender a localização dos principais atrativos consolidados ou não como possibilidade de criação de roteiros que leve em consideração a distância entre eles, quais atividades poderiam ser desenvolvidas ou não em cada um já que se tem um conhecimento básico do seu entorno.

No caso da Folia de Reis e Roda de Viola, estas necessitariam de mais tempo para visitá-las, pois estão mais distantes dos principais equipamentos e serviços de apoio ao turismo. Estes, conforme vimos no capítulo 2 estão no entorno dos atrativos, tais como: Balneário Municipal, Beira Rio, Museu de Memória Regional e Centro de Recepção da UHE Eng. Sérgio Motta apresentados na Figura 9.

O assentamento Gleba XV de Novembro conforme vimos no capítulo 2 não dispõe de uma estrutura adequada para atender um possível grupo de visitante e por isso, conforme veremos na interpretação das entrevistas com o Museu e a Usina, estes possíveis visitantes serão encaminhados ao assentamento Nova Pontal, já que este possui um centro comunitário mais estruturado, cozinha comunitária e espaço com a presença de árvores. Além disso, este assentamento possui um diagnóstico feito por Carneiro (2007) com algumas propriedades com potencial para receber visitação.

### **3.1 Resultados das análises das entrevistas como campo de possibilidades para o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural – TER dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana/SP**

A composição do embasamento teórico sobre patrimônio e as questões de preservação, a cultura e as identidades territoriais, o turismo e o território se fizeram necessário para entender as territorialidades existentes nos assentamentos. Territorialidades que manifestam os interesses dos atores entrevistados e em outros termos, como alternativa que converta em desenvolvimento turístico do espaço rural. Nessa concepção, o turismo aparenta ser uma possibilidade para valorizar o modo de vida do pequeno produtor assentado, agregar valor a produção agropecuária, entre outros.

As entrevistas foram fundamentais para entender as relações existentes entre: patrimônio, cultura, identidade, território e turismo e foram essenciais para identificar as possibilidades de desenvolvimento da atividade turística nos assentamentos selecionados.

### 3.1.1 O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Pontal do Paranapanema

O contato com o CODETER foi importante para entender a importância deste Programa para a região, as principais ações que envolvem a questão da cultura para valorização do patrimônio cultural e das identidades territoriais e sobre a possibilidade de desenvolver o turismo no espaço rural, como vimos no capítulo 2.

O CODETER é o colegiado responsável pela execução das ações do Programa Território da Cidadania no Pontal do Paranapanema. O entrevistado é membro deste colegiado, e a princípio contextualizou o processo de surgimento deste Programa no âmbito federal e regional.

Segundo o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), a região do Pontal do Paranapanema, a partir do ano de 2008, tornou-se Território da Cidadania. Esse território foi criado com o objetivo de: superar a pobreza por meio da criação de emprego e renda; inclusão social; acessibilidade a programas de infraestrutura básica; elaboração e integração de políticas públicas; e incentivo à participação social. Antes de iniciar o processo de criação dos territórios, foi necessário articular para criar o Colegiado. Nesse sentido, foi estruturada uma comissão de instalação das ações, com objetivo de articular a política pública que garantisse o desenvolvimento territorial do Pontal do Paranapanema (E 1, 2013).

Segundo o Programa Território da Cidadania (BRASIL, 2010a), dos 120 territórios criados, estes representam por: Municípios 1.852, sendo 32,2% do total do país; em população representa 42,4 milhões de habitantes, equivalendo 23% do total do país; a população rural sintetiza 13,1 milhões de pessoas, representando 46% do total do país.

No caso do Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema é formada por 32 municípios, representando 1,73 % do total de municípios do país que integram este Programa; esta região tem aproximadamente 600 mil pessoas, dos quais 59.911 vivem na zona rural, representando 10% da população total deste Território e 0,46 do total rural do país (BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011).

É necessário dizer que antes da criação deste território teve uma articulação, no sentido de discutir com a comunidade e diversos setores dos 32 municípios para verificar o que queriam para o Pontal do Paranapanema. Conforme relatou o entrevistado houve também uma articulação com os consultores do Ministério do Desenvolvimento Territorial – MDA e com as comunidades, as representações sociais da região, universidades, governos municipais, representantes de entidades do estado e as entidades que trabalhavam com a agricultura familiar para verificar e fortalecer o pacto neste território (E 1, 2013).

Dessas discussões notou-se que aquilo que era pensado pelo Estado de São Paulo, não era o mesmo que era pensado por este Colegiado Territorial. A partir dessas interlocuções que ficou esclarecido que seriam os 32 municípios mesmo, apesar de o Governo Estadual desejar a inserção de outros municípios, e por isso a proposta seria diferente daquela pensada pelo Estado. Assim, foi consolidado o território do Pontal do Paranapanema e se iniciaram as ações decorrentes das necessidades territoriais, o que foi a princípio pensar em infraestrutura para os assentamentos rurais, já que esta era a principal dificuldade que identificaram (E 1, 2013).

Pela proposta do Território da Cidadania os beneficiados seriam principalmente: Agricultura Familiar, Assentados de Reforma Agrária, os da Bolsa Família, as Comunidades Quilombolas, a população Indígena e os Pescadores. Destes, representam, no calculo total do país, a Agricultura Familiar, com 1,9 milhão de famílias; os Assentados de Reforma Agrária com 525,1 mil famílias; Bolsa Família com 3,9 milhões de famílias; as Comunidades Quilombolas com 810; Terras Indígenas com 317; os Pescadores com 210,5 mil famílias. (BRASIL, 2010a). No caso do Pontal do Paranapanema, os beneficiários seriam especialmente os assentados e os agricultores familiares.

Analisando os dados acima, por números de famílias, em ordem crescente, os principais beneficiados são: Bolsa Família e Agricultura Familiar, já que justifica a presença de políticas universais na região do Pontal. (E 1, 2013).

A presença de um Colegiado no território tem a responsabilidade de questionar sobre o andamento do Programa, bem como ser um articulador para levar até a esfera federal a necessidade do Pontal. Sendo assim, este Colegiado representado pela sociedade civil, pelas instituições, agentes de gestão municipal e órgãos federais e estaduais, deve zelar para que as discussões sejam pautadas na real necessidade da região.

O papel do governo federal atrelado aos ministérios que fazem parte do Programa é de colocar o recurso nos territórios, e cabe ao CODETER, analisar e qualificar as matrizes encaminhadas, a disposição dos recursos e discutir essas políticas com a sociedade, o governo municipal, o governo estadual e com as organizações da sociedade civil (E 1, 2013).

As matrizes foram desenvolvidas levando em consideração os três eixos e os sete temas do Programa. Assim, os eixos são: Apoio a Atividades Produtivas; Cidadania e Direitos; e Infra-estrutura. Estes eixos se subdividem em sete temas com ações específicas, são eles: Organização Sustentável da Produção; Ações Fundiárias; Educação e Cultura; Direitos e Desenvolvimento Social; Saúde, Saneamento e Acesso à Água; Apoio à Gestão Territorial; Infraestrutura.

No tema “Organização Sustentável da Produção”, as ações são: Financiamento da Produção e Seguro (Pronaf); Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural; Estímulo ao Cooperativismo e Economia Solidária; Apoio à Comercialização; Planejamento e Organização Produtiva (Arranjos Produtivos Locais, Biodiesel); Gestão e Educação Ambiental (BRASIL, 2010a).

Nas “Ações Fundiárias” são compostas pelas ações de: Obtenção de Terras para assentamentos de trabalhadores rurais; Regularização Fundiária; Reconhecimento e Regularização de Terras de Comunidades Quilombolas; Desintrusão de famílias não-indígenas em Terras Indígenas; Programa Nacional de Crédito Fundiário (BRASIL, 2010a).

Dentre as principais ações a serem desenvolvidas no âmbito da “Educação e Cultura” nos Territórios da Cidadania, em parceria com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação e do Programa “Mais Cultura” do MinC, estão: Brasil Alfabetizado; Pro Jovem Rural e Urbano; Construção de Escolas no Campo; Construção e Equipamentos para Escolas de Populações Indígenas e Quilombolas; Bibliotecas Rurais; e os Pontos de Cultura (BRASIL, 2010a).

Em “Direitos e Desenvolvimento Social” estão ações relacionadas a universalização dos programas básicos de cidadania, tais como: Bolsa-Família; Políticas de Assistência Social; Benefícios de Prestação Continuada; Programas de Documentação Civil para mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL, 2010a).

Na “Saúde, Saneamento e Acesso à Água” as ações são: Atenção Básica em Saúde (Estratégia de Saúde da Família); Farmácia Popular; Brasil Sorridente;

Saneamento e Abastecimento de Água; Construção de Cisternas; Infraestrutura hídrica (BRASIL, 2010a).

No “Apoio à Gestão Territorial” que tem como objetivo o fortalecimento da articulação institucional e sociedade, com ações que permitam: Elaboração e Qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento; Capacitação de agentes e membros do Colegiado Territorial; Articulação de Instrumentos de Planejamento Territorial e Territórios Rurais (BRASIL, 2010a).

O tema “Infraestrutura” são ações que tem como propósito a qualidade de vida no espaço rural, como o: Programa “Luz para Todos”; Habitação Rural e nos centros urbanos dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; Melhoria da Infraestrutura em assentamentos de reforma agrária (BRASIL, 2010a).

No caso do Pontal do Paranapanema, o CODETER identificou no início da implantação do Programa que a prioridade era a infraestrutura, logo que o principal problema estava na cadeia produtiva do leite, assim a Câmara Temática de Infraestrutura foi montada para garantir o desenvolvimento territorial (E 1, 2013).

Partindo de uma leitura da atuação do CODETER, percebeu-se que nos primeiros anos ficou mais atrelado a questões de infraestrutura e muito em função das necessidades socioeconômica, pois compreendia que estes eram os maiores empecilhos para o desenvolvimento territorial no Pontal.

As principais ações desenvolvidas no Pontal do Paranapanema foram a: criação do CODETER, prioridade de Infraestrutura Leiteira e a criação de Câmaras Temáticas. As principais ações desenvolvidas na questão de Infraestrutura e Desenvolvimento Social foram: cadeia produtiva leiteira, produção de hortifrutigranjeiros, bolsa família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Conforme foram solucionando os problemas de infraestrutura, foram criadas as demais Câmaras Temáticas para trabalhar os demais temas no CODETER do Pontal do Paranapanema, como por exemplo, a Câmara de Educação e Cultura (E 1, 2013).

Na Câmara de Educação e Cultura, em virtude dos problemas enfrentados na questão da educação no campo foi vista como prioridade em virtude das barreiras existentes, como foi muito colocado e discutido no I Fórum Territorial de Educação e Cultura do Campo, realizado no dia 28 de junho de 2013, que foram: os fechamentos das escolas rurais, a quantidade de alunos por sala, as salas seriadas, o transporte escolar que leva as crianças para estudar na cidade quando no espaço rural não



dispõem de escolas, entre outros. Dessa forma houve uma priorização muito grande em relação à questão da educação e, a questão cultural sempre ficou mais no segundo plano (E 1, 2013).

No entanto, há apontamento e a necessidade de se trabalhar a cultura deste território, contudo, ainda esbarra nos aspectos de acesso a infraestrutura básica para se avançar para outras ações que são igualmente importantes para o desenvolvimento territorial, como por exemplo, o patrimônio cultural e as identidades territoriais.

Diante deste cenário, a Câmara de Educação e com a questão da educação se sobressaiu em detrimento da Cultura, mas o próprio Colegiado sente a necessidade de se criar uma Câmara Temática só para discutir a Cultura do Pontal do Paranapanema ou uma Câmara Temática em conjunto com o turismo para se trabalhar e discutir a questão cultural e o turismo nos assentamentos, logo que foi apresentada a demanda para implantação do turismo no território (E 1, 2013).

Houve o reconhecimento por parte do entrevistado de que o turismo é uma atividade com potencialidade para se trabalhar com os assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova Pontal, especialmente porque já há uma perspectiva de alguns pequenos produtores para o turismo no espaço rural (E 1, 2013).

Além disso, reconhece no turismo aspectos já discutidos no capítulo 1 que são a questão da valorização do patrimônio cultural, das identidades territoriais, da autoestima dos assentados, do saber – fazer, do modo de vida que podem agregar valor a produção agropecuária do agricultor familiar. São ações que devem ser muito discutida no sentido de se conhecer as motivações e os produtos turísticos a serem ofertados, para que o turismo seja de acordo com a realidade e possibilidade da comunidade.

Então o entrevistado percebe o turismo e a cultura, dentro das ações prioritárias deste Programa para esta região, como algo secundário e pontual, entretanto seria uma possibilidade para trabalhar com a questão da cultura para valorizar aquilo que a região possui de patrimônio cultural como Rodas de Violas e Folias de Reis (E 1, 2013).

Por outro lado “existe uma demanda muito grande em relação à questão do turismo”, dessa forma compreendeu-se que esta demanda é pontual, especialmente no assentamento Água Limpa, no qual os assentados elaboraram um projeto para a implantação do turismo no espaço rural, mas não foi possível articular dentro deste Programa em virtude da ausência de editais que contemplem essa atividade (E 1, 2013).

Das demandas que aparecem aqui, o que é que apareciam de demanda, teve demanda sim, então a gente não tinha nem o edital que pudesse ajudar nessa questão do desenvolvimento do turismo rural, a gente não tinha nenhum recurso, nenhum edital que a gente pudesse, e a gente cobrou, nós cobramos nas avaliações que a gente qualificava os programas do governo (E 1, 2013).

Na entrevista foi afirmado que a demanda é apresentada no CODETER por meio da comunidade assentada participante, dos agentes municipais que integram o Colegiado, e sociedade civil, mas que o propósito maior é que a demanda represente a necessidade da comunidade (E 1, 2013). Assim, apesar do turismo no espaço rural ser uma demanda apresentada por uma comunidade assentada e o desejo de outras, não obteve êxito no Programa.

Assentamento Água Limpa, eles trabalham com turismo rural, e eles apresentaram um projeto, eles queriam apresentar um projeto para montar alguma infraestrutura, alguma coisa no assentamento que pudesse articular, que pudesse atender os visitantes, que tivesse um espaço para eles estarem colocando os produtos, eram várias ações que eles colocavam, aí vocês podem ter acesso ao projeto deles lá e qualificar essa informação (E 1, 2013).

Assim, para a proposta de Turismo é necessária também a participação do Ministério do Turismo para que isso se concretize, pois é por meio deste Ministério que virão os editais para que a atividade turística seja englobada. Até porque os editais atuais até junho de 2013 contemplam apenas a questão de infraestrutura para os assentamentos, cadeia produtiva leiteira com aquisição de equipamentos para o resfriamento e armazenamento do leite (E 1, 2013).

Partindo do entendimento deste Programa, ficou claro que apesar da existência de uma demanda para o turismo, este Programa não envolve o processo de turistificação. Por isso é importante advertir que a partir do momento que não existe nenhum edital que atenda essa atividade e tendo em vista que esses editais correspondem a ações prontas, lançadas de cima para baixo, e o fato do entrevistado mencionar o turismo como alternativa para os assentamentos, isso demorará de acontecer e possivelmente pode não ter este Programa como mediador.

Entretanto ressalta - se para o fato que o entrevistado relatou que quando uma demanda é apresentada via CODETER ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, as chances de serem atendidas são bem maiores, ou seja, fazer parte do Programa Território

da Cidadania e ter um Colegiado conivente com os interesses da comunidade local facilita o acesso aos recursos (E 1, 2013).

Por isso, analisando esse contexto, notou-se que o turismo tem aparentemente pouquíssimas chances de se tornar uma realidade no Pontal do Paranapanema por meio deste Programa. Contudo que existe sim uma potencialidade turística regional, mas que os assentados deverão buscar outros programas que destinem recursos para essa finalidade.

Por outro lado, percebeu - se que as ações deste Colegiado estão atreladas a identidade territorial do Pontal do Paranapanema, que é a agricultura familiar e a atuação dos movimentos sociais, apontada pela Célula de Avaliação do Pontal do Paranapanema, já que nesta avaliação foram considerados 7 possíveis fatores que podem influenciar uma identidade comum: Ambiental, Agricultura Familiar, Economia, Pobreza, Etnia, Colonização e Político. Destes fatores, se sobressaem às categorias de análise: agricultura familiar, movimentos sociais/ políticos, (meio) ambiente e pobreza e marginalização, possuindo nesta ordem os maiores valores na definição do território, e as demais categorias atividades econômicas e processos de ocupação /colonização apresentam índice médio alto; e a existência de povos tradicionais (etnia) apresenta índice médio baixo (BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011).

O desenvolvimento dessa região só será possível mediante o protagonismo do pequeno agricultor e da atuação dos movimentos sociais, com o fortalecimento das atividades econômicas fundamentadas nesses segmentos sociais e preocupadas com aspectos ambientais e culturais (BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011).

A informação apresentada anteriormente aponta para a importância da agricultura familiar como característica presente no território do Pontal, e esta deve ser considerada como fator relevante para ações futuras deste território. Esse apontamento apresentado justifica-se em virtude da predominância de agricultores familiares, sendo estes assentados ou não, e também da participação de instituições que atuam diretamente com este segmento, além da presença dos representantes da sociedade civil, agentes de gestão municipal e órgãos federais e estaduais que compreendem a agricultura familiar como fator indispensável para este território (BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011).

Partindo desses apontamentos, ficou caracterizado que a região do Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema tem a sua identidade territorial marcada prioritariamente pela presença da agricultura familiar. Fato este, que é visto neste

trabalho como possibilidades de desenvolvimento turístico nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal. Sobre o turismo já estudamos o seu conceito no capítulo 1, e tem justamente a particularidade de trabalhar o turismo em complementação a produção agropecuária.

Além disso, no viés cultural, pode - se elencar os seguintes patrimônios culturais que se apresentam em comum neste território, tais como a Folia de Reis e encontros de viola caipira, conforme foi apresentado pelo entrevistado, e que também estão presentes no assentamento Gleba XV de Novembro representado o seu o patrimônio e as identidades territoriais (E 1, 2013).

Tendo como identidade territorial a agricultura familiar, afirma-se que o Território da Cidadania, personificado no CODETER, poderia contribuir para a valorização do patrimônio cultural e das identidades territoriais existentes na região e nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal.

Em relação ao turismo, como já constatado no decorrer da análise desta entrevista, este Programa não dispõem de recursos que venha a fomentar essa atividade, e, portanto o turismo no espaço rural não é tida como prioridade para esta região, já que apenas a infraestrutura para os assentamentos é a grande lacuna que o Ministério do Desenvolvimento Agrário deseja sanar. Em virtude disso, outras possibilidades de financiamento devem ser almejadas por parte dos assentamentos que são o objeto de estudo deste trabalho.

### 3.1.2 Gestão Pública Municipal de Rosana/SP e o Turismo

O contato com a Divisão de Turismo, Eventos e Cultura de Rosana/SP foi importante para compreender a gestão local a cerca do patrimônio cultural, para isso buscou-se questioná-lo sobre o patrimônio cultural e a identidades territoriais existentes nos assentamentos e do município; identificar as ações de fomento à atividade cultural. Entre outros.

Dentro desse contexto, o entrevistado quando questionado sobre o turismo local, destacou que há pouco tempo que estão na gestão, mas que a proposta é a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e a consolidação do turismo existente (E2, 2013).

No primeiro instante era identificar na gestão municipal a questão do planejamento turístico, assim, descobriu-se que há projetos para que isso venha a se tornar realidade, mas como a gestão iniciou o trabalho esse ano (2013-2016), ainda não foi possível colocar os projetos em prática.

Mas, de todo o modo a análise da entrevista com o órgão público foi necessária para compreender qual o entendimento sobre a atividade do turismo, bem como para saber quais as ações que efetivamente poderiam colaborar para mudar a realidade turística local.

Um passo importante foi incluir na Divisão Municipal de Turismo, Eventos e Cultura o profissional formado em turismo, o que poderá trazer outras percepções sobre o que é necessário para a atividade.

A partir da leitura da entrevista, percebeu-se que o entrevistado tem conhecimento do assunto, e reconhece a importância do turismo para a localidade, logo que no município é proibida a instalação de indústria, em virtude de ser uma Área de Preservação Ambiental - APA. Assim, o turismo é uma possibilidade para se chegar a criação de emprego e renda, sem a necessidade das pessoas saírem do local para trabalhar em outros municípios (E2, 2013).

Quando o entrevistado foi questionado sobre o turismo no município foi relatado que ainda falta a infraestrutura necessária, entendendo que a infraestrutura é essencial para o turismo, entretanto, esta é muito mais importante para a população residente que depende no seu cotidiano de qualidade nos serviços básicos, seja médico hospitalar, transporte, saneamento básico, entre outros (E2, 2013).

Todavia ressalta Boullón, sobre a infraestrutura turística,

[...] resta agora decidir se existe ou não uma infraestrutura turística. Em primeiro lugar, cabe dizer que não; quando sob o título de infraestrutura, queremos incluir os restaurantes ou hotéis, porque já estabelecemos que esses elementos pertencem ao equipamento. Em segundo lugar, fica claro que de maneira nenhuma a infraestrutura externa pode ser turística, porque perderia sua condição de ser geral. Mas ao considerarmos o terceiro nível (infraestrutura interna), vemos que efetivamente é correto falar de uma infraestrutura turística. [...] (BOULLÓN, 2002, p. 59).

O conjunto de infraestrutura, superestrutura, produto turístico é que garantirão a sobrevivência do turismo. Assim, quanto mais estruturado estiver um local,

mais fácil será para a inserção do turismo, pois esta atividade é extremamente dependente de todos os serviços, equipamentos e instalações de um local.

A infraestrutura foi mencionada como ausente no município, caracterizando-o como um “turismo prematuro”, nas palavras do entrevistado. Entretanto, o turismo é visto como uma possibilidade para a localidade (E2, 2013).

Sobre o plano municipal de turismo ou o conselho municipal, foi relatado pelo entrevistado que ainda não existe no município, mas que é uma proposta da gestão criar o Conselho Municipal de Turismo para discutir sobre o desenvolvimento turístico (E2, 2013).

Outro ponto mencionado na entrevista foi de transformar o turismo com base no público familiar, tentando criar uma nova imagem do turismo no município, logo que o mesmo ainda é atrelado à prática de prostituição. Dessa forma, incentivar a criação de produtos que atraiam a família é um caminho para romper com essa imagem negativa do turismo municipal (E2, 2013).

Sobre o Programa Território da Cidadania, o município faz parte, está participando das reuniões, mas conforme o entrevistado relatou as ações são mais pontuais em três áreas: Educação, Cultura e Agricultura. Sendo assim, quem participa mais ativamente são as divisões municipais pertinentes a estas questões (E2, 2013). Entretanto como apresentado pelo entrevistado do CODETER, há uma predominância das questões agropecuárias.

Por outro lado, se houver a participação do Ministério do Turismo, conforme a entrevista com o CODETER, o município tem grande oportunidade de participar e fazer apontamentos em relação ao turismo e pleitear em conjunto ao Território da Cidadania financiamento para alavancar o turismo no município.

Além de participar do Território da Cidadania, o município está incluso no Circuito Oeste Rios, que é uma proposta para desenvolver o turismo regional. É um elo que pode fortalecer o turismo local, logo que este Circuito tem o apoio da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, sendo um dos circuitos turísticos que compõem o turismo no Estado.

E para o entrevistado participar destes roteiros é importante principalmente porque aumenta as chances do município angariar recursos para investir no turismo (E2, 2013).

Em relação aos atrativos turísticos foi mencionado: a UHE Eng. Sérgio Motta, o Museu de Memória Regional, o balneário, a pesca, estes como atrativos já consolidados, mas que há outros com potencialidades, tais como: o encontro dos rios, a trilha das Três Rampas, a eclusa, a fauna, a flora, as ilhas, a festa de Réveillon, a festa de Carnaval (E2, 2013).

Esses atrativos necessitam ser melhorados tanto para o lazer dos residentes que necessitam de equipamentos para o entretenimento, quanto para o turista. Deverá ser efetuado um levantamento dos atrativos existentes e um diagnóstico preciso e detalhado sobre a real situação e, posteriormente a elaboração de um plano de revitalização e qualificação de cada atrativo. Isso também deverá ser feito com os recursos em potencial para que sejam identificados os usos reais e sua possível transposição a critério de atrativo turístico.

Desse conhecimento é possível dizer que, dos que foram citados pelo entrevistado, os atrativos são: a UHE Eng. Sérgio Motta; o Museu de Memória Regional no distrito de Primavera e a pesca.

Apesar de não ser mencionado, também compõem os recursos turísticos, o balneário de Primavera também chamado de Praia Dourado; fazenda Tranin, ideal para trilhas; as ilhas do rio Paraná com pontos de observação da fauna; Porto Amizade localizado as margens do rio Paranapanema, antigo porto de travessia de balsa entre os estados de São Paulo e Paraná; alguns mirantes que estão localizados nas ilhas do rio Paraná, ou na trilha das Três Rampas com visão privilegiada para as ilhas e o rio Paraná. Alguns desses atrativos e recursos tiveram sua localização coletada conforme já apresentado no início deste capítulo.

Nota-se que outro elemento que combina perfeitamente com o turismo é a questão da culinária. Comer é uma necessidade fisiológica do ser humano, e tendo um local que ofereça uma alimentação contextualizada com o cotidiano dos munícipes é um fator que tornará um diferencial para o turismo.

Partindo desse pressuposto foi sugerido pelo entrevistado que um dos pratos que tem mais a ver com a realidade rosanense é o peixe, e nos assentamentos talvez a galinha caipira (E 2, 2013).

Em relação ao turismo nos assentamentos, o entrevistado demonstrou interesse sobre o assunto, apontando que os assentamentos possuem uma singularidade que poderá desencadear o desenvolvimento do turismo, contudo ressaltou que é necessário

também investir em infraestrutura e melhoria nas estradas que servem de acesso aos assentamentos (E2, 2013).

Foi comentado que há interesse de empreendedores em investir no turismo rural nos assentamentos do município. É um passo interessante, contudo, é imprescindível mais uma vez falar da infraestrutura, de superestrutura, dos serviços de apoio que são vitais para o turismo. Além disso, os assentados têm também suas necessidades que antecedem a questão do turismo e estas devem ser atendidas como condição prioritária para a inserção do turismo no espaço rural (E2, 2013).

A comunidade assentada precisa ser consultada sobre a instalação desses empreendimentos e qualquer outro que possa adentrar em seu território. Lembrando que o assentamento é o local de vida dos assentados, é seu território, onde se cultiva sua identidade, é onde se retira o seu sustento, então antes de qualquer tentativa de introduzir algum elemento neste território, os assentados devem ser consultados e decidir se assim o querem ou não.

Lembrando que essa sugestão de turismo no espaço rural é em concordância com a própria comunidade assentada que fez o curso de capacitação de Turismo Rural, e é apenas uma proposta de cunho acadêmico e científico que, antes de qualquer atitude no sentido de sua realização, se faz imprescindível o diálogo mais próximo com a comunidade assentada. Por isso, a instalação de empreendimento deve ser de concordância também da própria comunidade.

Em razão disso, estando à população feliz com suas necessidades atendidas é um primeiro passo para que o turismo dê certo, afinal a comunidade tem que se sentir participante e integrante do processo turístico.

Assim, o turismo nos assentamentos como evidenciado pelo entrevistado, é possível. E a criação de um roteiro que interligue a Usina, o Museu com os assentamentos é uma forma de incentivar o turismo nos assentamentos e em outros locais do município (E2, 2013).

Também foi argumentado sobre a falta de infraestrutura nos assentamentos, pois, isso é um grande impedimento para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, principalmente melhorando a via de acesso (E2, 2013).

É interessante pontuar que o marketing é igualmente importante para divulgar o turismo, pois assim estaria colocando a disposição do público em potencial o que o município tem para oferecer no tocante ao lazer. No entanto é bom entender que a



divulgação também deve fazer parte de um planejamento, pois a questão não é abrir as portas do município para o turista e não assumir as responsabilidades que isso lhe infere, por isso é importante questionar qual o público e a quantidade de pessoas que a comunidade rosanense deseja.

O marketing é um instrumento tendencioso, que pode contribuir beneficentemente quanto maleficamente ao turismo e conseqüentemente para a população, pois se a comunidade se sentir depreciada em virtude do turismo, esta poderá hostilizar o visitante, o que de certa forma irá afasta-lo da localidade e comprometer a atividade.

Dessa forma, reconhecendo a potencialidade existente, mas analisando a questão da infraestrutura, da preparação para acolher os turistas, o assentamento Nova Pontal foi citado pelo entrevistado como a mais adequado neste momento para o turismo rural (E2, 2013).

Acrescente – se, ainda a respeito do turismo no assentamento, a característica do modo de vida do pequeno agricultor, no qual, está presente no trabalho que ele executa no cotidiano, na alimentação, na forma de produzir seu alimento, esta relação que torna o espaço rural singular, marcado pela convivência comunitária, das relações mais próximas. Espaço propício para atividades de turismo no espaço rural, que tem em seus elementos do cotidiano uma riqueza que poderá amparar o turismo.

A valorização do espaço, com atividades que agreguem valor ao trabalho da ordenha da vaca, da lida na plantação, na colheita da fruta, no preparo de uma comida caseira, no contar estórias, são atributos que podem se encontrar no turismo.

Aqui o intuito não foi fazer uma apologia ao turismo como gerador de lucro, mas dar uma versão social dessa atividade, que na medida certa poderá ser um instrumento para as famílias assentadas. O sentido é sensibilizar para a prática do turismo pelo aspecto social, que pensa na comunidade, que respeita o seu espaço, seu patrimônio cultural e sua identidade territorial.

Pode - se dizer que o turismo no espaço rural tem como diferencial dos demais tipos de turismo a preservação do patrimônio cultural, pois estes constituem em próprio atrativo para o turismo. Entende-se a partir disso, que por meio do turismo esse patrimônio poderão ser salvaguardado.

Nesse sentido, analisando a entrevista na tentativa de compreender a gestão local acerca da cultura e buscando respostas sobre o patrimônio cultural do

município e dos assentamentos, foi relatado pelo entrevistado, que a cultura é igualmente importante para o turismo (E2, 2013).

Do patrimônio cultural podem ser elencados o grupo de Folia de Reis, os violeiros, e como ação no município tem o projeto Guri. Sendo estes mencionados pelo entrevistado, o que significou que o gestor municipal tem o conhecimento da existência de cada uma delas e o reconhecimento de que se necessita fazer alguma coisa para mantê-las, como uma responsabilidade e compromisso da esfera municipal de zelar pelo seu patrimônio cultural e artístico (E2, 2013).

Notou-se que o grupo de Folia de Reis e Roda de Viola são manifestações que devem ser mantidas, mas como citado pelo entrevistado, mas que há uma falta de infraestrutura de ambos. Aí se configura um grande motivo para fortalecer esses grupos e ajudá-los a se manterem. Por muitos anos eles ficaram abandonados a própria sorte, e conseqüentemente ficaram desmotivados e sem condições financeiras para se manter. Na atualidade acontece a festa do Santo Reis porque é uma questão que já está incorporada a vida daqueles foliões, que se deixar de fazer é como se faltasse algo na vida de cada um deles.

A Folia de Reis é uma manifestação que caracteriza a própria cultura de Rosana/SP, pois na formação do município havia a Folia de Reis, mais um motivo para tomar medidas de acautelamento para permitir a sua continuidade em curto, médio e longo prazo, para a comunidade presente e às gerações futuras (E2, 2013).

Esta também deverá ser contemplada como patrimônio cultural presente desde muito tempo no município, pois faz parte da história de vida de muitas pessoas que moraram ou que ainda residem no município.

Foi citada a criação do Museu sobre os pioneiros, já que o município não tem um arquivo público que conserve a memória e os fatos importantes. Assim, um município que não tem onde deixar registrado sua história, seu passado, é um local que está fadado a ficar sem memória e a cair no esquecimento, pois provavelmente quem tem o conhecimento sobre os pioneiros guarda por meio da oralidade, uma vez estas pessoas não existindo perde-se a fonte de informação (E2, 2013).

A Casa da Cultura é outro ponto que na cultura está fragilizado, pois foi um espaço que estava prestes a desabar, foi reformado, mas permanece a maior parte do tempo fechado. Abre apenas quando é solicitado o espaço para a realização de atividade de alguma instituição.

Este espaço poderia ser mais aproveitado com sessões de cinema para a população, para sediar festival de teatro, de música, literatura de cordel, apresentação dos violeiros da Roda de Viola ou o grupo de Folia de Reis e do Projeto Guri.

É necessária a elaboração de um calendário mensal de apresentações para que a comunidade tenha momentos de lazer, entretenimento, logo que não há esses equipamentos no município. É um dever aproveitar este espaço, que é próprio para atividades culturais, já que foi gasto um dinheiro público para sua reforma, e deixando-o fechado não faz jus ao investimento aplicado. A melhor forma de valorizar é usando - o.

Das inúmeras idéias que o entrevistado citou para o município de Rosana/SP, segue uma sinopse da proposta da gestão 2013-2016 para alavancar a cultura e dinamizar o turismo: Art Fest – Feira de Artesanato; Carnaval; Circuito Cultural: artes plásticas, artesanato, teatro, moda de viola, folia de reis e apresentação de cinema; Festa do Peixe e Arrancadão de Barco; Festivais de música católica; Festivais de música gospel; Museu dos Pioneiros; a PrimaRosa; Projeto Ademar Guerra de Teatro; Projeto Guri; e Réveillon. (E2, 2013). São ações que podem contribuir para atrair visitante, mas que não se sabe com certeza se isso será realizado ou não.

### 3.1.3 O SEBRAE e o Circuito Turístico Oeste Rios

O contato com o Sebrae foi importante para a entender a participação e colaboração do Circuito Oeste Rios e sua aplicabilidade nos assentamentos rurais, a percepção sobre o desenvolvimento turístico, especialmente nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana.

A proposta de criar no Pontal do Paranapanema um circuito turístico, apesar de esta não ser uma região com tradição para o turismo, foi uma tentativa, mas que ainda não atingiu a plenitude, principalmente se levarmos em consideração que a principal economia regional é a agropecuária, além disso, conta com a presença de assentamentos rurais de reforma agrária com agricultura familiar e a atuação dos movimentos sociais. Então pensar em uma proposta de turismo deve levar em consideração essas características territoriais do Pontal do Paranapanema.

Como já foi dito, lançar um produto como o Circuito Oeste Rios foi um passo importante para incentivar o turismo regional, principalmente para o município de Rosana que já tinham alguns atrativos consolidados, como por exemplo, o Museu e a

Usina. Entretanto, notou-se que o lançamento do circuito não foi o suficiente para suprir as reais necessidades dos municípios envolvidos, como é o caso de Rosana/SP, no qual o município continua a carecer de um planejamento para adequar-se ao turismo.

Para tornar esse circuito um caminho para alavancar o turismo em Rosana/SP será necessário também a participação do poder público no sentido de estabelecer um planejamento para que o espaço reúna a infraestrutura básica e de apoio ao turismo, como já mencionado no início deste capítulo.

De fato, uma proposta de circuito regional é uma possibilidade a mais, contudo não se constitui um fim em si mesmo, logo que deverá articular com a gestão municipal, empresários e comunidade a fim de estruturar a localidade para o turismo que se deseja.

Dessa forma, quando a entrevistada foi questionada sobre a vocação turística da região do Pontal do Paranapanema foi mencionado que apesar de não ter tradição turística, há um grande potencial na região (E 3, 2013).

Para se chegar ao desenvolvimento turístico dos municípios que integram este circuito, foi relatado sobre a importância do turismo como fomento para setores da economia, já que a presença do turista mobiliza não apenas o comércio local, a rede de alimentação, hoteleira e agências de viagens. Este dinamiza também outros setores ligados a estes citados, contribuindo para que o agricultor que cultiva os produtos que irão parar nas redes de restaurante e beneficia as lavanderias que prestam serviço ao hotel aumente sua produção, e assim sucessivamente (E 3, 2013).

O turismo como setor da economia poderá trazer benefício financeiro, mas por outro lado, é necessário criar na região um ambiente hospitaleiro para acolher estes visitantes, e principalmente, ter produtos que atraia os mesmos. Mais uma vez se faz necessário o planejamento para se pensar em ações conjuntas que permita que o turismo se desenvolva na região.

Quando questionada sobre a possibilidade do circuito beneficiar também os assentamentos da região com roteiro de visitaçao nas propriedades não foi descartada esta possibilidade, principalmente contribuindo para o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Contudo, foi identificado que é possível, mas que carece de parceria com os produtores que desejam implantar o turismo, e atuação do poder público para facilitar a sua inserção, principalmente pela presença de pessoas que conheçam bem as potencialidades locais (E 3, 2013).

O circuito é na realidade uma proposta de produto que oferece lazer aquático, pesca esportiva e ainda contato com o campo, a natureza, a história e a cultura local. Por outro lado, ao menos em Rosana/SP não se tem a dimensão do quanto esse circuito é realmente eficaz para o turismo local, e muito menos quantos visitantes foram até o município motivado pelo Circuito. Esses fatores devem aparecer com mais transparência para que este circuito tenha força e não passe apenas de um plano político.

Este circuito está localizado no oeste do estado de São Paulo, e engloba dez municípios, tais como: Iepê, Martinópolis, Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Santo Expedito, Teodoro Sampaio e Rosana. E foi criado levando em consideração o potencial turístico desta região (E 3, 2013).

Este circuito disponibiliza três tipos de roteiros: Roteiro Oeste Rios: cultura e lazer; Roteiros Água do Rio Paraná e Roteiro das Águas do Rio Paranapanema. Segundo o SEBRAE (2009), a origem deste circuito foi devido a presença de dois rios importantes para a região: o rio Paranapanema e o Rio Paraná, sendo a água um importante recurso desse território, característica que permite em Rosana a presença de duas usinas hidrelétricas: Usina Hidrelétrica de Rosana e a Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta.

Este projeto surgiu a partir da década de 1990, por meio de seminários de Turismo organizados pelo SEBRAE e instituições interessadas no assunto. Esses seminários tiveram o objetivo de despertar o interesse do empresariado para as potencialidades da região. Até o ano de 2005 eram dois projetos que focavam no rio Paraná e outro nos municípios vizinhos a Presidente Prudente. A partir de 2007 esses dois projetos foram incrementados, reformulados e transformados no Circuito Oeste Rios, no qual visa: formatação de produtos turísticos atrativos e complementares; sensibilização e envolvimento da comunidade; capacitação de empresários; estrutura de recepção a turistas; comercialização de produtos turísticos e gestão e qualidade da atividade turística. Dessa forma, o objetivo é desenvolver e fortalecer a região para a potencialidade turística (SEBRAE, 2009).

O diferencial deste circuito é a água representada pela existência de represas, rios e cachoeiras, além da presença de balneários e de um Parque Estadual Morro do Diabo, conforme mencionou a entrevistada ao falar sobre as potencialidades dos municípios participantes (E 3, 2013).

Os passeios oferecidos são: barco, caiaques, banana boat, visitas as propriedades rurais, no município de Rosana, o Circuito destaca a visita ao Museu de Memória Regional e Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta (SEBRAE, 2009).

Do patrimônio cultural foram destacadas as festas de Santo Expedito, no município de mesmo nome; Festa a Nossa Senhora dos Navegantes que acontece em Presidente Epitácio/SP com a procissão fluvial a Bataguassu/MS; essa festa também acontece em Rosana/SP; Iepê, a visita a Gruta a Nossa Senhora de Lourdes, sítios arqueológicos com cerâmicas Tupi-guarani; em Martinópolis a Igreja de Santa Bibiana; em Rancharia a presença da capoeira Angoleiros do Sertão, e grupos de Folias de Reis; em Presidente Prudente acontece o Festival Nacional de Teatro (FENTEPP), o Centro Cultural Matarazzo. Em Rosana com destaque para a Festa a Nossa Senhora dos Navegantes; a Festa de Folia de Reis que acontece no assentamento Gleba XV de Novembro (SEBRAE, 2009).

Observou - se que há um reconhecimento regional de três atrativos de Rosana, analisados nesse trabalho que são: a Usina, o Museu e a Folia de Reis. Já se projeta no Circuito a importância desses atrativos na esfera municipal e regional.

Em relação ao artesanato, nesse Circuito diz que alguns municípios possuem casa de artesão, contudo são mencionados a Casa do Artesão (CASART) de Rancharia/SP, no qual os principais produtos são: telas, bordados, artigos de crochê, tricô, peças de madeira, e os doces cristalizados que é produzido artesanalmente e muito procurado no comércio local. Em Panorama/SP, é possível encontrar artefatos em metal e cerâmica, rendas, bordados, tapeçaria e tecelagem, com destaque para os vasos decorativos em argila. Em Teodoro Sampaio/SP, os artesanatos são os tapetes e acessórios para banhos, tais como a bucha vegetal, bijuterias, mosaicos feitos de sementes, móveis e instrumentos musicais de bambu. Em Presidente Epitácio/SP, o destaque são para as peças em cabaça e fibra natural, escama de peixe e o entalhe de madeira. O destaque para Rosana/SP é o entalhe em madeira como artesanato local, mas que não há consenso sobre isso (SEBRAE, 2009).

A gastronomia e a culinária são elementos indispensáveis nesse Circuito, tendo em vista o longo roteiro de visitação. A gastronomia regional é diversificada, contudo há um destaque para o peixe e a carne de porco. Dessa forma, em 2007 foi realizado um festival gastronômico para eleger os melhores pratos da região que tinha como base a carne de porco e peixe. Assim foram eleitos o “Lombo de Porco” e o “Pintado

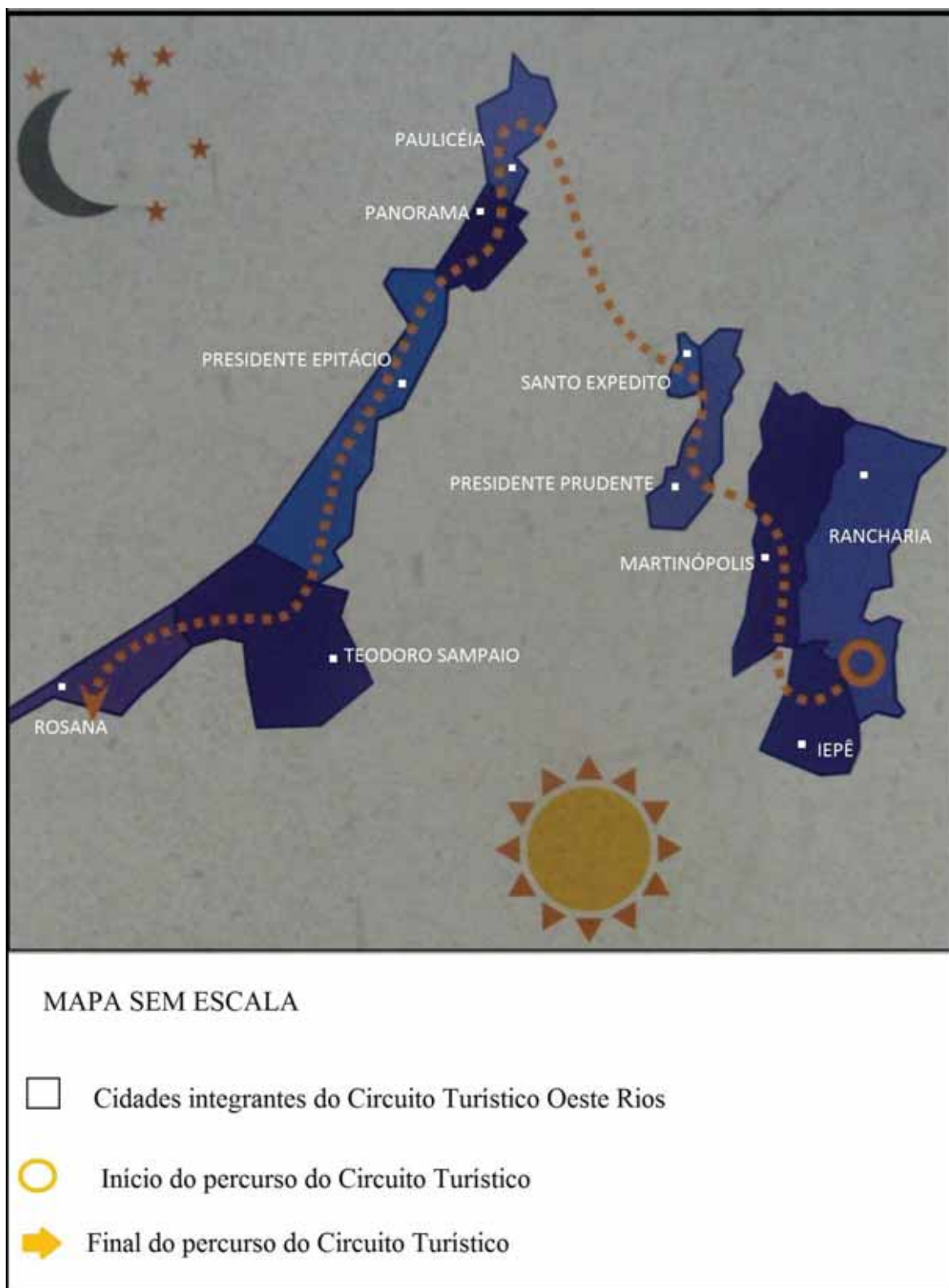
ao molho”. Neste Circuito há destaque para Rancharia/SP para a produção de doces cristalizados, no qual o visitante poderá vivenciar o processo produtivo da fruticultura; destaque também a Presidente Prudente/SP com sua diversidade culinária (SEBRAE, 2009).

Em Rosana/SP, apesar de não ser citado no Circuito, há pratos a base de peixe e culinária caipira que merecem destaque, tais como o “Restaurante Recanto do Pescador”, na estrada da Balsa, que é sempre requisitado quando há alguém visitando a cidade. Além da culinária do assentamento Nova Pontal, com a associação das mulheres que estão sempre produzindo doces e almoços para a UNESP – Campus de Rosana.

O turismo de pesca é a principal demanda dos visitantes da região. No Circuito foram identificadas as seguintes modalidades de pesca: a pesca de barranco que é aquela praticada a beira de rios, lagos ou represas que utilizam a linha de mão, caniços de bambu, varas com molinete ou carretilhas, geralmente com iscas naturais; pesca de arremesso com iscas naturais e artificiais; pesca de corrico que consiste em arrastar a isca a certa distância, com a embarcação em baixa velocidade; entre outros (SEBRAE 2009). Em Rosana, o estabelecimento mais procurado é o Clube de Pesca que propicia esse tipo de atividade.

Os roteiros foram planejados levando em consideração o principal centro regional que é Presidente Prudente, e poderá ser realizado o circuito inteiro ou apenas um dos três roteiros que o integram, tais como: Roteiro Oeste Rios – cultura e lazer, com o tempo de três dias para a sua realização; Roteiro das Águas do Rio Paraná, sendo necessários cinco dias para completá-lo; Roteiro Água do Rio Paranapanema, também com quatro dias. Se o visitante optar por realizar o Circuito inteiro serão necessários doze dias (SEBRAE, 2009).

A Figura 10 ilustra sobre o caminho a ser percorrido pelo Circuito, podendo ser o percurso do circuito inteiro, ou apenas um dos roteiros.



**Figura 10 - Roteiros do Circuito Oeste Rios**

Fonte: SEBRAE, 2009. Org.: Autora.

O Roteiro Oeste Rios - cultura e lazer, é composto pelos municípios de Presidente Prudente e Santo Expedito. O Roteiro Águas do Rio Paranapanema é integrado



pelos municípios de Martinópolis, Rancharia e Iepê. Já o Roteiro das Águas do Rio Paraná é composto pelo município de Pauliceia, Panorama, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio e Rosana, este roteiro contempla mais municípios e por isso a necessidade de mais dias para sua realização. Este roteiro será destacado, pois contempla Rosana, objeto de estudo deste trabalho (SEBRAE, 2009).

Assim, o Primeiro dia, os atrativos a serem visitados são: balneário em Paulicéia; em Panorama, o Paranoá Clube Hotel e o balneário municipal. O segundo dia é visitar em Presidente Epitácio, o Horto Florestal, a Igreja de Santo Estevão, construída pelos descendentes húngaros da colônia Arpad, o Parque “O Figueiral” as margens do Rio Paraná, além de usufruir da estrutura do píer turístico e da orla fluvial. O terceiro e o quarto dia serão reservados para os atrativos de Teodoro Sampaio que são: Sítio Alvorada que oferece visitas monitoradas com a prática de educação ambiental; o balneário municipal; visitar o Parque Morro do Diabo, este parque é o refúgio do mico-leão-preto, espécie ameaçada de extinção, além da presença da onça pintada. As principais trilhas do Parque Morro do Diabo são: Trilha do Arboreto, Trilha do Morro do Diabo, Trilha do Barreiro da Anta, Trilha da Lagoa Verde e Trilha do Rio Paranapanema (SEBRAE, 2009).

O quinto dia deste roteiro está reservado para o município de Rosana. Os principais atrativos a serem visitados são: a Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, o Museu de Memória Regional, o balneário municipal e contemplar o pôr-do-sol e fazer passeio de barco e pescar no rio Paraná.

Este Circuito Oeste Rios vem a corroborar para a importância de se desenvolver um turismo de base local no município de Rosana. Já existe um por parte de instituições para o município de Rosana e o Oeste Paulista com potencialidade turística. Por isso foi descrito este Circuito, neste trabalho, para mostrar a vocação turística, inclusive um reconhecimento dos principais atrativos municipais e, principalmente, para mostrar que os assentamentos podem ser incorporados neste Circuito, já que a Folia de Reis faz parte do patrimônio cultural inseridas no Circuito.

Sendo assim, é crucial que a gestão municipal acorde para esta realidade e trabalhe firmemente para fomentar o turismo local. Este Circuito representa um campo de possibilidades para o desenvolvimento turístico deste município e, especialmente, dos assentamentos rurais, no qual podem ser contemplados.

É um campo de possibilidade para desenvolver o artesanato local, dinamizar os meios de hospedagem e a culinária local. Este Roteiro, no qual Rosana faz

parte pode ser complementado com o Roteiro que Carneiro<sup>2</sup> diagnosticou para o assentamento Nova Pontal; ou ser adicionado o almoço no assentamento com a participação da associação das mulheres que já fazem refeição; pode ser incorporada apresentação do grupo de Folia de Reis ou dos violeiros da Roda de Viola e/ou apresentação da musicalidade do Projeto Guri.

A partir daí, há um campo diverso que pode desencadear em ações concretas que beneficie o município e os assentamentos, culminando com a geração de renda, na melhoria na qualidade de vida dos assentados e valorização de seu patrimônio cultural e de sua identidade territorial.

### 3.1.4 O Projeto Guri

O Projeto Guri é um programa sociocultural mantido pelo governo do Estado de São Paulo. A atividade iniciou em 1995 com objetivo de ocupar o tempo que o aluno dispõe fora da escola com cursos de: iniciação musical, coral, instrumentos de cordas dedilhadas, cordas friccionadas, sopro, teclados e percussão (SÃO PAULO, 2010).

São aproximadamente 410 polos distribuídos por todo o Estado de São Paulo. A administração é feita por duas organizações, sendo a Associação Amigos do Projeto Guri (Amigos do Guri) que dirige os polos do interior e litoral, e a Santa Marcelina Organização Social de Cultura que dirige o polo da capital, mas ambas são ligadas à Secretaria de Cultura do Estado (SÃO PAULO, 2010).

Para participar do Projeto Guri é necessário ter entre 6 e 18 anos e comprovar a frequência escolar. Não é feito teste seletivo e não é necessário ter o conhecimento prévio de música. Quem entra nesse Projeto só sairá com 18 anos, ou seja, sai com uma profissão garantida (SÃO PAULO, 2010).

Uma vez matriculado no Projeto é o próprio aluno que fará a opção pelo aprendizado de um instrumento musical ou de aula de canto coral. Nas aulas são trabalhados diversos gêneros musicais, que estão a disposição dos alunos, desde canções populares a músicas eruditas (SÃO PAULO, 2010).

---

<sup>2</sup> Para aprofundamento consultar: CARNEIRO, Luciana P. M. **Proposta de implantação de dois roteiros turísticos no assentamento Nova Pontal, em Rosana, SP**: análise das limitações e possíveis soluções. Disponível em: <[http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img.php?conteudo=168](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=168)>. Acesso em: 25 abr. 2009.

As atividades são trabalhadas em grupo para incentivar a participação dos alunos e a entender que o trabalho é feito em equipe e que para dar certo é necessário a dedicação de todos, principalmente porque nas apresentações ao público, o que ficará é a dedicação do grupo como um todo (SÃO PAULO, 2010).

Para o Projeto Guri trabalhar com inclusão sociocultural de crianças e jovens por meio da música é uma forma de levar aprendizado e mudança social. A música foi escolhida para esta finalidade, pois acredita - se que ela está presente em todas as culturas e exerce um papel significativo nas comunidades onde se manifesta. Além disso, é uma forma de arte e uma forma de expressar o sentimento (SÃO PAULO, 2010).

O Projeto Guri iniciou a atividade no município de Rosana/SP no ano de 2002. A princípio porque o prefeito na época participou de uma apresentação do projeto, gostou e acabou trazendo para o município. Era, no início, apenas uma turma de alunos, no período de tarde, mas, conforme o passar do tempo a demanda foi crescendo e abriu-se turma da manhã para atender os alunos que estudavam no período da tarde nas escolas do município (E 4, 2013).

Entretanto, com atendimento específico voltado para os assentamentos rurais só foi possível a partir de 2011. Em virtude dos custos com deslocamento de educadores e dos instrumentos, optou-se por trazer os alunos até a sede do Projeto, no distrito de Primavera. Segundo a entrevistada, enfrentaram algumas dificuldades como, por exemplo, a distância dos assentamentos, o percurso cansativo para os assentados e o atraso do transporte. Desses, apenas o transporte foi sanado, já que a falta de estrutura dos assentamentos somados a falta de recurso da prefeitura impediram que a instalação fosse feita no assentamento, em virtude disso, alguns participantes acabam desistindo do curso (E 4, 2013).

Em relação à quantidade de participantes, são 20 alunos por período, no qual a prefeitura oferece o transporte e alimentação, o que contribui para que os alunos possam participar (E 4, 2013).

No tocante ao calendário de eventos, o Projeto tem o seu próprio calendário de apresentações, que no total são três apresentações no semestre e quando são convidados fazem mais apresentações (E 4, 2013).

Quando questionada sobre a inserção do Projeto no calendário festivo municipal, a entrevistada acredita que seja uma idéia boa, logo que, quanto mais

apresentações os alunos fizerem, é melhor para colocarem em prática todo o aprendizado musical (E 4, 2013).

Quando saem do projeto, os alunos saem com diploma de conclusão de curso, possibilitando a eles trabalharem com aquilo que aprenderam no projeto e tirar daí o seu sustento (E 4, 2013).

No polo em Rosana/SP, a idade inicial para matrícula é a partir dos sete anos de idade até completar os dezoito anos. Completando a idade máxima o Projeto oferece bolsas de estudo para aqueles que queiram dar continuidade aos estudos.

Quando questionada sobre a contribuição do Projeto para o patrimônio cultural local e as transformações percebidas nos participantes, a entrevistada relatou sobre a motivação dos alunos, pois o projeto é uma chance de aprender e aprimorar o conhecimento (E 4, 2013).

Além do trabalho social com as crianças e os jovens, é uma oportunidade de enriquecer seu currículo cultural, já que aprendem sobre vários repertórios musicais, e os aspectos culturais no qual o repertório está inserido (E 4, 2013).

O aluno escolhe qual é o curso que deseja fazer, mas no caso dos assentados, no princípio foi disponibilizado a aula de canto coral, pois nos demais cursos não havia vaga no momento, mas mesmo assim, houve uma procura grande e todas as vagas foram preenchidas, já que a entrevistada mencionou que os participantes que moram no distrito de Primavera preferem as aulas com os instrumentos musicais em detrimento das aulas de canto coral.

Quando questionada sobre a contribuição deste projeto para os assentados, foi relatado que os alunos que participam são diferenciados, pois querem colocar em prática a todo instante aquilo que aprenderam nas aulas, além de ser uma oportunidade única na vida deles (E 4, 2013).

Sobre a participação no roteiro que integrasse Usina, Museu e os assentamentos, foi relatado que seria interessante, pois é uma oportunidade para os alunos apresentarem aquilo que aprenderam, de divulgar o trabalho realizado pelo Projeto e também de divulgar o trabalho dos alunos (E 4, 2013).

Além disso, há uma força de vontade grandiosa nos assentados que participam, especialmente porque as dificuldades para chegar até o Projeto é imensa. Por outro lado, há um interesse e envolvimento grande dos pais dos assentados que se sentem

realizados ao verem os filhos tocando um instrumento, e por isso incentivam para que continuem as aulas (E 4, 2013).

Esse Projeto se constitui uma possibilidade para os assentamentos, logo que é uma forma de fornecer as crianças e jovens assentados por meio de aula de canto e música. Este Projeto rompe com as barreiras enfrentadas pelos assentados para poder se concretizar. Ele tem grande potencialidade para trabalhar os aspectos culturais e musicais dos participantes e também de levar esse aprendizado até a população por meio de apresentações.

Esse Projeto poderá a este território lazer e entretenimento, já que há uma carência no município de Rosana/SP. Então, este projeto poderá devolver a comunidade, música e lazer nos finais de semana com apresentação gratuita para o público.

Se acaso as apresentações fossem uma vez na semana ou quinzenalmente, beneficiaria aos alunos que teriam mais chance para praticar e para a comunidade que teria uma boa música para ouvir.

Entretanto, sabe-se que a estrutura do Projeto ainda é pequena para atender a demanda local, especialmente pelos poucos instrumentos que tem. Em virtude disso que a oferta de vagas é pequena justamente para que todos os inscritos tenham acesso aos instrumentos. Por isso, se estreitar mais os laços com as parcerias para melhorar a infraestrutura disponível, e levar esse Projeto para dentro do assentamento, talvez preenchesse o vazio dos centros comunitários e traria aula de música para dentro do assentamento. Assim, a distância que os participantes enfrentam para chegar até o Polo no distrito de Primavera seria sanado. E outra, o número de vagas seria maior já que só quem reside nos assentamentos poderiam ser inscrever.

Com isso ficaria mais fácil articular com os violeiros da Roda de Viola e com o grupo de Folia de Reis. É uma possibilidade para levar aprendizagem instrumental até o assentamento, sendo assim, uma territorialidade que fomenta o acesso à cultura por meio desse projeto.

### 3.1.5 A Roda de Viola

A tentativa de buscar um conhecimento histórico sobre a viola caipira está longe da pretensão de trazer um aprofundamento sobre o tema. Por outro lado, se faz necessário conhecer as raízes históricas que compõem esse universo caipira no qual a viola

está inserida. Para isso trazemos alguns trabalhos desenvolvidos nessa área, mas que para maiores esclarecimentos e aprofundamento, orienta-se que consulte tais obras, que são fontes ricas e detalhadas sobre o assunto. Tais como a dissertação de Rafael M. S. Garcia (2011) do Instituto de Artes da UNESP; a dissertação de João Paulo A. Pinto (2008) do Instituto de Artes da UNICAMP e a tese de doutoramento de Gisela G.P. Nogueira (2008) da Escola de Comunicação e Artes da USP; além de alguns autores retratados por eles como Antonio Candido, Câmara Cascudo, Tinhorão, Amadeu Amaral e Romildo Sant'Anna, entre outros.

Para Tinhorão (2001, p. 27) o estudo sobre as raízes da cultura brasileira é “um dos aspectos menos estudados da história das relações entre Portugal e o Brasil, desde a descoberta da nova terra em 1500”, principalmente, no que se diz respeito ao “possível intercâmbio cultural entre as camadas populares da metrópole e de sua colônia americana”.

De fato, à observação de duas realidades sócio-histórico-culturais apontam para a semelhança entre a composição étnica de Lisboa e os centros urbanos da colônia, Salvador e Rio de Janeiro, até o final do século XVIII, sobretudo, caracterizados pelo dinamismo de idas e vindas de escravos domésticos para Portugal levadas pelas famílias que regressavam ao país. Este intercâmbio entre os dois mundos deixaram algumas marcas na herança cultural brasileira, como por exemplo, o lundu, o fado, a moda de viola, entre outras (TINHORÃO, 2001, p. 27).

Nesse contexto, afirma Garcia (2011) que a moda de viola caipira brasileira tem no romanceiro tradicional ibérico dos séculos XV e XVI sua gênese e uma fonte importante para a sua consolidação. Por outro lado, sabe-se que do contato da cultura moura com a europeia a partir de 711 que introduziram a rima a poesia ocidental que levaram a mudanças nas formas de narrativa de tradição oral. Esta, por sua vez, deu origem aos jograis cantados, que se intensificaram por toda a Idade Média, no qual passando por Espanha e Portugal levaram ao surgimento do romanceiro tradicional ibérico. Quando trazidas ao Brasil, estes modelos narrativos foram a fundamentação para a construção da poesia caipira, sobretudo nas modas de viola.

Estas modas de viola eram sempre acompanhadas por um instrumento musical, principalmente a viola, pois estrategicamente a ênfase do enredo não seria diminuída com a melodia do instrumento (GARCIA, 2011).

Segundo Pinto (2008) vários autores, tais como: Araújo (1959); Cascudo (2002); Ikeda (2004); Tinhorão (1990), dentre outros, que se referem à origem portuguesa da viola brasileira. Esta, por sua vez, pode ser identificada como: viola caipira, viola de dez cordas, viola sertaneja, viola cabocla, viola nordestina, viola de feira, viola de mão, viola de arame (PINTO, 2008).

Os jesuítas utilizavam este instrumento na catequese dos índios e nos autos populares de cunho religioso. Esta pode ser uma data da chegada da viola ao Brasil, no qual traz a descrição de Padre Anchieta na catequese no início da História do Brasil (NOGUEIRA, 2008; PINTO, 2008).

Para Nogueira (2008, p. 26), “tais práticas permanecem vivas até o nosso século. Somam-se cinco séculos de história a ser contada”, especialmente no universo caipira, no qual este instrumento foi difundido e enraizado no país.

Observa-se que ao ser introduzido no Brasil, as aspirações que levavam os violeiros a tocar e a cantar eram outras, e foi justamente isso que colaborou para que a viola se difundisse no país, retratando as diversas e divergentes realidades do homem do campo ou do caipira (GARCIA, 2011).

O reflexo mais ostensivo dessas transformações e adaptações presentes nas violas brasileiras se deu particularmente em sua forma de construção, distribuição e número de cordas utilizadas, maneiras de ser tocada, até as mais de vinte afinações diferentes que no Brasil recebeu. Ademais, mantiveram inalteradas as características do instrumento originário de Portugal (PINTO, 2008).

De fato, a viola tornou-se um símbolo do universo caipira, no qual era elemento indispensável da musicalidade e amplamente, presente no espaço rural. Espaço, este, determinado pelo processo de bandeirantismo que por sua vez, foi responsável pela formação de povoamento do Brasil, como cita Pinto (2008, p. 15):

É seguro afirmar que a viola tornou-se o instrumento símbolo da música caipira praticada pelas populações rurais que habitaram durante muito tempo a região centro-sul do Brasil (São Paulo, sul de Minas Gerais, sul de Goiás e sudeste do Mato Grosso do Sul). Por volta do século XVII, após o declínio do bandeirantismo, esse povoamento caipira começou a se formar na medida em que trabalhadores livres, em geral herdeiros da miscigenação entre o colono português e o índio, fixaram-se progressivamente nessas terras, na condição de pequenos sítiantes, parceiros e agregados.

Para Candido (2001), o modo de vida no que se referem à rusticidade, as formas de sociabilidades, a subsistência desses povoados, bem como ao agrupamento familiar, ao sentimento de pertença da localidade, pela convivência afetiva e as atividades de lazer e religiosas tornaram-no como elementos definidores do que seria o universo caipira.

Nesse contexto, afirma Candido (2001), um dos pontos elementares para se entender a cultura caipira é distinguir o uso do termo caipira do rural. Sendo que o primeiro é utilizado para designar traços culturais tradicionais, tais como modo de vida, modo de ser; também poderá ser usado o termo rústico, o que traria o mesmo significado. Já o rural é empregado no sentido de localização. Outra ambiguidade do termo caipira se refere ao uso do termo com o substantivo cultura, no qual a cultura caipira se refere aos aspectos culturais em oposição ao termo caipira que é mais utilizado para designar um tipo étnico.

Diante desta breve contextualização, Pinto (2008) observa que a viola se fortaleceu como símbolo da cultura caipira e se expandiu chegando ao espaço urbano por meio da indústria fonográfica. Esta inserção ainda não desvincula a música caipira do desprestígio no qual o caipira é aludido.

Nesse sentido, a cultura caipira tornou-se uma herança cultural que se faz presente em todo o território brasileiro, fundamentado, agora, como legado cultural proveniente do cruzamento cultural com a corte portuguesa. Diante disso, o processo de introdução da viola caipira no Brasil atesta as semelhanças e afunila os laços existentes entre Brasil e Portugal.

Tal como a viola se fazia presente no universo caipira do Brasil colonial, também está presente no assentamento Gleba XV de Novembro. A viola é o elemento principal das modas de violas representada nos encontros de Roda de Viola deste assentamento.

A Roda de Viola é uma expressão cultural que surgiu no assentamento Gleba XV de Novembro há aproximadamente dez anos. Iniciou com a reunião de amigos, com o propósito de confraternizar, e conforme o passar do tempo, os próprios participantes sentiram a necessidade de tornar essa reunião um encontro que pudesse reunir os violeiros das cidades próximas (E 5, 2013).

Esse encontro iniciou em 2007 no sítio do entrevistado da Roda de Viola, no qual teve o objetivo de incentivar a cultura rural por meio da moda de viola com a



música de raiz. Nesse contexto, o entrevistado afirmou que por meio da Roda de Viola, alguns violeiros conseguiram avançar e gravar CD (E 5, 2013). A Figura 11 é o espaço montado onde se realizou uma das edições da Roda de Viola.



**Figura 11 - Tenda montada para a Roda de Viola**

Fonte: Thomaz, Rosangela, 2009.

A sonoridade da viola, por vezes acompanhada pelo violão, sempre fez parte das apresentações dos violeiros da Roda de Viola. Além disso, as músicas, geralmente são aquelas que retratam o universo caipira, e principalmente são escolhidos os cantores que trabalham com a temática.

Os meios para divulgar a Roda de Viola são o rádio, os próprios violeiros e a comunidade que faz a propaganda boca a boca. Como forma de incentivar a participação há sempre premiação do quinto ao primeiro lugar. Geralmente os prêmios são violões e troféus para os melhores colocados, conforme Figura 12.



**Figura 12 - Prêmios**

Fonte: Thomaz, Rosangela, 2009.

Os participantes, segundo o entrevistado da Roda de Viola, são geralmente do próprio assentamento, de cidades próximas que podem ser do estado de São Paulo, do Paraná e Mato Grosso do Sul (E 5, 2013).

Para o entrevistado, a Roda de Viola atingiu o seu objetivo, pois conseguiu promover a cultura dentro do assentamento, especialmente porque percebeu que um dos frutos é o desejo das crianças em aprender a tocar o instrumento. Mas por outro lado, afirmou que falta muita coisa para que seja reconhecida com a devida importância que a viola e a cultura caipira deve ter como patrimônio cultural (E 5, 2013).

Quando questionado sobre as dificuldades enfrentadas foi mencionado à falta de incentivo do poder público local e a falta de recurso financeiro, dificuldades que se tornaram um grande obstáculo para a realização da Roda de Viola (E 5, 2013).

Em relação à gestão pública, pouco foi feito até então, para incentivar este encontro de violeiros, bem como não foi inserido no calendário festivo rural. Em consequência, pode se dizer que, está diretamente atrelado a não continuidade da Roda de

Viola. Também não faz parte dos atrativos culturais do município de Rosana/SP e não é mencionado no Circuito Turístico Oeste Rios. Situação que desanimou o organizador (E 5, 2013).

Por outro lado, o entrevistado demonstrou interesse de que a Roda de Viola se tornasse um atrativo turístico, bem como que o mesmo fizesse parte do roteiro que integrasse a Usina, o Museu e os assentamentos, ou até mesmo o deslocamento desses violeiros até o distrito de Primavera para se apresentar aos visitantes da Usina e do Museu (E 5, 2013).

Além do encontro de amigos que gostam da viola e da música caipira, a Roda de Viola também tinha como proposta levar a musicalidade às crianças e jovens, nas escolas dos assentamentos, que de acordo com o entrevistado, seria um projeto e a realização de um sonho (E 5, 2013).

Embora significativo e com importantes informações sobre a viola caipira, ainda há uma realimentação do estigma do caipira com a ideia de atraso da cultura do espaço rural, fato que atesta o pouco incentivo presente nos assentamentos.

A música de raiz, como o entrevistado costuma chamar a música caipira ou a música sertaneja, faz parte da cultura caipira e, sobretudo, é um patrimônio cultural tradicional do espaço rural e, dessa forma, a partir da breve contextualização histórica, pode se dizer que é um patrimônio imaterial.

São os violeiros os produtores da própria história, que cria e recria os cantos que embalam as rodas de viola presente nos diversos encontros de tocadores de viola. Encontros de pessoas que tem como objetivo o prazer de tocar a viola como acontece no assentamento Gleba XV de Novembro e representam o patrimônio cultural que integram as diferentes histórias e identidades presentes na sociedade caipira.

### 3.1.6 A Folia de Reis

No período de formação do país, cada povo que por aqui passou, deixou um pouco de sua história e de sua cultura, e esse pouquinho de cada um são os caminhos que se entrecruzaram e fizeram a nossa história e a nossa cultura. Nesse contexto surgiu a Folia de Reis. Não é uma manifestação nascida no Brasil, mas uma semente do entrecruzamento cultural de Brasil e Portugal.

Esta manifestação é uma tradição secular que se remete aos festejos medievais de Natal, com ofícios e missas representados por personagens bíblicos como

anjos, pastores e a Sagrada Família. Esses autos da noite de Natal ficaram conhecidos como *Officium Pastorum* que, mais tarde, se transformou no teatro medieval que passou a difundir-se por diferentes maneiras e sempre a incorporar novos elementos. Da apropriação do ofício litúrgico surgiram os autos católicos e as folias, esta última, não mais passava pelo crivo da Igreja Católica Medieval (PEREIRA, 2012).

Dessa forma, as folias foram consideradas danças profanas, alegres e dança popular, que os rapazes, de Portugal antigo, dançavam aos sons de instrumentos musicais como o guizo, caixa, pandeiro e viola. Já o auto, era um drama devocional e popular que representava os ciclos do calendário litúrgico católico durante a Idade Média. O conjunto do auto e da folia que levou a incorporação do rito de Folia de Reis (BRANDÃO, 2003).

É uma manifestação antiga, que ocorreu durante século XVI e XVII em Portugal. Quando foi trazida ao Brasil pelos padres jesuítas tinham as características de auto e dança e eram utilizadas nas procissões das festas católicas (BRANDÃO, 2003).

Com o passar do tempo, houve uma separação entre o catolicismo erudito e o popular, dessa forma, a Folia de Reis não mais era feito como parte do ato litúrgico, e independente se incorporou à tradição da cultura popular brasileira. É uma manifestação cultural tradicional e um legado transmitido de pai para filho que, apesar de não ter sua gênese em território brasileiro, faz parte da nossa história (BRANDÃO, 2003).

Segundo Ikeda (2011), há diferentes tipos de folias: a baiana, a goiana e a mineira. No caso, esta Folia de Reis é de tradição mineira, em virtude do próprio local de nascimento do iniciante que é do estado de Minas Gerais.

O ritual geralmente consiste em: saída, também conhecido como giro ou jornada; a visita nas casas e o fechamento da bandeira. São elementos que não podem faltar na jornada: os instrumentos musicais, os participantes e a bandeira. A Figura 13 mostra alguns dos instrumentos utilizados pela Folia de Reis “Estrela Guia”.



**Figura 13 - Instrumentos musicais**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Geralmente o grupo sai com oito 8 a 12 pessoas para fazer o giro ou acompanhar a jornada. Na Folia de Reis “Estrela Guia” esse número pode ser inferior, em virtude da dificuldade de reunir participantes que possam deixar seus afazeres para acompanhar o grupo.

As pessoas que acompanham o grupo executam as tarefas de: embaixador; rainha, bastiões e foliões. O mestre, também chamado de embaixador, desenvolve a função de coordenar o grupo e compete a ele puxar os cantos em primeira ou segunda voz. O contramestre é o responsável por cuidar das ofertas recebidas e se precisar poderá substituir o mestre. A rainha, também chamada de bandeireiro, bandeirista ou alferes da bandeira, compete zelar pela bandeira (BOTELHO, SANTOS, 2003). A Figura 14 mostra alguns participantes em uma das visitas feitas.



**Figura 14 - Visita da Folia de Reis**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Já os bastiões, também conhecidos como palhaços, são responsáveis pela execução do ritual da folia: cantar pedindo a oferta ou esmola e as brincadeiras que animam a folia (SANTOS, 2009). São três bastiões, representando simbolicamente o número dos três Santos Reis, como mostra a Figura 15.



**Figura 15 - Bastiões da Folia de Reis**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Na tradição mineira, após a saída da bandeira, o rito de visitas consiste em: saída de determinada casa (pouso de saída); visitas e pedidos de esmola em inúmeras casas, durante vários dias; chegada a casa onde se encerra o ciclo (pouso ou casa da entrega). A bandeira ou estandarte é o símbolo central, que sempre traz a figura dos Santos Magos ou cenas da natividade, e por isso, elemento que não pode faltar, pois é ela que é entregue ao dono da casa que acolhe o grupo (IKEDA, 2011). No caso, eles deixam uma bandeira toda enfeitada na casa que recebe a visita e a outra mais simples fica com o grupo. No caso da Figura 16, a primeira imagem é a bandeira que fica com o grupo e a segunda a que fica na casa.



**Figura 16 - Bandeira da Folia de Reis**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Normalmente em cada casa visitada a cerimônia é feita da seguinte forma: cantoria de chegada pedindo permissão para entrar na casa; cantoria de saudação juntamente com o pedido de esmola; entrega da bandeira; cantoria sobre a natividade; devolução da bandeira à Folia quando há mais casas a serem visitadas; recebimento da esmola; e cantoria de agradecimento e despedida (IKEDA, 2011).

O canto de pedido de entrada à casa é aquele que pede permissão para entrar na casa e agradece ao morador pela acolhida, no qual o mestre puxa e os foliões respondem no ritmo de resposta. Como segue:

Boa tarde minha senhora, em sua casa vou chegando/ a sua casa vamos entrando /Boa tarde minha senhora, em sua casa vou chegando, a sua casa eu vou chegando./Vim buscar minha bandeira que ficou me esperando, que ficou me esperando./Vim buscar minha bandeira que ficou me esperando, que ficou me esperando./Deus lhe pague, Deus lhe ajude, Deus lhe dê um belo ano, Deus lhe dê um belo. Deus lhe pague, Deus lhe ajude, Deus lhe dê um belo ano, Deus lhe dê um belo (Trabalho de Campo, 2013).



São entoados cantos de benção a casa, no qual a bandeira é levada pelos cômodos, como sinal de proteção sobre o morador e a família, que ali vive. Também acontece o momento em que se pede a oferta.

Até o fim da sua jornada, Ele vai lhe abençoando, Ele vai lhe abençoando./ Até o fim da sua jornada, Ele vai lhe abençoando, Ele vai lhe abençoando. /A oferta que vos deu, eu não eu que vou pagar, eu não eu que vou pagar/. A oferta que vos deu, eu não eu que vou pagar, eu não eu que vou pagar./Tenha fé em Santos Reis que ele vai lhe ajudar, ele vai lhe ajudar./Tenha fé em Santos Reis que ele vai lhe ajudar, ele vai lhe ajuda (Trabalho de Campo, 2013).

Nas visitas as casas são entoadas cantoria em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, como aquela que gerou Deus em seu ventre e deu a vida ao Menino Deus.

Eu vim trazer aquela [padroeira] com seu manto azul anil, com seu manto azul anil./ Eu vim trazer aquela [padroeira] é aquela com seu manto azul anil, com seu manto azul anil. /Ela é Nossa Senhora padroeira do Brasil, padroeira do Brasil./Ela é Nossa Senhora padroeira do Brasil, padroeira do Brasil (Trabalho de Campo, 2013).

Geralmente o morador que acolhe a Folia tem direito de fazer uma prece para que por intercessão de Santos Reis, consiga alcançá-lo. Quando este pedido se refere ao um morto, pedindo que ele descanse em paz, é entoado um canto específico, conforme descrito abaixo:

Vou cantar um Reis pra morto oh ai, ai oh/ Cantar um Reis pra morto oh ai, ai oh/Sua filha que pediu oh ai, ai oh, sua filha que pediu oh ai, ai oh./Vou cantar um Reis pra morto oh ai, ai oh/ Cantar um Reis pra morto oh ai, ai oh. A filha que pediu oh ai, ai oh, sua filha que pediu oh ai. [...] (Trabalho de Campo, 2013).

Há cantoria em homenagem aos Santos Reis, que é o motivo pelo qual existe a Folia de Reis. Mas, dependendo do tempo disponível nas casas, este poderá não ser cantado.

Já faz mais de dois mil anos que uma estrela apareceu (2x)/ avisando os três Reis Santos que o menino Deus nasceu (2x). Uma estrela alumia lá na gruta de Belém/avisando que nasceu Jesus Cristo, nosso bem, avisando que nasceu Jesus Cristo, nosso bem, oh ô, ei ah, ah/ oh ô, ei ah, ah (Trabalho de Campo, 2013).

Quando é para pedir pouso nas casas, canta-se saudando aos Santos Reis, a fim de ganhar a compaixão dos donos da casa e este lhe conceder o pouso e tudo o que for necessário para a estadia do grupo naquela noite. Quando o morador não cede a casa, os foliões da “Estrela Guia” dormem na camioneta que eles usam para o deslocamento.

Oi de casa, oi de fora não tenho ouro na bagagem (2x)/ é os três reis do oriente que vem vindo viagem (2x)./ Oi de casa, oi de fora, abra porta morador/ é os três reis do Oriente nessa hora que chegou/ é os três reis do Oriente nessa hora que chegou/oh ô, ei ah, ah/ oh ô, ei ah, ah (Trabalho de Campo, 2013).

A chegada à capela dos Santos Reis, no lote do líder ou mestre da Folia é o momento muito esperado, pois é onde ocorrerá o fechamento da bandeira e a festa. Normalmente na parte da frente do lote é decorado com três sequências de arcos, no qual os bastiões se ajoelham e fazem o percurso nessa posição até entrar na capela. O líder ou o mestre canta e os foliões respondem enquanto fazem este trajeto. Há momentos que os bastiões param nos arcos e recitam uma jaculatória de agradecimento aos três Santos Reis (SANTOS, 2009).

O canto de chegada é o anúncio do dia de saída e as dificuldades enfrentadas na jornada e ao mesmo tempo um prelúdio da vitória e o motivo de comemorar.

No dia dois de dezembro (2x), que esta bandeira saiu (2x)/ ai, ai, ai/ no dia dois de dezembro, que esta bandeira saiu/ que esta bandeira saiu, oh, ai, ai, ai/enfrentou tantas barreiras (2x), mas no fim nós conseguiu, mas no fim nós conseguiu/ oh, ai, ai, ah/ enfrentou tantas barreiras, mas no fim nós conseguiu, mas no fim nós conseguiu, oh, ai, ai, ah/. [...] (Trabalho de Campo, 2013).

A passagem pelos três arcos de bambus é um ritual, que significam o anúncio da chegada da Bandeira e pedido de passagem; saudações da chegada de Jesus ao mundo; e o pedido pelo embaixador (IKEDA, 2011). Os cantos de passagem pelos arcos são diversos, podem variar de um ano para outro.

No primeiro arco é cantado o seguinte trecho:

Este é o primeiro arco, este é o primeiro arco, é a queda de Jesus, é a queda de Jesus, oh, ai, ai, ai./Este é o primeiro arco, este é o primeiro arco, é a queda de Jesus, ai, ai, ai, oh, ah/Quando estava carregando sob o

peso da santa cruz, sob o peso da santa cruz, ai, ai, ai/ Quando estava carregando sob o peso da santa cruz, o peso da santa cruz, ai, ai, ai, oh, ah/. [...] (Trabalho de Campo, 2013).

Normalmente no segundo arco são entoados cantos de chegada da bandeira, saudações aos Santos Reis, com pedido de saúde.

Este é o segundo arco, este é o segundo arco, e a bandeira vai chegando, e a bandeira vai chegando, ai, ai, ai. /este é o segundo arco, e a bandeira vai chegando, a bandeira vai chegando, ai, ai, ai./ Santos Reis nos dá saúde, Santos Reis nos dá saúde e a gente vai caminhando, e a gente vai caminhando, ai, ai, ai/ Santos Reis nos dá saúde e a gente vai caminhando, e a gente vai caminhando ai, ai, ai, oh, ah/. [...] (Trabalho de Campo, 2013).

Já no terceiro e último arco, antes da entrada na capela, são cantados versos de agradecimento a Deus pela missão cumprida, e o momento de pedir a Deus saúde para que o grupo prossiga a caminhada no ano seguinte; e também pedir pelo embaixador e dono da festa.

Este é o terceiro arco, este é o terceiro arco, tá chegando em Belém, tá chegando em Belém, ai, ai, ai/ este é o terceiro arco, tá chegando em Belém, tá chegando em Belém, ai, ai, ai/oh, ah./ Para Deus pedir saúde, para Deus pedir saúde, para voltar o ano que vem, pra voltar o ano que vem, ai, ai, ai/ para Deus pedir saúde, para voltar o ano que vem, pra voltar o ano que vem, ai, ai, ai, oh, ah./ Agora faça um pedido, agora faça um pedido, para o grande Salvador, para o grande Salvador, ai, ai, ai/ agora faça um pedido, para o grande Salvador, para o grande Salvador, ai, ai, ai, oh, ah. / Para Ele dar saúde, para Ele dar saúde, para o nosso embaixador, para o nosso embaixador, ai, ai, ai/ para Ele dar saúde, para o nosso embaixador, para o nosso embaixador, ai, ai, ai/oh, ah. [...] (Trabalho de Campo, 2013).

Ao entrar na capela iniciam o momento de cantoria, oração e preces. Os bastiões acendem cada qual uma vela para comemorar o nascimento do Menino Jesus. Após este momento os instrumentos são deixados na capela e todos saem para comemorar e festejar (SANTOS, 2009). A Figura 17 mostra a capela e seu interior.



**Figura 17 - Capela da Folia de Reis**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Este festejar recebe o nome de remate, que é o momento da partilha das ofertas recebidas, no qual todas as esmolas recebidas são utilizadas para a festa, ou doados aos necessitados (SANTOS, 2009).

Então a Folia de Reis é muito mais que experiência, representa uma herança cultural rica que, de um lado mostra os enfrentamentos e tensões existentes entre o catolicismo erudito com o popular, e nesse processo histórico com momentos de apropriações e expropriação, de manipulação, de controle, de resistência, e de ressignificações.

Por isso se faz necessário o reconhecimento desse patrimônio presente na Gleba XV de Novembro, como patrimônio cultural popular. Lembrando que estamos a dizer de uma tradição que surgiu no Brasil há muito tempo, dessa forma, é um elo entre Brasil e Portugal, e o fator tempo de existência deva ser levada em consideração como fator primordial para que medidas de acautelamento sejam tomadas com o intuito de salvaguardar esse patrimônio cultural. Só no assentamento são mais de vinte e seis anos de

existência, além do tempo que o precursor residia em Minas Gerais e outras cidades do estado de São Paulo.

Além disso, a existência da Folia de Reis tem outro elemento que o torna vulnerável e ao mesmo tempo em que é uma característica que fortalece o vínculo entre os participantes, que é a oralidade. Na era da tecnologia, imaginar um patrimônio cultural que tem suas raízes históricas por meio da transmissão do conhecimento oral é um campo simbólico muito rico para ser estudado e desvendado.

Há vários modos de perceber e de relacionar-se com a cultura, mas no caso do grupo de Folia de Reis do assentamento Gleba XV de Novembro é tão forte que se mistura com o modo de vida dos foliões, pois estes são os próprios potencializadores dessa experiência.

Estrela Guia é nome que se deu ao grupo de Folia de Reis do assentamento Gleba XV de Novembro. Este grupo iniciou sua atividade na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, com a liderança de Domingos Soriano. Com a mudança para o estado de São Paulo com sua família, em busca de melhores condições de vida, trouxe a Folia consigo. Este, conhecido como senhor Domingos antes de falecer, pediu ao seu filho que continuasse com o grupo, e assim por meio de uma promessa feita ao seu pai, o senhor Manoel Soriano aceitou o compromisso e deu continuidade a tradição da família (SANTOS, 2009).

Tendo como proposta conhecer mais esta manifestação e entendendo que esta é portadora de saberes, com grande riqueza cultural, que a mesma foi escolhida para este trabalho com o intuito de poder enriquecer o estudo sobre o desenvolvimento do turismo, podendo ser um atrativo em potencial para a proposta de Turismo no Espaço Rural - TER.

A entrevista ao grupo de Folias de Reis teve como objetivo: coletar informações gerais sobre essa identidade territorial e patrimonial que ajudasse na descrição da mesma para o inventário; verificar a presença da gestão pública municipal; a participação em projetos turísticos e culturais; e sobre a possibilidade desta manifestação vir a ser um atrativo turístico.

Para iniciar foi falado sobre o período de realização da festa. A data de comemoração é todo dia 06 de janeiro, e o local é a capela que fica dentro do lote do casal que foi entrevistado sobre a Folia de Reis. Ter uma data e um local fixo facilita para que outras pessoas possam participar. Desde que chegaram ao assentamento, no ano de 1987 a

Folia acontece, a partir de então, todos os anos passaram a fazer a Folia de Reis em homenagem aos Santos Reis.

A saída é um elemento que caracteriza a Folia de Reis, contudo não há uma rigorosidade em relação ao período de saída com a bandeira. Dessa forma, o mestre e o próprio grupo tem autonomia para adequar a sua realidade.

No caso desta Folia de Reis, a saída é feita antes do período, em virtude da quantidade de casas que o grupo tem que visitar, assim sair antecipadamente é uma tentativa de passar na casa de todos que pediram a visita. Por isso a saída ocorre entre o dia 10 e 15 de dezembro, mas tradicionalmente as saídas deveriam acontecer na noite do dia 25 de dezembro após a missa do Natal (E 6, 2013).

As visitas ocorrem por meio de agendamento que podem ser feitas antes das visitas ou durante a mesma, mas que também podem acontecer as visitas momentâneas, sem o prévio agendamento.

Desde o início da Folia no assentamento foi raro a ajuda que o grupo teve por parte do poder público municipal. Assim, os entrevistados acusaram o descaso com que a manifestação teve durante sua existência no assentamento.

Então, quando questionados sobre as dificuldades, foi mencionado o abandono pela Prefeitura, a falta de vestimentas e de instrumentos (E 6, 2013). Apesar da simplicidade da fala dos entrevistados, ficou claro o grande ressentimento que sentem porque levam a folia com os próprios esforços, e eles percebem que esta manifestação merecia muito mais por ser uma tradição antiga.

Foi comentado sobre a idade dos dois líderes, por serem idosos, um com 61 anos e outro com 71 anos e percebem que talvez os jovens não tenham força e disposição para continuar com a Folia de Reis. Por isso a preocupação de sempre estar chamando o jovem, tentando engajá-lo, pois é uma forma de permitir que essa manifestação tenha uma chance de sobreviver. Lembrando que é uma tradição que sobrevive por meio da oralidade, então esse trabalho com os jovens deve ser cada vez mais intenso (E 6, 2013).

Além disso, há a dificuldade de encontrar voluntários para tocar os instrumentos. Na festa de janeiro de 2013 eles quase não conseguiram violeiros para acompanhar o grupo. Assim, mais um motivo para investir nos jovens, dando curso de capacitação seja por meio do Projeto Guri ou de outras instituições, para tentar suprir essa carência do grupo.

Outra dificuldade é a falta de recursos financeiros para comprar novas vestimentas; novos instrumentos; objetos decorativos para enfeitar a bandeira; e arrumar o veículo, no caso a camioneta, que não está em condições de uso para levar os foliões para as visitas (E 6, 2013).

É necessário superar essas dificuldades identificadas, porque constituem um obstáculo para a realização da Folia, além disso, gera um desânimo no grupo porque se sentem sucumbir diante da realidade em que vivem. Para isso, a atuação da Prefeitura se faz extremamente necessária, podendo ser um mediador capaz de articular uma proposta de oficina de canto e música, de fomento financeiro, no sentido de criar estrutura e condições para a existência do grupo.

Igualmente investir em novos instrumentos, vestimentas, e convidar para fazer apresentações para o público com o intuito de divulgar o trabalho realizado no assentamento é também uma forma de fortalecê-lo. Essas atitudes é um caminho que poderá colaborar para valorizar esta manifestação e elevar a autoestima dos integrantes, ao verem seu trabalho sendo reconhecido como parte do patrimônio cultural do município.

Notou-se que os entrevistados contam muito com a fé para superar as barreiras e levar adiante a Folia, o que deu certo até o presente momento, pois Deus não falhou, contudo, os gestores públicos tem que fazer sua parte, estando mais presente e atuante, o que não aconteceu nas gestões anteriores, espera-se que possa inverter com esta nova gestão.

Dessas dificuldades, o gestor público já está ciente conforme demonstrou a entrevista realizada com a Divisão Municipal de Turismo, Eventos e Cultura. Inclusive com planos de levar o grupo de Folias de Reis para o evento “Revelando São Paulo”, que é um evento estadual com apresentações culturais diversas.

A aproximação da Prefeitura para com esta manifestação é um passo importante a ser dado, já que detêm o poder político para isso, sobretudo quando compreendeu que a Folia de Reis é um recurso em potencial para o turismo local. Dessa forma, percebeu-se que para a dinamização do turismo municipal contar com a presença da Folia de Reis no município é interessante e um diferencial para o futuro do turismo municipal.

A presença do Circuito Oeste Rios é um ponto favorável a ser trabalhado, já que a Folia de Reis faz parte deste circuito, como atrativo cultural do município de Rosana/SP, fato que atesta a importância dessa manifestação tanto local quanto para a

região. Apesar de que os entrevistados demonstraram desconhecimento dessa informação, pois quando questionados falaram que não participavam de nenhum projeto turístico (E 6, 2013).

Por outro lado, também mostra que nenhum turista se deslocou até o assentamento para conhecer a folia em virtude de ser um dos atrativos, o que revela que este circuito precisa ser analisado para saber até que ponto é eficaz para o desenvolvimento do turismo regional.

Quando questionados sobre o assentamento com a finalidade de descobrir o seu diferencial, os entrevistados responderam que não podiam afirmar nada porque conheciam muito bem aquele lugar, mas que não conheciam na mesma proporção os demais assentamentos da região (E 6, 2013).

Em contrapartida sentem que o fato de ter uma Folia de Reis na Gleba XV de Novembro poderia vir a ser um diferencial, por ser uma manifestação tradicional, que não são todos os assentamentos que tem. Entretanto, gostariam que a Folia de Reis fosse visto dessa forma, o que ainda não aconteceu (E 6, 2013).

Além de ser um diferencial ter esse patrimônio cultural, a Folia de Reis desenvolve uma ação social que é tentar inserir os jovens no grupo para que estes não sigam o caminho das drogas ou do crime. Preocupação que os entrevistados tem, principalmente porque tem netos e bisnetos que estão crescendo e não querem que eles tenham esse fim.

É um problema social que por meio da Folia de Reis esses jovens poderiam ter a chance de ocupar seu tempo aprendendo a tocar instrumentos ou a cantar. É uma oportunidade de inseri-los e, ao mesmo uma ação em defesa e proteção das crianças e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Ao operar com a questão de vulnerabilidades e riscos sociais, o grupo de Folia de Reis necessita de atenção mais específica, pois como os entrevistados mencionaram não dá para superar isso apenas com a suas forças, principalmente porque estamos nos referindo a um problema que é social, que está presente no país inteiro, e que não dá para resolver sozinho. Por isso é importante a atuação do poder público municipal para somar forças que venham a inverter esse quadro. O caminho como os entrevistados relataram, é claro, será feito por meio da música e da aprendizagem.

Assim, esta Folia de Reis pode ser um caminho para a prevenção de situações de risco, por intermédio da aquisição de habilidades e competências e o



fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dessa forma, a Folia de Reis é um diferencial cultural do assentamento e com importância social que pode mudar a vida de muitas crianças e jovens daquele lugar.

Quando questionados sobre a potencialidade turística da Folia de Reis, estes responderam que seria bom ter o turismo, principalmente porque todo dia 06 de janeiro passam aproximadamente mil pessoas para participar da festa da chegada da Bandeira na capela dos Santos Reis. Entretanto, não se tem nenhum registro disso (E 6, 2013).

Em virtude de sua importância cultural para o município propõe-se que como medida para proteger esta manifestação seja feita um pedido junto aos órgãos competentes para salvaguardá-la.

A intervenção justifica-se por ser uma manifestação antiga, que ocorre no país a mais de séculos, não são todos os lugares que se encontram uma Folia de Reis, principalmente em virtude do modo de vida contemporâneo que tira a possibilidade de uma manifestação como esta de sobreviver.

Como mencionado pelo entrevistado da Divisão Municipal de Turismo, Eventos e Cultura, é uma manifestação que era comum ter no município de Rosana/SP, no período de sua formação (E 6, 2013). Dessa forma, faz parte da história e da memória do lugar, além disso, faz parte do legado cultural brasileiro chamado folclore.

Para Cascudo (2001), o folclore é a tradição popular, com característica de sagrado e a utilização de regras, técnicas, hierarquia e funcionalidade, como por exemplo, apresentados nas folias de reis, jongo, fandango, bumba-meu-boi.

Segundo Brandão (2003) o folclore foi ganhando importância, pois compreende a tradição popular e as sobrevivências populares que representa à vida do povo, à sua capacidade de criar e recriar, forma peculiar de sentir e pensar o mundo, costumes e regras de relações sociais, bem como são expressões materiais do saber, do agir, do fazer populares.

No I Congresso Brasileiro de Folclore de 1951 ficou registrado o que seria folclore, contudo, em virtude das transformações da sociedade brasileira, no ano de 1995, no VII Congresso Brasileiro de Folclore foi feita uma releitura desta Carta, no qual ficou determinado que o folclore fosse o conjunto das criações culturais de uma comunidade, no qual representa suas tradições e expressam individual ou coletivamente a identidade social (BRASIL, 1995, p.1).

Para Brandão (2003) há um reconhecimento da Folia Reis como folclore, pois é uma persistência cultural popular e uma tradição muito antiga do catolicismo, no qual a Folia é um complexo rito coletivizado.

Entendendo que a Folia de Reis é um legado cultural apropriado pelos brasileiros, portanto faz parte da nação brasileira, e sendo visto institucionalmente pelo Ministério da Cultura e pela Comissão Nacional de Folclore, dentre outras instituições, como dotado de tal predicado, propõe-se a proteção dessa manifestação cultural como patrimônio imaterial municipal.

Partindo desse pressuposto, justifica-se no contexto da entrevista com o CODETER ao dizer que a cultura é essencial e, sobretudo, é uma tradição que está presente não somente no município de Rosana/SP, mas no território do Pontal do Paranapanema, por isso pensar na região é tentar desenvolver políticas que fortaleça o patrimônio cultural e as identidades territoriais existentes (E 1, 2013).

Sua preservação é extremamente necessária tendo em vista o estado em que se encontra atualmente. Sua proteção poderia ser mediante a inclusão no Livro de Registro do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como medida de salvaguardar o legado existente no assentamento.

Sendo assim, o reconhecimento da importância desse patrimônio cultural e dessa identidade territorial na formação do lastro cultural do país e municipal, constitui um elo entre passado e presente e por isso requer que sejam asseguradas as opções necessárias a sua sobrevivência.

Dessa forma são partes legítimas para solicitar o registro em um dos Livros existentes: o Ministério da Cultura; instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; Secretarias de Estado, de Municípios; sociedades ou associações civis (BRASIL, 2000).

A proposta deverá ser encaminhada ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN que fará a submissão ao Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural. Caso o parecer seja favorável o bem inscrito no Livro receberá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil” (BRASIL, 2000).

Para isso a proposta de registro deverá constar de: descrição pormenorizada do bem a ser registrado; e munido de documentação correspondente; além de justificativa de todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes. Essas

informações devem compor o dossiê sobre o bem e deve ser entregue com toda a documentação (BRASIL, 2000).

O requerimento deve ser apresentado em via original, datado e assinado, e deve ser composto pelos seguintes documentos: a) identificação do proponente com nome, endereço, telefone, e-mail; b) justificativa do pedido; c) denominação e descrição sumária do bem, com apresentação ou atuação dos grupos sociais envolvidos, de onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre; d) informações históricas; e) documentação mínima disponível sobre o bem; f) referências documentais e bibliográficas; g) declaração formal de representante de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro (BRASIL, 2004).

Além dessa documentação é necessária também de: a) descrição pormenorizada do bem que contemple a sua complexidade e contemple a identificação de atores e significados atribuídos; processos de produção, circulação e consumo; contexto cultural específico; b) referências à formação e continuidade histórica do bem caracterizando as mudanças ocorridas no decorrer do tempo; c) as referências bibliográficas e documentais; d) produção de registros audiovisuais de caráter etnográfico que contemplem os aspectos culturalmente relevantes; e) reunião com publicações, registros audiovisuais existentes, materiais informativos em diversas mídias que ampliem o conhecimento do bem; f) avaliação das condições em que o bem se encontra, com análise dos riscos que prejudicam a sua continuidade; g) propostas de ações para a salvaguarda do bem (BRASIL, 2004).

A partir da necessidade de toda a documentação necessária, como requisitos obrigatórios para iniciar o processo administrativo de registro deste bem, é de se pensar que será uma tarefa árdua. Contudo, de todo o processo, pode se ter duas posições, conseguir o parecer favorável ou não conseguir, caso não se consiga pelo menos se terá esta manifestação documentada como meio de guardar um memorial de sua existência.

Dessa forma, como ação de proposição para a salvaguarda deste, em se tratando que é um bem imaterial seria importante o registro da capela de Santos Reis como local onde se concentram e reproduz a prática cultural da Folia de Reis “Estrela Guia” do assentamento, já que é o espaço em que encontram e fazem os ensaios, onde se guardam os instrumentos, onde é feita a saída da bandeira e o seu fechamento. E estando a capela localizada dentro do lote dos organizadores da Folia de Reis, e sendo o lote um patrimônio

que não pode ser vendido, acredita-se que a capela estará resguardada e estará guardando a memória da Folia de Reis.

A capela é o espaço sagrado para os devotos e participantes da Folia de Reis no assentamento Gleba XV de Novembro. Dessa forma, na impossibilidade de registrar as canções que são de autores diversos, ou o seu ritual, percebe-se na capela um símbolo que representa esta Folia de Reis “Estrela Guia”.

Além disso, é necessária medida de recuperação das fotos que estão penduradas na parede da capela. São imagens que mostram algumas apresentações da Folia de Reis ao longo do tempo. Essas fotos estão em processo de deterioração em virtude da forma com que estão expostas, sem nenhuma proteção.

Outra fonte para se concretizar o registro seria nas fotografias existentes na capela ou nos instrumentos que lá estão. Conforme já discutido no capítulo 1, as formas de preservação no Brasil, são o tombamento e o registro. Dessa forma, o tombamento pode ser outra possibilidade. Se for direcionado para o tombamento, este poderá ser solicitada na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico - ConDePHAAT (SÃO PAULO, 2011).

Este Conselho tem a responsabilidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nestes bens estão incluídos os móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais. Qualquer indivíduo poderá solicitar a este Conselho a proteção ao bem cultural que se considere importante para a memória coletiva ou individual de um grupo (SÃO PAULO, 2011).

Lembrando que o tombamento se inicia com a abertura do processo de tombamento pelo Colegiado e finaliza após o parecer com a homologação do Secretário da Cultura e a publicação da Resolução de Tombamento no Diário Oficial do Estado (SÃO PAULO, 2011).

Os dois processos são difíceis, mas vale a pena tentar colocá-los em prática, pois se faz necessário em virtude das condições de existência dessa manifestação cultural. Contudo, esse processo seria simplificado se acaso houvesse no município um Conselho de Cultura, pois esta mesma poderia pleitear o processo de tombamento na esfera estadual e federal. Além disso, o próprio Conselho poderia tornar como patrimônio

municipal este patrimônio imaterial, o que conseqüentemente já facilitaria para pleitear em outras esferas a salvaguarda do patrimônio.

### 3.1.7 O Museu de Memória Regional<sup>3</sup>

O Museu de Memória Regional - MMR foi criado em 2006, pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, como uma das exigências de um Termo de Ajuste de Conduta estabelecido pelo Ministério Público para compensação sociocultural aos municípios afetados pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e seu reservatório (MUSEU DE MEMÓRIA REGIONAL, 2008).

A implantação do Museu de Memória Regional foi financiada pela CESP, mas foi contratada uma instituição para realizar a implantação, que foi a Fundação Energia e Saneamento. Já a pesquisa histórica foi desenvolvida em parceria com a Universidade Estadual Paulista – Campus Experimental de Rosana (MUSEU DE MEMÓRIA REGIONAL, 2009).

O Museu de Memória Regional tem como objetivo contribuir para a recuperação, preservação e divulgação das referências histórico-culturais das comunidades afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e seu reservatório.

O Museu de Memória Regional tem duas formas de exposição, uma exposição de longa duração, localizada na sede do Museu no distrito de Primavera, e outra de exposição itinerante, passando pelos 16 municípios afetados pela construção da usina e seu reservatório.

O objetivo da exposição é apresentar alguns momentos da história de povoamento da região, aspectos da vida cotidiana dos habitantes e alterações decorrentes da construção da Usina. E para estabelecer os momentos importantes desta história, foi preciso não apenas procurar em livros, mas também recorrer aos próprios moradores, por isso foram percorridos os municípios para coletar relatos da vida dos seus moradores.

No Museu, a exposição encontra-se distribuída em painéis de fotos suspensas, figura ilustrativa do rio Paraná, cenário cultural com a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes e pássaros em dobradura, denominados “tsurus” representando a cultura japonesa e painéis temáticos.

---

<sup>3</sup>A autora desta dissertação estagiou durante o período de 2008 a 2009 neste Museu, o que tornou mais fácil falar sobre ele.

O primeiro grupo de painéis é “Atividades econômicas e formação dos municípios”. Neste painel retrata as atividades econômicas que influenciaram a formação dos 16 municípios, no período entre o século XIX e XX. Relacionando este desenvolvimento com criação e transporte de gado, a existência de um transporte fluvial no rio Paraná e o ferroviário.

O segundo grupo de painéis é “Povoamento e migração”. Diz – se, sobre a ocupação da margem do rio Paraná por correntes migratórias como, por exemplo, os húngaros, tchecos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães, além de migrantes, tais como baianos, cearenses, cariocas e mineiros.

Terceiro grupo de painéis é o “Cotidiano e energia elétrica”. Retratam atividades do cotidiano, atividades esportivas e de lazer. E depois atividades relacionadas ao uso da energia elétrica.

O grupo de painéis “De rio a reservatório” é evidenciado o contexto que influenciou na criação das usinas no Brasil. É onde é possível colocar os pontos fortes e fracos da criação de uma Usina Hidrelétrica e da geração de energia por esse sistema. Há também um vídeo com alguns depoentes que contam sobre a região.

A Figura 18 demonstra como está organizada a exposição no Museu de Memória Regional.

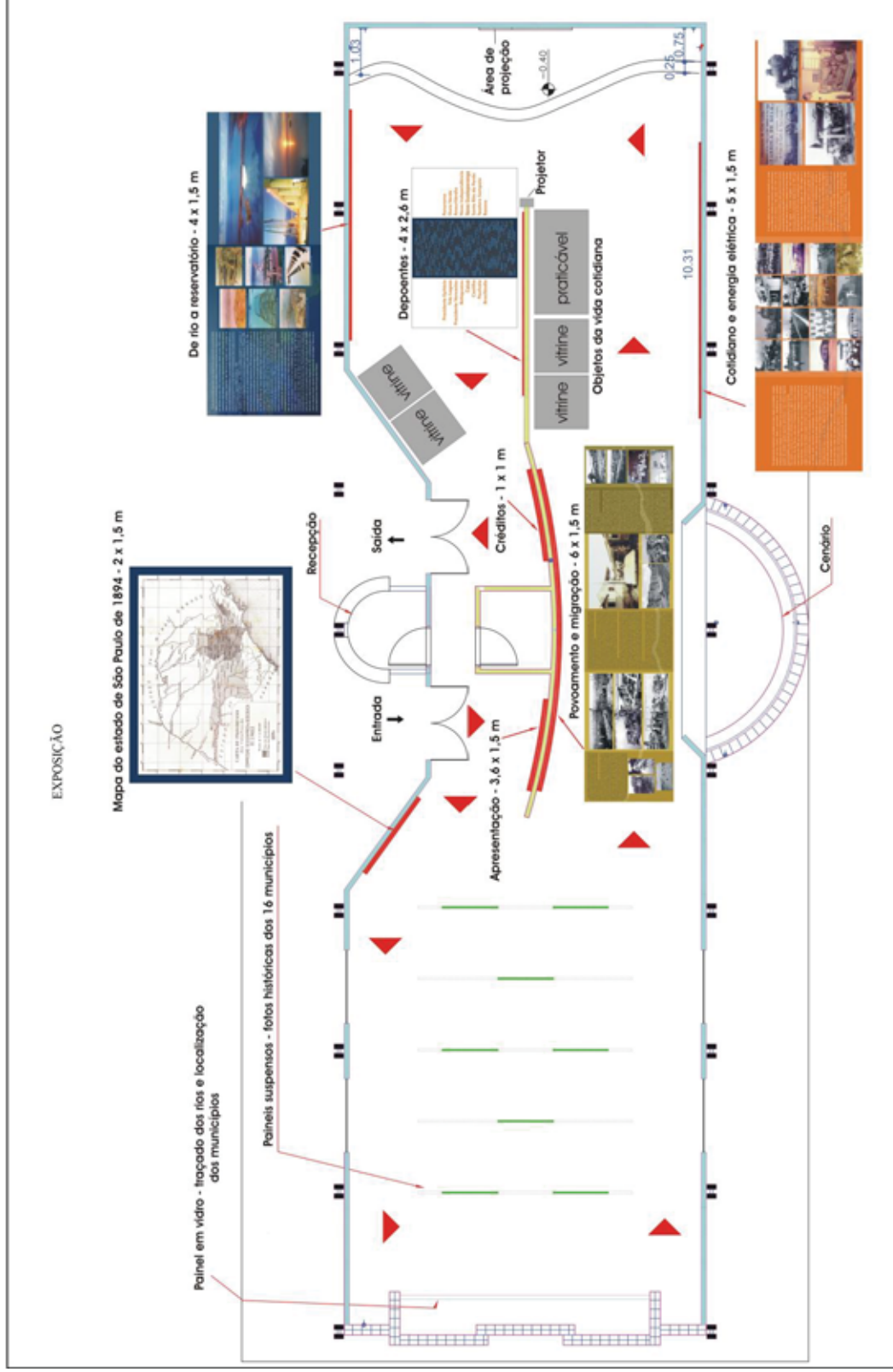


Figura 18 - Espacialização interna do Museu de Memória Regional

Fonte: Museu de Memória Regional, 2008.

O Museu de Memória Regional compõe o roteiro de visitação a UHE Sérgio Motta e Viveiro de Produção de Mudas. O Museu tem uma atratividade por ser uma instituição cultural da região, e do município de Rosana, além disso, é o único Museu que tem na cidade, e por isso pode ser aproveitada como ferramenta para o conhecimento sobre o município e a região.

O fluxo de visitação do Museu de Memória Regional ocorre, em sua maioria, por visitas de grupos previamente agendados, que é direcionada a conhecer o Museu, pois este integra o roteiro de visitação a UHE Sérgio Motta e Viveiro de Produção de Mudas. Mas, também tem seu público espontâneo que são amigos e parentes dos residentes do município que são levados para conhecer o Museu e grupos escolares da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE.

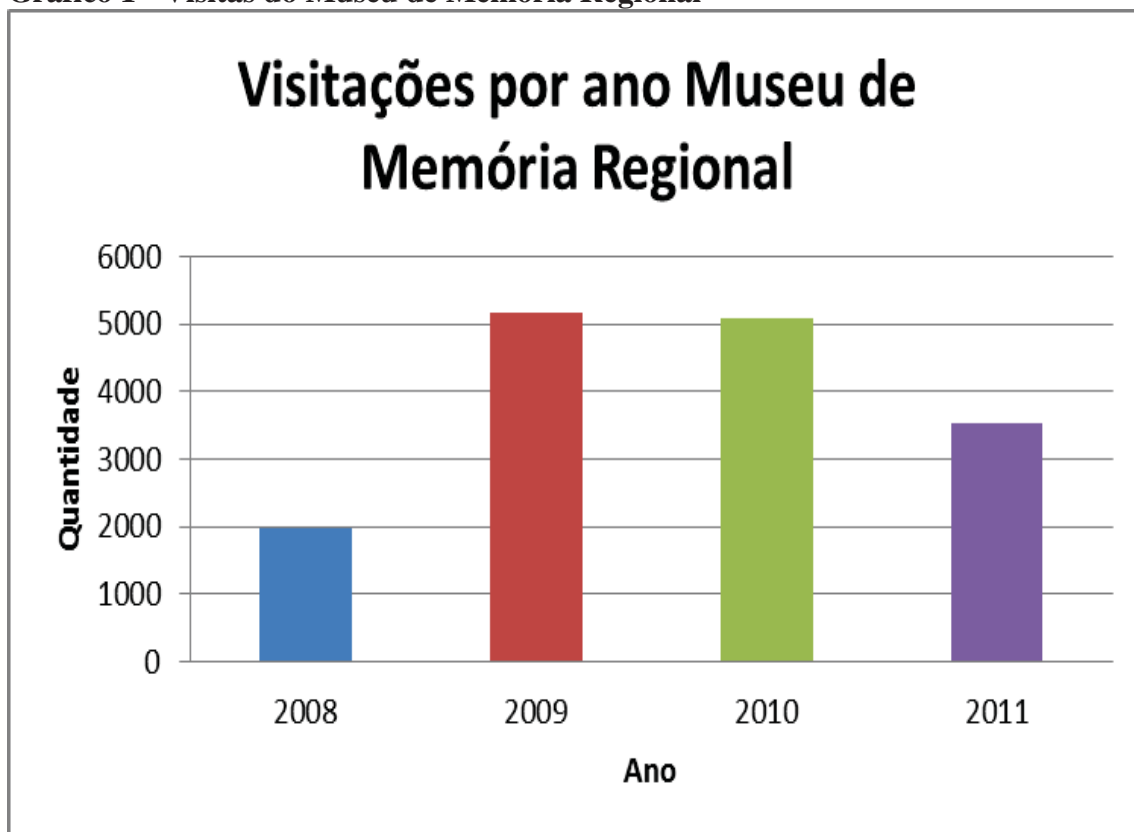
O agendamento ao Museu é realizado por meio de e-mail especificando o nome da instituição, município, número de visitantes, faixa etária, nome do responsável pelo grupo e roteiro de interesse para a monitoria. O tempo de permanência média em uma visita ao Museu é de aproximadamente 1 hora, mas esta varia muito em decorrência da necessidade do visitante. A visitação espontânea não tem um tempo definido, ficando a critério do visitante.

De modo geral, o público-alvo do Museu são da região, com destaque para as visitas dos grupos escolares, que constituem a maioria das visitas ao museu, no qual existe uma predominância do ensino fundamental, ensino médio, técnico e superior, ou grupos com escolaridade diversificada. Eles provêm de diversos municípios, mas em sua maioria, estão situados num raio de 200 km de Rosana-SP, tais como: Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Prudente; Paranavaí; entre outros. Além dos grupos escolares do próprio município que visita o Museu.

O Gráfico 1 apresenta o perfil das visitas do Museu, no período de 2008 a 2011. Esse gráfico aponta para um fato de que os anos de 2009 e 2010 tiveram um aumento no número de visitantes em relação aos anos de 2008 e 2011. Este aumento pode ser um reflexo do trabalho desenvolvido pela exposição itinerante que aconteceu nos municípios em 2008, das visitas agendadas para conhecer a Usina e pela equipe de trabalho específica para o Museu, que passou a cobrar mais a efetiva inserção do Museu como roteiro integrado a visitação a Usina.



Gráfico 1 - Visitas do Museu de Memória Regional



Fonte: Museu de Memória Regional, 2013. Org.: Autora.

Tendo como base o conhecimento do fluxo de visitantes do Museu, e em concordância com as informações obtidas por meio de entrevista ao Museu de Memória Regional, pode-se dizer que o principal projeto que envolve o Museu são as visitas do FDE que acontece apenas no Museu, e os demais grupos escolares que também visitam a Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta.

Esta entrevista teve o objetivo de verificar a percepção do Museu sobre o turismo já existente no município, já que os visitantes desta instituição são considerados um público em potencial para a atividade turística, compreender o perfil dos visitantes e a possibilidade de desenvolver o turismo nos assentamentos rurais aproveitando esse fluxo de visitas.

Segundo a entrevistada, os assentamentos que visitam o Museu vêm em função da parceria feita com o FDE, são escolas que trabalham com o enriquecimento do currículo escolar por meio de visitas a instituições culturais, dessa forma, são um público direcionado ao Museu que geralmente demandam a preparação de um roteiro específico de visitação (E 7, 2013).

Além da parceria com o FDE, o Museu conseguiu se cadastrar no Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, no qual foi feita a primeira participação na Semana Nacional de Museus, e nessa semana teve a presença dos assentados. Fato que merece ser destacado, logo que poucos assentados conhecem o Museu, pois ainda há o entendimento que o Museu é da CESP e não da comunidade, e sua localização no Centro de Produção de mudas da CESP, ainda favorece a essa conotação e cria um distanciamento com a população local. Com a Semana Nacional de Museus foi feita uma aproximação maior com a população em geral e, especialmente, a assentada.

No tocante ao desenvolvimento do turismo, a partir da gestão pública, a entrevistada relatou que há necessidade de superar as dificuldades existentes, só para contextualizar essa entrevista foi concedida em 2012, e por isso a análise feita refere-se à gestão 2009-2012 e as gestões anteriores (E 7, 2013).

Na fala da entrevistada foi relatado que há uma carência em relação ao turismo, pois há o turismo de pesca, mas falta infraestrutura para acolher e acomodar este visitante, falta capacitação profissional, falta o incentivo e falta de meios de hospedagem (E 7, 2013).

Quando questionada sobre a criação do roteiro que integrasse o museu e os assentamentos rurais, a entrevistada foi favorável, apontando que esse caminho é possível (E 7, 2013).

Quando indagada sobre as atividades que poderiam integrar o turismo local, além de pesca, foi mencionado o turismo de aventura aproveitando os rios, a prática de canoagem, de remo, caminhada, cicloturismo, arborismo, turismo rural, entre outros (E 7, 2013).

Outro aspecto mencionado foi em relação à culinária, principalmente dos assentamentos, pois já existe essa relação de preparação de alimentação para eventos na UNESP, campus de Rosana (E 7, 2013).

Fazendo uma leitura a partir da entrevista, notou-se que a questão da potencialidade aparece como pano de fundo, mas que ainda carece da atuação do órgão municipal e de pessoas empreendedoras que invistam no turismo local.

Em virtude do interesse dos entrevistados, tais como: Folia de Reis, Roda de Viola, Projeto Guri, Museu e Usina, que quando questionados nas entrevistas sobre a criação de um roteiro que integrasse o Museu, a Usina e os assentamentos, relataram que seria importante, foi proposto neste trabalho um esboço de roteirização, para que em

conjunto com a comunidade, as instituições responsáveis pelos atrativos, representantes do patrimônio cultural e o órgão público municipal tivesse um parâmetro para construir outro roteiro que pudesse ser ajustado com o interesse de todos os envolvidos. Portanto, como ficou claro nas entrevistas esse desejo, trago neste trabalho algumas propostas de roteirização apenas para exemplificar e contribuir como possibilidade para integrar os assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal aos atrativos já consolidados.

Por isso, conhecendo o fluxo existente no Museu, quem são, sua procedência, poderia ser pensado, em caráter de possibilidade e esboço, um roteiro de curto período de tempo que pudesse ser aproveitado pelos visitantes, já que a maioria é de grupos de estudantes ou são do FDE e, portanto, dispõem de pouco tempo. Por outro lado, entendendo que as visitas do Museu ocorrem de forma independente da Usina, no qual detém de autonomia, para pensar e articular várias formas de atender o visitante propõe - se dois roteiros para visita do Museu e articulado com os assentamentos, conforme Quadro 1 e Quadro 2.

#### **Quadro 1- Patrimônio cultural e ambiental**

<b>Roteiro 1 – Patrimônio cultural e ambiental do Pontal do Paranapanema</b>	
<b>Tempo: 2 a 3 horas</b>	<b>Atividade</b>
A combinar	Recepção no Museu de Memória Regional
00h45 minutos	Visita ao Museu - enfatizar no Painele Povoamento e Migração sobre as correntes migratórias como, por exemplo, os húngaros, tchecos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães, além de migrantes, tais como baianos, cearenses, cariocas e mineiros. - aspectos da culinária e da cultura.
00h20 minutos	- apresentação de Folias de Reis ou Violeiros da Roda de Viola ou Projeto Guri (após a exibição do vídeo do Museu).
00h30 minutos	Vista ao Horto - Trilha e breve explicação sobre o meio ambiente relacionando com o Painele Povoamento e Migração do Museu.
45 minutos	Finalizar a Visita - Café no local com alimentos caseiros dos assentamentos rurais: queijos, doces, compotas, leite, café, sucos, etc. - Despedida do grupo.

Fonte: Autora.

No primeiro roteiro, Quadro 1, a prioridade é o pouco tempo disponível para realização das atividades, nesse sentido, para esse roteiro seria necessário apenas algumas horas, e uma característica dele é levar o assentamento até o visitante, já que o mesmo não dispõe de tempo hábil para se deslocar até lá.

Assim, nesse roteiro daria um destaque para o Painele Povoamento e Migração, pois dá margem para trabalhar a questão da ocupação no Pontal do Paranapanema, com o patrimônio cultural, tais como a cultura e culinária e os aspectos ambientais dessa ocupação que poderia ser desenvolvido durante a visita ao Horto.

Haveria a apresentação do grupo de Folia de Reis, ou violeiros da Roda de Viola, ou do Projeto Guri, dentro do Museu, aproveitando o espaço chamado de “beira do rio”, no qual os visitantes sentam para assistir ao vídeo institucional e dessa forma, também ser o cenário de apresentação de Folia de Reis.

É um roteiro simples, que permite a inserção do patrimônio cultural da região que poderá ser contextualizada durante a visitação, além disso, dá para trabalhar com os diferentes perfis de visitante, adequando - se a linguagem de acordo com as faixas etárias dos visitantes, especialmente o ciclo I e II do ensino fundamental, os estudantes de ensino médio e técnico, que são os grupos que mais visitam este Museu.

Também poderá ser utilizado para valorizar o patrimônio cultural local e regional, logo que a procedência do visitante é do estado de São Paulo, das cidades de: Rosana/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Euclides da Cunha Paulista/SP e Teodoro Sampaio.

Este roteiro poderá ser alterado de acordo com a necessidade do grupo, podendo enfatizar outros painéis ou outros assuntos que são do interesse do visitante e do professor.

Neste roteiro não está incluso a Usina, porque demandaria mais tempo e entendendo que o público que visita o Museu não necessariamente visita a Usina. Em virtude disso, também na proposta de roteiro do Quadro 2 não se incluiu a Usina, mas foi sugerido um prolongamento do horário para se visitar o assentamento e de lá encerrar as atividades.

**Quadro 2 - Turismo no espaço rural e patrimônio cultural**

<b>Roteiro 2 – Patrimônio cultural e ambiental do Pontal do Paranapanema</b>	
<b>Tempo: 6 horas</b>	<b>Atividade</b>
A combinar	Recepção no Museu de Memória Regional
00h45 minutos	Visita ao Museu - enfatizar no Painel Povoamento e Migração sobre as correntes migratórias como, por exemplo, os húngaros, tchecos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães, além de migrantes, tais como baianos, cearenses, cariocas e mineiros. - aspectos do patrimônio cultural.
00h30 minutos	Vista ao Horto - Trilha e breve explicação sobre o meio ambiente relacionando com o Painel de Povoamento e Migração do Museu
01h15 minutos	Deslocamento para o assentamento - almoço no assentamento
01h45 minutos	- visita a algumas propriedades - apresentação da Folia de Reis ou Violeiros da Roda de Viola. Finalizar a Visita - despedida do grupo

Fonte: Autora.

Este roteiro, Quadro 2 poderá ser aprimorado no sentido de se adequar as necessidades do grupo visitante. Dessa forma, o tempo e as atividades que o compõem podem ser adaptados para atender um determinado grupo.

Essa proposta deve ser passada ao responsável pelo grupo, no momento em que é feito o agendamento da visita, para que o mesmo fique ciente das informações necessárias para a execução do roteiro.

Um problema que poderá ser encontrado seria com o valor a ser cobrado para custear a alimentação, pois para visitar o Museu a entrada é gratuita. Além disso, haverá a necessidade de um agente para acolher o visitante e fazer o roteiro nos assentamentos. Logo se faz necessário um escritório de turismo receptivo só para atender a demanda destes visitantes. Após entrar em contato e agendar a visita ao Museu, e identificado o interesse pelo roteiro, seria direcionado à agência, que entraria em contato com o responsável pelo grupo para passar todas as informações pertinentes à visita no assentamento e acertar a forma de pagamento.

Este receptivo poderia ser uma associação existente nos assentamentos que ficaria com a responsabilidade de fazer essa integração da visita do Museu com o assentamento.

Para os dois roteiros se fazem necessário à presença de uma entidade que organizasse a atividade para que tudo tivesse um perfeito encaminhamento e execução. Esta entidade pode ser a criação de um escritório receptivo comunitário por meio de associação, ou outra proposta que seja mais conveniente aos interesses dos assentados, já que seriam eles que fariam a articulação do turismo dentro dos assentamentos.

### 3.1.8 A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta

A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta – UHE Eng. Sérgio Motta, anteriormente foi chamada de Usina Hidrelétrica Porto Primavera está localizada no Rio Paraná, a 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema.

A barragem dessa Usina é a mais extensa do Brasil, tem 11.380 m de comprimento. A seleção pelo município de Rosana se deu devido às condições geográficas do lugar, conforme relatou o entrevistado (E 8, 2013).

Segundo o entrevistado, a usina foi projetada para ter dezoito turbinas, mas só 14 estão operando, no qual todas podem gerar 1.980 megawatts. A primeira etapa do enchimento do reservatório, na cota 253,00 m, foi concluída em dezembro de 1998 e a segunda etapa, na cota 257,00 m, em março de 2001. Em Outubro de 2003, entrou em operação a unidade geradora 14, totalizando assim, 1.540 MW de potência instalada. Devido ao pouco declive do local, o tamanho da área a ser inundada para a criação da barragem da usina foi gigantesco, conseqüentemente formando o maior lago artificial do Brasil e um dos maiores do mundo, com 2.250 Km<sup>2</sup>, ou 225 mil hectares, com uma capacidade de 20 bilhões de m<sup>3</sup> de água o que aumentou em nove vezes o leito do rio Paraná (E 8, 2013).

Todo o impacto gerado pela construção dessa usina leva a questionamentos sobre a sua capacidade de produção energética e colocando muitas vezes em xeque todo o discurso defendido pela CESP em relação ao custo – benefício, atrelado a essa Usina.

A região inundada pelo lago, em sua maior parte no estado de Mato Grosso do Sul, especialmente tratava-se da maior reserva de argila, no qual havia sítio

arqueológico e abrigava famílias ribeirinhas e indígenas do grupo Ofayé-Xavante (SCARPINELLA, 1999).

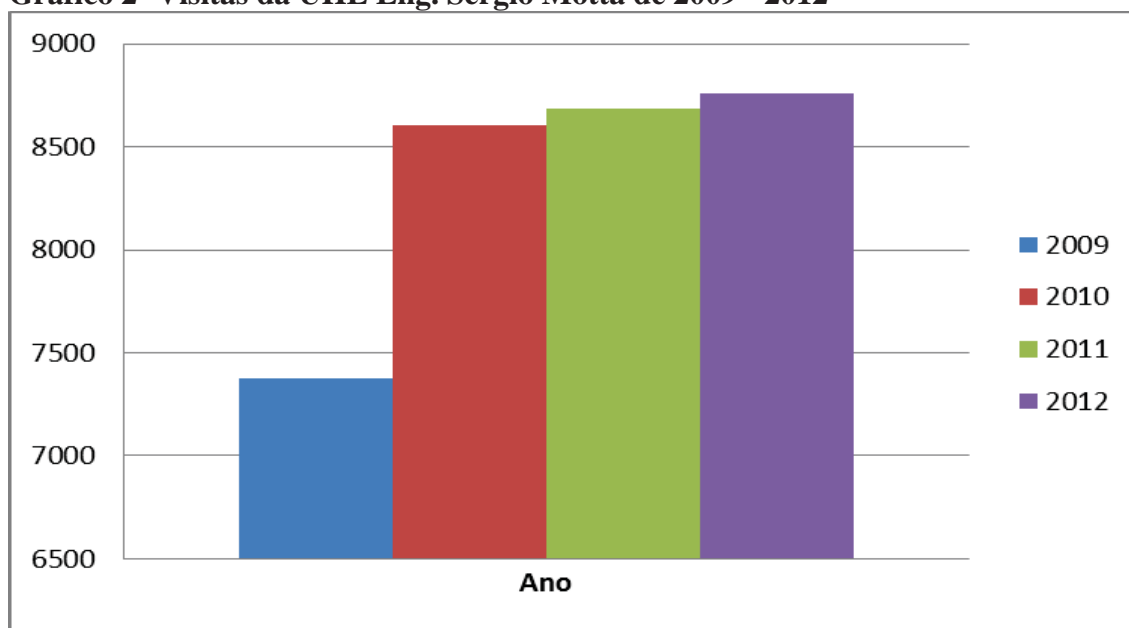
Sobre o início das visitas na Usina, segundo o entrevistado relatou, foi desde o princípio da construção da Usina, ou seja, a partir do ano de 1982, já são mais de 30 anos que a Usina recebe visitantes (E 8, 2013).

O sistema de visita na Usina foi informado pelo entrevistado que existe um roteiro no qual inclui três locais: Usina, Viveiro de produção de mudas e Museu. Geralmente há uma recepção que é feita no auditório, e dependendo da sugestão do responsável, é realizada a visita na Usina, no Viveiro de produção de mudas e no Museu, não tendo uma ordem definida. Pode ser que um local não dê tempo de ser visitado, o que vai depender também da disponibilidade do visitante e do objetivo da visita, mas geralmente ocorrem as visitas nos três locais (E 8, 2013).

Em relação aos pontos de visita da Usina foram elencados pelo entrevistado os seguintes: elevador e escada para peixes, a eclusa e a própria estrutura da UHE são os principais motivos para sua visita, já no que diz respeito ao Viveiro os visitantes são conduzidos para conhecer as técnicas e o processo de produção de mudas para o reflorestamento tanto dos locais afetados pela construção da Usina (E 8, 2013).

Em média, o tempo de permanência é de aproximadamente 7 horas, com o intervalo de uma ou duas horas de almoço, neste tempo o grupo pode ou não ter trazido um lanche, quando não utilizam os restaurantes e mercados de Primavera. Outras vezes a visita é feita em meio período, parte da manhã ou da tarde, ou seja, há uma flexibilidade de horários para atender a demanda dos grupos.

De acordo com o entrevistado, o número de visitas ao ano é de aproximadamente de 8 mil pessoas, com uma média de 650 visitas ao mês, tendo nos meses de férias escolares uma queda na média de visitas, já que as visitas são em grande parte de grupos de estudantes (E 8, 2013). O Gráfico 2 ilustra a visita por ano na Usina.

**Gráfico 2- Visitas da UHE Eng. Sérgio Motta de 2009 - 2012**

Fonte: Usina Eng. Sérgio Motta, 2013. Org.: Autora.

O público visitante da Usina são em sua maioria, grupos de estudantes e técnicos, provenientes dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, e outros estados que aparecem esporadicamente (E 8, 2013).

Quando questionado sobre o turismo no contexto municipal e sobre as visitas em particular na Usina foi relatado que os visitantes demonstram interesse em visitar outros pontos do município (E 8, 2013).

A partir das informações obtidas nessa entrevista com a Usina, percebe-se que há uma potencialidade turística, representada pelos aspectos naturais e tecnológicos do município, contudo, sua fragilidade consiste na questão do fomento, pois segundo o entrevistado, é o que falta para desenvolver o turismo local (E 8, 2013).

Há uma procura dos visitantes da Usina por artesanato o que cria uma perspectiva de criação de um produto que traga as características do local, o que pode trazer tanto uma referência dos rios, da paisagem natural ou do espaço rural. Isso é outra possibilidade para trabalhar o turismo local (E 8, 2013).

O município, indiretamente, por meio da Usina faz parte do Circuito Oeste Rios, que é um roteiro regional, com o objetivo de dinamizar o turismo regional. Este roteiro poderia ser integrado com a proposta de roteiros que se fará nesse trabalho. O roteiro do Circuito Oeste Rios poderá ser aprimorado no sentido de contribuir significativamente para o turismo local.



Sobre o quesito turismo no assentamento, o entrevistado afirmou que o assentamento pode ser um atrativo, pois tem grande riqueza para o turismo rural. Entretanto ressaltou para a importância de estruturar e organizar a atividade para que o resultado seja satisfatório (E 8, 2013).

Dessa forma, acredita - se que a criação de roteiros que integrassem a Usina, Museu e assentamento seriam viáveis, mas desde que seja extremamente responsável. Além disso, os visitantes demonstram interesse em conhecer o assentamento, inclusive alguns visitantes já estão pernoitando no município para conhecer melhor o local (E 8, 2013).

Na percepção do entrevistado, seria possível aproveitar o fluxo de visitantes da Usina para outros atrativos do município, inclusive para os assentamentos. Como acontece na Usina, uma prática que é extremamente organizada, poderá ser um ponto central para iniciar um processo de turistificação nos demais atrativos ou potencialidades do município (E 8, 2013).

No caso dos assentamentos é possível a concretização de um roteiro que venha a incorporá-lo dentro das visitas da Usina, como meio para se conhecer a produção, o patrimônio cultural, tais como, o modo de vida, a culinária, entre outros. Este último seria essencial logo que o perfil do público visitante da Usina, em sua maioria, permanece o dia todo e sendo assim, necessita de serviços de alimentação. E tendo um prato típico da localidade este poderia ser apreciado pelos visitantes.

Como sugeriu este entrevistado, esse prato típico poderia ser relacionado ao rio, já que o município está entre dois importantes rios. Também poderia ser relacionado ao assentamento, o que não excluiria o elemento rio, pois há dois assentamentos as margens dos dois rios (E 8, 2013).

Segundo o entrevistado, o turismo poderia ainda aproveitar a eclusa que está parada, o aeroporto, e também alguns elementos que estão em construção, como a ferrovia norte-sul sobre a usina formando a rodoferroviária e o porto intermodal, que são recursos que poderão contribuir para o desenvolvimento do turismo (E 8, 2013).

Partindo de uma leitura desta entrevista sobre a visita na Usina, percebeu-se que há um potencial grande da Usina que permite o entrecruzamento da proposta de Turismo no Espaço Rural – TER nos assentamentos rurais por meio de roteiros de visita.

A proposta de roteirização conforme mencionado anteriormente na proposta apresentada para o Museu, é apenas um esboço com o intuito de deixar um exemplo para que a comunidade e todos os envolvidos tivesse uma base para a construção de outro roteiro conveniente ao desejo de todos.

Tendo o conhecimento do perfil dos visitantes da Usina, bem como a disposição de tempo de alguns grupos, propõe-se a elaboração de três tipos de roteiros, no qual englobam os visitantes de meio período, período integral e com pernoite, conforme o Quadro 3, Quadro 4 e Quadro 5.

### **Quadro 3 - Usina e patrimônio cultural**

<b>Roteiro I – Construção da Usina no contexto ambiental e cultural da região</b>	
<b>Tempo: Meio Período</b>	<b>Atividade</b>
A combinar	Recepção no Auditório
1h00 minutos	Vista a Usina: enfatizar sobre a construção da Usina e a produção de Energia. - visita ao lago; - eclusa; - escada para peixes; - casa de máquinas.
00h40minutos	Visita ao Viveiro de Produção de Mudas: enfatizar sobre os impactos ambientais. - visitar o banco ativo de germoplasma: enfatizar a questão dos impactos da construção da Usina; - Trilha até o Auditório ao Ar Livre
00h40minutos	Visita ao Viveiro de Produção de Mudas: Auditório ao ar Livre: falar do patrimônio cultural da relação homem com a natureza - apresentação de violeiros da Roda de Viola ou do grupo de Folias de Reis ou do Projeto Guri.
00h40 minutos	Finalizar a Visita - Retornar ao Auditório interno. - Café no local com alimentos caseiros dos assentamentos rurais: queijos, doces, compotas, leite, café, sucos, etc. - Despedida do grupo.

Fonte: Autora.

No primeiro roteiro, Quadro 3 poderia ser contemplado os aspectos ambientais e técnicos como a escolha do local para a construção da Usina; os benefícios e os malefícios da geração de energia por meio de usina hidrelétrica; os impactos na fauna e flora com destaque para as espécies em extinção, bem como os reflorestamentos, unidades

de conservação, manejo da fauna silvestre; e o remanejamento populacional com a criação dos reassentamentos e os impactos que isso ocasionou.

Do patrimônio cultural poderiam ser mencionados os espaços ao ar livre que as famílias utilizavam como forma de lazer com os piqueniques, entre outras, e fazer essa contextualização ao espaço que eles estão que é o Auditório ao ar livre. Mencionar o modo de vida das famílias assentadas e sua relação com o meio ambiente natural, logo que a maioria das famílias realocadas de suas residências em virtude da construção da Usina dependia do meio ambiente para sobreviver, dessa forma poderia ser abordada a questão dos ribeirinhos e sua relação com o rio Paraná, os agricultores e sua relação com a terra, e os oleiros que retiravam a argila em uma das áreas que foram inundadas para construção do lago; além dos aspectos de alimentação, trabalho, os meios de transporte. Além de incorporar a Roda de Viola, a Folia de Reis e o Projeto Guri.

Nos meios de transporte poderia haver uma breve contextualização com o transporte do início do povoamento da região com os que são utilizados pelos assentados na atualidade, falando de sua importância para quem vive no campo.

Este roteiro poderá ser alterado para se adequar a necessidade do grupo que está visitando, com a inserção de outras atividades ou temáticas que seja mais pertinente ao interesse do grupo.

#### **Quadro 4 - Usina e visita aos assentamentos rurais**

<b>Roteiro II – UHE Eng. Sérgio Motta e o espaço rural dos assentamentos de Rosana</b>	
<b>Tempo: Período Integral</b>	<b>Atividade</b>
A combinar	Recepção no Auditório
1h00 minutos	Vista a Usina: enfatizar sobre a construção da Usina e a produção de Energia - visita ao lago; - eclusa; - escada para peixes; - casa de máquinas.
00h40minutos	Visita ao Viveiro de Produção de Mudanças: enfatizar sobre os impactos ambientais - visitar o banco ativo de germoplasma: enfatizar a questão dos impactos da construção da Usina Trilha até o Auditório ao Ar Livre: - área de reflorestamento.

01h00minutos	Visita ao Museu de Memória Regional: falar do patrimônio cultural da região. - Povoamento; - Cotidiano e Lazer (Painel Cotidiano e Energia) ressaltar as brincadeiras, atividades do cotidiano, atividades esportivas e de lazer como os bailes, a musicalidade, entre outras.
1h45 minutos	Deslocamento para o assentamento - almoço no assentamento - apresentação do grupo de Folias de Reis ou Violeiros da Roda de Viola.
01h00	- visita a algumas propriedades próximas ao rio Paranapanema ou Paraná.
01h00 minutos	- Apresentação do grupo de Folias de Reis ou Violeiros da Roda de Viola. - Café da tarde no local com alimentos caseiros dos assentamentos rurais: queijos, doces, compotas, leite, café, sucos, etc. - Despedida do grupo.

Fonte: Autora.

Neste segundo roteiro, Quadro 4 é dado ênfase para aspectos técnicos da Usina, como já é de costume se fazer, mas igualmente o patrimônio cultural e a visita nos assentamentos. Dessa forma, este roteiro tem como objetivo enfatizar sobre o processo de construção da Usina, com dados técnicos e essenciais para se compreender o porquê que a Usina foi instalada no município, bem como a questão da produção de energia, a escada para peixes e a eclusa.

Na visita ao Viveiro de produção de mudas poderiam ser exemplificadas as principais ações que a CESP desenvolveu para minimizar os impactos causados pela construção da Usina; a questão das sementes e o banco ativo de germoplasma, relatando sobre as principais espécies de flora que foram retiradas para a construção do lago; assim como na parte da trilha os visitantes podem ver os exemplos dessas espécies cultivadas como meio para garantir sua existência; mencionar a fauna que foi remanejada.

No patrimônio cultural mencionar na visita ao Museu de Memória Regional sobre o modo de vida das famílias que residiam nos municípios impactados, falar sobre as formas de lazer, as brincadeiras, os bailes, a musicalidade, que podem ser contextualizadas com a viola e o grupo de Folia de Reis.

Nos assentamentos ficaria a parte da alimentação, o contato com o patrimônio cultural, com o modo de vida e produtivo dos assentados.

**Quadro 5 - Proposta de Roteirização com pernoite**

<b>Roteiro III – Atrativos de Rosana/SP</b>	
<b>PRIMEIRO DIA</b>	
<b>Tempo: Dois dias com Pernoite</b>	<b>Atividade</b>
A combinar	Recepção no Auditório
1h00 minutos	Vista a Usina: enfatizar sobre a construção da Usina e a produção de Energia - visita ao lago; - eclusa; - escada para peixes; - casa de máquinas.
00h40minutos	Visita ao Viveiro de Produção de Mudanças: enfatizar sobre os impactos ambientais - visitar o banco ativo de germoplasma: enfatizar a questão dos impactos da construção da Usina Trilha até o Auditório ao Ar Livre: - área de reflorestamento.
01h00minutos	Visita ao Museu de Memória Regional: falar do patrimônio cultural da região. - Povoamento; - Cotidiano e Lazer (Painel Cotidiano e Energia) ressaltar as brincadeiras, atividades do cotidiano, atividades esportivas e de lazer como os bailes, a musicalidade, entre outras.
02h00	Almoço no bairro Beira Rio - Tradicional Restaurante que serve peixe
03h00	Visita ao Balneário - Banho no balneário - Passeio de Barco para conhecer as Ilhas do Rio Paraná e o Encontro dos Rios
Noite	- Conhecer o Projeto Guri - Assistir apresentação do Projeto
Noite	Horário livre
<b>SEGUNDO DIA</b>	
01h00 minutos	- Café da manhã no assentamento com alimentos caseiros dos assentamentos rurais: queijos, doces, compotas, leite, café, sucos, etc.
02h00	- visita a algumas propriedades próximas ao rio Paranapanema ou Paraná.
1h45 minutos	- almoço no assentamento - apresentação do grupo de Folias de Reis e/ou Violeiros da Roda de Viola. - Despedida do grupo

Fonte: Autora

Neste terceiro roteiro, Quadro 5, com pernoite é possível incorporar várias atividades, tais como a eclusa na Usina, caso tivesse um barco no local a disposição para essa finalidade; visitar as instalações do Grêmio da CESP, conhecer o aeroporto e desfrutar de um lindo pôr do sol. Estes recursos tem potencialidade para ser um atrativo, mas que depende do incentivo e fomento do órgão local para sua organização.

Além dos passeios de barco para observar a fauna e flora local, trilha das Três Rampas, trilha até o Encontro dos Rios, também são recursos com grande possibilidade para o turismo, entretanto necessita o planejamento.

A noite do distrito de Primavera poderia propiciar momentos de arte e cultura por meio de um calendário de apresentação na Casa da Cultura ou na praça da Igreja Católica, com os participantes do Projeto Guri mostrando o que aprenderam nas aulas de instrumentos musicais; apresentação dos violeiros da Roda de Viola, e a Folia de Reis, entre outras apresentações.

A realização de Feira de artesanato para que os visitantes levem lembranças do município, e assim seria um incentivo à economia local, por meio de sua produção.

#### **CAPITULO 4 – DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO PATRIMONIO CULTURAL E DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS POR MEIO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP**

Os estudos realizados na primeira parte do trabalho proporcionaram um conhecimento sobre o patrimônio cultural, a cultura e as identidades territoriais, o turismo e o território. Permitiram a reflexão sobre as formas de exploração do espaço que poderá ocasionar impacto no território e para a comunidade.

As diretrizes são o principal resultado deste trabalho, e se deu a partir da análise das entrevistas, da observação e do formulário. Nesse sentido, tentando contribuir para o processo de turistificação dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana/SP, que surgiram algumas diretrizes como possibilidade para contribuir na tomada de decisão no que afere o turismo local.

Acredita-se que o planejamento é um instrumento que minimizará as externalidades impostas pelo modelo econômico vigente de exploração do espaço, e nos apontará para as territorialidades presentes que poderão contribuir para o turismo existente no local.

Assim, segundo Koontz; O'donnel (1980), as diretrizes são entendimentos generalizados que orientam no processo de tomada de decisão. Podem ser deduções de atos dos administradores, formalizadas por meio de documentos ou enunciadas verbalmente.

Para Koontz; O'donnel (1980), as diretrizes como os objetivos podem orientar a ação, contudo com uma distinção: os objetivos são pontos que se pretendem alcançar com o planejamento, já as diretrizes canalizam as decisões de percurso até esses pontos ou, seja são caminhos para se chegar ao objetivo proposto.

Foram apontadas neste trabalho 13 diretrizes que colaboram para pensar no patrimônio cultural e nas identidades territoriais como possibilidade de desenvolvimento da atividade turística no município de Rosana/SP com destaque para os assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal.

**DIRETRIZ 01: LEVANTAMENTO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA DE APOIO E DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS AO TURISMO DO MUNICÍPIO**

Entendendo que a infraestrutura é essencial para o desenvolvimento do turismo e foi um dos itens relatado nas entrevistas, propõe-se que seja efetuado um levantamento da infraestrutura existente no local. Dessa forma, a primeira diretriz diz respeito ao conhecimento da área de estudo.

Esta diretriz se faz necessária para conhecer melhor aquilo que o município dispõem em termos de infraestrutura, equipamentos e serviços, apesar do levantamento superficial feito neste trabalho e apresentado no capítulo 2, há a necessidade de conhecer profundamente as reais condições de uso de cada um deles.

O inventário é um instrumento que pode ser utilizado para a realização desse levantamento, entretanto não necessariamente precisa ser o do Ministério do Turismo, mas pode ser elaborado outro ou incrementado com outros aspectos. Há diversos modelos de inventário existente, então é possível selecionar os aspectos relevantes e adequar a realidade local.

Vale dizer que, a infraestrutura é o conjunto de elementos indispensáveis a vida da comunidade e dá base para o desenvolvimento da atividade turística, e dessa forma pode ser: o transporte, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, arreamento, comunicação, educação, saneamento básico, entre outros.

É necessário fazer um levantamento pormenorizado de toda a infraestrutura existente, bem como fazer pesquisa de opinião pública com a população para verificar o que está faltando para melhorar a qualidade de vida local.

Já os serviços e equipamentos turísticos são o conjunto de serviços indispensáveis ao desenvolvimento do turismo, e é composto por: hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, eventos, de lazer e entretenimento etc. Estes equipamentos constituem serviços à disposição do visitante e da comunidade também.

Esta diretriz deverá ser aplicada no município como um todo e principalmente nos assentamentos rurais que desejam o Turismo no Espaço Rural – TER.

## DIRETRIZ 02: LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DOS ATRATIVOS E DOS RECURSOS

Essa diretriz é importante já que se verificou neste trabalho alguns atrativos consolidados ou não, mas que não há o investimento financeiro sobre eles. Por isso a importância para se conhecer detalhadamente cada um deles.



Essencial para compor o produto turístico, dessa forma, conhecer os atrativos e os recursos com potencial para o turismo é de suma importância para diagnosticar sobre o uso do território atual e qual o uso turístico que se deseja.

Podem ser levada em consideração as territorialidades apresentadas no capítulo 3, tais como: Projeto Guri, Folia de Reis e Roda de Viola, bem como outras que identificam o município e os assentamentos rurais.

Nesta diretriz um dos aspectos relevantes é a aferição da real situação dos atrativos e dos recursos, bem como o grau de fragilidade de cada um deles, com um estudo de impactos da atividade turística que leve em consideração a sua situação e apontamentos para melhoria com medidas de recuperação.

Para isso será considerado atrativo, o recurso o que foi apresentado no capítulo 3. Entendendo que o recurso turístico é um elemento com potencialidade, mas que ainda não foi aproveitado; e o atrativo turístico é um elemento que já é aproveitado efetivamente pelo turismo.

Esta diretriz é a base para a formulação do plano de turismo, no qual é necessário conhecer detalhadamente o que se tem e o que se faz necessário ter para que o turismo propicie o desenvolvimento.

### DIRETRIZ 03: SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE PARA O TURISMO

Essa diretriz aponta que a comunidade deve ser inserida no processo de decisão sobre o turismo, já que o município faz parte de dois roteiros importantes conforme mencionado no capítulo 2 e 3.

Dessa forma, sensibilizar a comunidade para o turismo, já que no local esta atividade é uma das alternativas encontradas para a localidade, por isso, sensibilizar a comunidade para o turismo é igualmente importante para o desenvolvimento do turismo.

Esta sensibilização poderá ser feita por meio de palestras com a comunidade, com o intuito de esclarecer o que é o turismo, e principalmente, reconhecendo a importância da participação da população para que se tenha um resultado satisfatório.

Também poderá ser realizada oficina para que a comunidade entenda a atividade turística e saiba também qual o seu papel diante do turismo, e como ela pode trabalhar com a hospitalidade para melhor receber o visitante.

#### DIRETRIZ 04: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE TURISMO VISANDO SUA ESTRATEGIA E QUALIFICAÇÃO

O município não tem um planejamento sobre o turismo, por isso a relevância de elaborar um plano que priorizasse as ações que são realmente necessárias para o desenvolvimento turístico.

A elaboração de um plano municipal que norteie a prática turística localmente é um passo importante. O plano é um processo porque constitui o caminho para alcançar aquilo que foi pensado e planejado.

O plano já deveria existir no município, pois se tratando de um lugar que deseja o turismo como possibilidade para o município, o plano é um instrumento de que não poderia faltar.

Partindo desse pressuposto e de acordo com o estudo realizado, este município, requer um planejamento territorial, com a preparação de um plano municipal que gerencie o uso espacial, delimitando as ações da iniciativa privada, pública e da comunidade local.

Vale lembrar que um plano é um instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Também é importante ressaltar que é uma ferramenta que visa amenizar os impactos para toda a comunidade por certo período de tempo, tentando moldar o território real para o território que se quer ter.

Partindo desse pressuposto, propõem-se a criação do plano por parte do setor público municipal, já que também o município contempla Área de Preservação Ambiental - APA.

#### DIRETRIZ 05: PLANO DE MARKETING

Essa diretriz surgiu como uma possibilidade em virtude da participação municipal em dois roteiros e por isso necessita um plano de marketing com a finalidade de conhecer melhor o seu ambiente interno e externo e criar produtos diferenciados que se sobressai no contexto regional.

Tendo o conhecimento da demanda e da oferta deve se criar um plano de marketing, para que as pessoas conheçam aquilo que o local tem a oferecer. Dessa forma, o plano de marketing também é importante.

A análise do ambiente interno e externo é essencial para que todo o planejamento referente à implantação do turismo seja elaborado, corrigindo as falhas, atuando no ponto fraco, criando diferenciais, além de avaliar as oportunidades a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.

Dessa forma, é importante saber que as principais ameaças relacionadas a sazonalidade, a concorrência com outros municípios, variação da demanda e da oferta, entre outros, para tomar medidas que fortaleça o turismo no contexto municipal e regional.

Para elaborar um plano de marketing é importante conhecer o público visitante para assim, identificar qual a sazonalidade existente no turismo local. Segundo Middleton (2002), a sazonalidade pode ser denominada como os picos e baixas na demanda, entre períodos do ano. As variações da demanda são sempre devido ao fator de perecível, por isso há uma preocupação em gerar o maior número possível de demanda permitida pelo mercado para suprimir as baixas estações.

Para Philip Kotler (2000), o marketing procura o equilíbrio entre a oferta e a demanda. Por sua vez não é simplesmente uma maneira inteligente de descartar-se do que foi produzido, mas é uma forma de agregar valor ao produto.

A criação de produtos que sejam relevantes e condicentes com a realidade do município de Rosana, também faz parte do plano para melhorar o turismo e divulgá-lo regionalmente.

O Marketing no Turismo é essencial devido à intangibilidade de seu produto o que torna necessário o uso de técnicas mercadológicas específicas para comercializá-lo. Portanto uma pesquisa dos elementos que compõem o marketing turístico por meio da delimitação do: produto, público- alvo, a propaganda e preço é uma forma de determinar o turismo que se deseja localmente.

De forma mais abrangente o marketing turístico pode trabalhar aspectos na tentativa de gerenciar a demanda a curto, médio e longo prazo. Quanto mais se conhecer o turista em potencial, suas necessidades e desejos, comportamentos e atitudes mais oportunidade ele terá para desenvolver e implantar esforços de marketing necessários para estimular suas decisões.

#### DIRETRIZ 06: CRIAÇÃO DE UM CALENDÁRIO FESTIVO MUNICIPAL

O calendário festivo não existe no município, e por isso essa diretriz aponta para a sua criação, já que por meio dela poderão ser valorizados o patrimônio cultural e as identidades territoriais existentes.

A criação de um calendário festivo municipal também é importante para revelar aos munícipes aquilo que o município pode oferecer no quesito entretenimento e lazer. Este calendário também poderia ser composto por festivais de música e de teatro com apresentações periódicas para a comunidade local, garantindo o lazer e a diversão.

As apresentações poderiam ser mensais aproveitando o patrimônio cultural existente, como por exemplo, a Roda de Viola, a Folia de Reis e o Projeto Guri. Também poderiam ocorrer outras apresentações, pois o intuito é realizar eventos para que a comunidade possa se distrair e apreciar, já como foi relatado que isso não ocorre no município. Também seria importante a inclusão das festas que ocorrem nos assentamentos rurais nesse calendário. Já há um levantamento das festas existentes e aquelas com potencialidade para fazer parte do calendário.

#### DIRETRIZ 07: CRIAÇÃO DE FEIRA DE ARTESANATO LOCAL

Não há uma feira de artesanato local, em virtude disso, a sua criação é aspecto relevante, já que poderá dinamizar a economia local por meio do aproveitamento do fluxo de visitantes da Usina e do Museu. É uma oportunidade para os empreendedores locais e artesãos divulgarem aquilo que produzem. Entretanto, se faz necessário um levantamento para identificar os artesãos existentes.

Em muitos lugares turísticos a feira de artesanato é um elemento essencial, pois é onde os visitantes podem levar uma lembrança da visita que fez e deixar a sua contribuição para o comércio local.

Lembrando que não há artesanato típico do local, apesar do Circuito Oeste Rios mencionar o trabalho com entalhe em madeira, por isso seria interessante fazer um concurso para eleger um artesanato que tenha a ver com a realidade rosanense.

Também é um espaço que permite a inclusão dos assentados que já produzem ou que querem produzir algum artesanato de algum material produzido em sua propriedade.

## DIRETRIZ 08: CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA - CAT

A criação de um CAT é fundamental porque permite melhorar os equipamentos e serviços de apoio ao turismo e a hospitalidade para acolher o turista que visita o município. É uma estratégia para divulgar os atrativos existentes, os equipamentos e a infraestrutura de apoio ao turismo.

A maioria dos lugares turísticos tem um local que apoia o visitante, seja ele um pequeno posto de informação ou centro de recepção. O importante é ter este ponto de apoio, já que o município faz parte do Circuito Oeste Rios e também do Programa Roteiros do Brasil.

A instalação de um ponto para passar as informações necessárias e tirar as dúvidas de quem chega pela primeira vez ao município é uma forma de romper com o distanciamento entre visitante e o local visitado e colocá-lo a par da realidade e dos costumes.

## DIRETRIZ 09: REGISTRAR O VISTANTE NOS ATRATIVOS PARA CONTROLAR A CAPACIDADE DE CARGA

O registro auxilia para obtenção de dados quantitativos. Por isso tem como finalidade fazer o controle da capacidade de carga de cada atrativo, para que o número de visitação não extrapole o máximo permitido.

Também, este registro poderá auxiliar na identificação do período de sazonalidade da atividade turística, nos atrativos e no município. Assim é possível quem chega ao município.

Este registro é um dos aspectos básicos em uma destinação turística e colabora para o plano de marketing. Dessa forma, para um local que deseja inserir novos produtos e atrair novos visitantes conhecer as pessoas que chegam e sua motivação é um passo indispensável.

Há o controle de visitação no Museu e na Usina, mas nos demais atrativos consolidados, como por exemplo, o balneário, não se tem o conhecimento do número de pessoas que frequentam o local, sua procedência, entre outros.

## DIRETRIZ 10: MEDIDAS DE SALVAGUARDA DO PATRIMONIO IMATERIAL LOCAL

A cultura sempre é vista como menor importância como um todo, por isso, adotar medidas que colaborem como a cultura local é uma forma de salvaguardar o patrimônio existente no município.

As medidas de proteção como vimos no capítulo 1 mais usuais são: tombamento, registro e o inventário. O município por meio da Divisão que gerencia a questão da cultura deverá intervir para garantir a sobrevivência das manifestações culturais tradicionais como um todo.

A cultura como já foi demonstrado, nem sempre ocupa o lugar de importância que merece, ficando muitas vezes refém da própria sorte e da falta de políticas que incentive e valorize o patrimônio cultural. Por isso, são necessárias medidas de acautelamento para salvaguardar o patrimônio existente, para tanto é necessário a criação de um conselho de cultura para ser um mediador que caberá tomar as medidas necessárias de proteção do patrimônio, principalmente a Folia de Reis.

Estas medidas devem acontecer com certa urgência, em virtude da realidade em que se encontra a Folia de Reis, como já descrita no capítulo 3. Uma das ações a serem tomadas em curto prazo poderá ser o apoio a esta manifestação cultural.

Além disso, a criação de um espaço físico que faça alusão a memória local também é importante, tendo em vista que não há este local, e não há registro oficial sobre a história do município.

Esta diretriz não tem um fim em si mesmo, por isso, podem ser inseridos novos elementos que caracterize a necessidade da comunidade. Por isso a importância do monitoramento da atividade.

Assim, esta diretriz é um caminho para se chegar ao turismo responsável, e respeitando aos aspectos econômicos, social, natural e principalmente, cultural. Dessa forma, o turismo trará os benefícios esperados e a comunidade se sentirá participante do processo.

## DIRETRIZ 11: ABERTURA DA CASA DA CULTURA PARA EXIBIÇÃO DE FILMES

A abertura da Casa da Cultura para exibição de filmes é uma forma da comunidade se apropriar deste espaço, já que fica a maior parte do tempo fechado. Assim será uma forma de entretenimento já que a comunidade não tem essa possibilidade.

Poderá aproveitar o espaço existente para incentivar a produção de documentários sobre a localidade e a região e fazer a exibição destes, na Casa da Cultura. É um espaço que pode ser utilizado para apresentação de teatro, concursos literários, saraus, danças, entre outros.

#### DIRETRIZ 12: INCENTIVO À CULTURA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Para os assentamentos rurais, incentivar de diversas formas a exibição de filmes, já que o deslocamento para o distrito de Primavera é dificultoso em virtude da falta de transporte e da distância.

Já existe um projeto desenvolvido pelo Ponto de Cultura que envolve os assentamentos, mas que eles sentem dificuldade em executar devido a falta de recurso, dessa forma, a prefeitura poderia ser um parceiro que contribuiria para o desenvolvimento desse projeto.

A exibição de filmes nos assentamentos rurais é uma forma de levar cultura e informação para as famílias assentadas, especialmente as crianças e jovens. Dessa forma, poderiam ser aproveitados os “barracões” para esta finalidade, já que foram construídos e atualmente só um é utilizado, os demais estão abandonados.

Outro aspecto importante seria a implantação de um núcleo do Projeto Guri no assentamento, a princípio, poderia ser na Agrovila do setor II, já que este possui um barracão que recentemente foi reformado, e conseqüentemente é o mais adequado no momento para sediar um projeto.

Com uma sede no assentamento, as crianças e jovens não precisam se deslocar para a sede do Projeto em Primavera, e o número de vagas disponíveis para os assentados será maior. Dessa forma, os assentados não perderiam tempo com o trajeto e poderiam aplicar este tempo em outras atividades.

Também poderia haver apresentações musicais e de teatro nos barracões para levar arte, cultura e entretenimento para os assentados, ou disponibilizar ônibus para levá-los ao distrito de Primavera para participarem da programação cultural.

### DIRETRIZ 13: VALORIZAÇÃO E INCENTIVO DAS FESTAS NO ESPAÇO RURAL

Incentivar as festas dos assentamentos rurais seja aquela identificada com potencialidade turística ou não. A festa representa na maioria das vezes a reunião de uma comunidade.

Essas festas, tais como: provas de laço, festas juninas, pequenos rodeios, festas dos padroeiros representam a simplicidade do homem do campo com a incorporação de elementos de seu cotidiano e da sua produção.

Algumas delas foram diagnosticadas por mim, no ano de 2009, com potencialidade para o turismo no espaço rural, tais como: Festa de Aniversário do assentamento, a Festa da Mandioca e as festas dos padroeiros, como Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia. A festividade encontrada no assentamento Nova Pontal é a do padroeiro São Francisco de Assis.

As festas são manifestações que poderiam ser aproveitadas para aproximar ainda mais o assentado das pessoas que residem no espaço urbano e contribuir para criar um ambiente de hospitalidade entre ambos.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das entrevistas concedidas, da observação e do formulário possibilitou verificar que o patrimônio cultural e as identidades culturais podem ser uma possibilidade para o desenvolvimento da atividade turística nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana/SP.

Pode-se dizer também que as diretrizes apontam uma possibilidade para valorizar e fortalecer o patrimônio cultural e as identidades territoriais já que estas representam este território.

Por isso, a elaboração de um plano de turismo colaboraria para: fixar o homem no campo; criar eixos de desenvolvimento para infraestrutura básica, tais como, saneamento básico, transporte, saúde, educação e segurança; estimular o empreendedorismo local; fomentar a dinamização da economia.

Os atrativos e os recursos existentes demonstraram que há potencialidade para o desenvolvimento do turismo, mas como analisado é necessário verificar a sua real situação e sua condição para atrair visitante. Um diagnóstico e prognóstico de todos os recursos e atrativos são de suma importância para o turismo no presente e o turismo futuramente.

Não é de se negar os impactos decorrentes do turismo, por isso a presença do planejamento é crucial, pois assim os impactos serão minimizados, já que não se poderá garantir e se isentar de sua presença. No plano é possível identificar os prováveis impactos em decorrência do turismo.

Não existe um registro de visitante para mensurar a quantidade e a qualidade dos visitantes que chegam ao município e sua motivação. Conhecendo o perfil desse visitante é uma forma de aperfeiçoar o turismo local e trabalhar com ações pontuais que podem trazer melhorias para a atividade.

O artesanato é um ponto chave nos destinos turísticos. Os turistas procuram uma lembrança para levar como recordação do local visitado. Assim, o município perde com a ausência de artesanato. Além disso, o artesanato é uma oportunidade para a economia local e para o comércio. Uma feira de artesanato é uma possibilidade para incrementar a renda dos munícipes e valorizar a produção artesanal.

É necessário fazer um estudo para saber o que é típico do local, assim como outras localidades conseguiram construir uma territorialidade a partir da realidade

local para o artesanato, tal como exemplifica o projeto “Amorpeixe “de Corumbá/MS, o município de Rosana/SP, igualmente também pode construir a sua territorialidade a partir da produção do artesanato em sintonia com a realidade local, seja ele por meio do peixe, do barro, doces caseiros dos assentamentos, ou de outros elementos.

A questão da culinária que represente a característica cultural e geográfica do local só faz enriquecer o turismo. Como foi salientado por alguns entrevistados, o peixe é o ideal e tem mais a ver com a realidade, pois o município está localizado entre dois importantes rios, como o rio Paranapanema e o rio Paraná. São das águas desses rios que se tiram o recurso financeiro que é injetado no município, já que conta com a exploração fluvial por meio da instalação das duas usinas hidrelétricas, uma em cada rio, e daí se obtém a maior parte do recurso financeiro, além das duas usinas serem uma fonte importante de emprego.

Então, o peixe poderá representar a base da culinária local, dessa forma, a elaboração de um prato tendo o peixe como principal ingrediente, com certeza será um diferencial para o visitante. Além disso, movimentará os estabelecimentos alimentícios que se sentirá mais motivado para investir e incrementar o cardápio.

Também se faz necessário a elaboração de material de divulgação, como por exemplo, mapa turístico a ser distribuído para o visitante que chega ao município, seja na Usina ou no Museu, ou em outros lugares estratégicos, bem como nos centros urbanos do entorno para divulgar os atrativos do município.

A elaboração de um plano de marketing é indispensável para conhecer a demanda e a oferta existente. Então a elaboração de um plano de marketing contribui para divulgar o turismo no contexto local, regional e estadual.

O plano de marketing serve para identificar e aprofundar o conhecimento sobre a oferta. Entendendo que as principais características da oferta turística são: inseparabilidade e intangibilidade; qualidade de perecível baseada na capacidade fixa ou em curto prazo, e a inabilidade de estocar produtos; sazonalidade; custos fixos altos; interdependência. Sendo que os dois primeiros se aplicam a todos os negócios de serviços e os demais são impactos específicos em viagens e turismo.

Dessa forma, analisar a oferta é pautar nessas características, sobretudo nas que são específicas do turismo. O plano de marketing bem fundamentado contribuirá para enxergar alternativas para o desenvolvimento de um produto que seja pertinente a realidade local.

O turismo nos assentamentos é outra parte do turismo municipal. Há interesse por parte dos assentamentos, e estes, são lugares com beleza cênica e conta com a singularidade do modo de vida do pequeno agricultor que são também elementos diferenciais.

Dessa forma, para inserir o turismo no espaço rural é necessário inclui-lo no planejamento, tendo em vista que é um território demarcado pelo esquecimento do poder público, e notório a ausência de infraestrutura e incentivo para a cultura.

Nos assentamentos necessitam de uma atenção para a questão do acesso, já que as estradas de terra precisam de melhoria constantemente. A sinalização foi feita, mas quando houver o turismo no espaço rural será necessária também a identificação com placas de localização dos atrativos.

O patrimônio cultural como representante das identidades territoriais tem potencialidade para um provável processo de roteirização turística que integre os assentamentos rurais com os atrativos consolidados, por exemplo, a Usina e o Museu, conforme apontaram as entrevistas, a observação e o formulário.

Também se faz necessário um levantamento e a elaboração de um memorial sobre as tradições culturais do município. O patrimônio cultural dos assentamentos não foge ao cenário encontrado no município como um todo. Também requer medidas de acautelamento que garanta a sua sobrevivência e o incentivo já que representam a tradição do homem do campo, como por exemplo da Folia de Reis e a Roda de Viola.

Igualmente se faz necessário um espaço que guarde o registro da história e da cultura, já que no município não há esse lugar para que a população possa conhecer a história do município e entender suas raízes ou até mesmo ajudar a construir essa história. Para isso a construção de um centro de memória que traga fotos, depoimentos, objetos, documentos, trabalhos acadêmicos sobre a ocupação do município, o seu povoamento, sua herança cultural é um aspecto relevante.

A sensibilização da comunidade é parte importante desse processo de turistificação. Ela deve fazer parte de todo o processo como elemento indispensável para a elaboração do planejamento turístico. A comunidade deve ser comunicada, consultada e sensibilizada para o turismo.

O processo de turistificação compreende galgar a passos lentos sobre o amadurecimento e o despertar para o tipo de turismo seja uma territorialidade que valorize

o patrimônio cultural e as identidades territoriais dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana/SP. É um caminho difícil já que o turismo engloba vários setores, vários atores territoriais, e necessita de uma gama de elementos para a sua concretização.

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.34-48.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J; GEWANDSZNAJDER, Fernando (Orgs.). O planejamento de pesquisas qualitativas. 2 ed. In: **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioniera thomson Learning, 2002, p. 147-178.

ANDRADE, Manuel C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A.; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996. p. 213-220.

ARAÚJO, Frederico G. B.; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios**. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.

AVILA, Marco A. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: AVILA, Marco A. (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editora UESC, 2009. p.15-37.

BALLART HERNÁNDEZ, Joseph. El patrimônio definido. In: BALLART HERNÁNDEZ, Joseph; TRESSERRAS, Jordi Juan I. **Gestion del patrimônio cultural**. Barcelona: Editorial Ariel, 2010. p.11-25.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, Luis A; MELAZZO, Everaldo S.; SILVA, Anderson S. (Coord.). **Célula do Pontal do Paranapanema-SP**. Presidente Prudente: 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2013.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 4ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.110.

BOTELHO, Wedsley; SANTOS, Rosselvelt J. Turismo alternativo: potencialidades das festas em Uberlândia-MG, **Horizonte científico**, Uberlândia, v. 2, nº 2, 2003. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/turismo.pdf> >. Acesso em: 03 maio 2009.

BOULLÓN, Roberto C. **planejamento do espaço turístico**. 3 ed. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é folclore**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. Carta do Folclore. Salvador, 1995. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em 13 jul. 2013.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Brasília, 2000. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295). Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.040, de 7 de abril de 2004. Dispõe sobre o patrimônio cultural. [s.l], 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=690>. Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Programa Territórios da Cidadania**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dot/ln/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Projeto Inventário da Oferta Turística**. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/inventariacao\\_da\\_oferta\\_turistica.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf). Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Rural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Avaliação do programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: resumo Executivo**. Brasília, 2010b. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/00Programa\\_de\\_Regionalizacao\\_do\\_Turismo.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00Programa_de_Regionalizacao_do_Turismo.html). Acesso em 28 jan. 2013.

CAMARGO, Haroldo L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 3ed. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para sair da modernidade**. 4 ed. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**. 9. ed. São Paulo: 34, 2001.

CARNEIRO, Luciana P. M. **Proposta de implantação de dois roteiros turísticos no assentamento Nova Pontal, em Rosana, SP: análise das limitações e possíveis soluções**. 2007. 115 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: [http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img)

.php?conteudo=168 >. Acesso em: 25 abr. 2009.

CASCUDO, Luís C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Global, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2002.

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.97-111.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 147-166.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3.ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. Carta de Burra. [S.l], 1980. Disponível em: [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Burra\\_1980.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf)>. Acesso em 30 nov. 2012.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural turistificado. In: MARTINS, Clerton. (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p.31-37.

CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria L (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996. p. 251-256.

CRUZ, Patrícia M. **Restauração e agroecologia: é possível?** Estudo de viabilidade no assentamento Nova do Pontal com base na permacultura. 2008. 105 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: <[http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img.php?conteudo=258](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=258)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CRUZ, Rita de C. A. **Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de C. A. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>. Acesso em 20 jul. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, n. 6, 2005.

FERNÁNDEZ, Juan I. P. (Coord.). **El turismo rural:** estrutura econômica y configuración territorial en España. Madrid: Síntesis, 2008.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ITESP. Dados sobre os assentamentos. Presidente Prudente, 2012. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[cledianenascimento@yahoo.com.br](mailto:cledianenascimento@yahoo.com.br)> em: 12 set. 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ITESP. Dados sobre os assentamentos. Presidente Prudente, 2013. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[cledianenascimento@yahoo.com.br](mailto:cledianenascimento@yahoo.com.br)> em: 27 Jun. 2013.

GARCIA, Rafael M. S. **Moda de viola:** lirismo, circunstancia e musicalidade no canto recitativo caipira. 2011. 335f. Dissertação (Mestrado Música) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.ia.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Stricto-Musica/dissertacao\\_rafael\\_marin\\_da\\_silva\\_garcia.pdf](http://www.ia.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Stricto-Musica/dissertacao_rafael_marin_da_silva_garcia.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2013.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios:** ensaios sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.43-71.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10 ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HESPANHOL, Antonio N. **O Distrito de Rosana:** Alguns Aspectos. 1985. 82f. Monografia (apresentada ao final do curso de geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Presidente Prudente, Presidente Prudente: [s.l.], 1985.

HORTA, Maria de L. P. **Guia básico de educação patrimonial.** 4. ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do turismo.** 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.



IKEDA, Alberto T. **Folia de reis, sambas do povo**. São José dos Campos: CECP; FCCR, 2011. (Cadernos de Folclore, v.21).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Resultados da pesquisa sobre histórico do município de Rosana. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=354425&search=sao-paulo|rosana>>. Acesso em 20 jul. 2013.

IOKOI, Zilda M. G. et al (Org.). **Vozes da terra**: história de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

JOAQUIM, Graça. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 35-45.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo, ATLAS, 2000.

KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril. **Princípios de administração**: uma análise das funções administrativas. Tradução de Paulo C. Goldschmidt. São Paulo: Pioneira, 1980.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MAGALHÃES, Cláudia F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARIANI, Milton A. P; ARRUDA, Dyego O. A atuação do Sebrae na constituição de territorialidades com vistas ao desenvolvimento do turismo com base local: o caso do projeto “AmorPeixe” de Corumbá/MS. **Revista Global Tourism**. v.5, n. 1, p.1-14, mai., 2009.

MARTINS, Clerton. Identidade: percepção e contexto. In: MARTINS, Clerton. (org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003. p. 39-48.

MARTINS, Clerton. (org.). Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, Clerton. (org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p.39-50.

MIDDLETON, Victor T.C. **Marketing de turismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

MUSEU DE MEMÓRIA REGIONAL. **Plano Museológico**. Rosana: [s.l]. 2008.

MUSEU DE MEMÓRIA REGIONAL. **Caderno de Memória**: rio Paraná/CESP. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2009.

NEVES, Berenice A. C. Patrimônio cultural e identidades. In: MARTINS, Clerton. (org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003. p. 49-61.

NOGUEIRA, Gisela G. P. **A vila com anima**: uma construção simbólica. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2008. Disponível em: <[www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/.../2008-do-nogueira\\_gisela.pdf](http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/.../2008-do-nogueira_gisela.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção de proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris, 1972. Disponível em: <[unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração do México. [ S.l], 1985. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao\\_do\\_Mexico\\_1985.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao_do_Mexico_1985.pdf)>. Acesso em 20 out. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração da convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. Bruxelas, 2005. Disponível em: <<http://www.unesco.pt/pdfs/docs/convdiv.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PEREIRA, Raquel. Sacralidade, teatro e poder monárquico espanhol na Baixa Idade Média. **RJHR**. v. 9, p. 85- 108, 2012. Disponível em:<<http://www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br/arquivos9/RAQUEL-artigo.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2013.

PINTO, João P. A. **A viola caipira de Tião Carreiro**. 2008. 370f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2008. Disponível em: < [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000470547](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000470547)>. Acesso em 10 jul. 2013.

PORTUGUEZ, Anderson. Turismo rural. In: TRIGO, Luiz G. G (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 577-586.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.179 p.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p.101-116.

SANTOS, Antonio R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Clediane N. **Cultura e manifestações culturais**: um atrativo turístico no espaço rural dos assentamentos do município de Rosana/SP. 2009. 128f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: < [http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img.php?conteudo=468](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=468) >. Acesso em 20 jun. 2013.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SÃO PAULO. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico – ConDePHAAT. 2011. Disponível em: < [www.cultura.sp.gov.br](http://www.cultura.sp.gov.br) >. Acesso em 12 jul. 2013.

SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Projeto Guri. São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.projetoguri.org.br/construcao/> >. Acesso em 12 jul. 2013.

SCARPINELLA, Claudio A. **Porto Primavera**: o paradigma de análise e os processos de decisão e implantação. 1999. 186f. Tese (Doutorado em Energia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: < <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes> >. Acesso em 20 jun. 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Circuito Oeste Rios**: Iepê, Martinópolis, Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Rosana, Santo Expedito, Teodoro Sampaio. São Paulo: Sebrae, 2009.

SERRANO, Célia. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: Patrimônio, natureza e cultura. LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia. (orgs.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papius, 2007, p. 9-21.

SIRGADO, José R. Espaço turístico e desenvolvimento no Cone Leste Paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p.101-116.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.

SOUZA, Sérgio P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas:** o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/07/sergiopsouza.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/07/sergiopsouza.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2013.

THOMAZ, Rosângela C. C. Turismo rural na agricultura familiar: um cenário em potencial no Assentamento Nova do Pontal/SP. In: X ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. *Identidade Cultural e desenvolvimento local: anais*. João Pessoa: UFPB, 2007, 1 CD ROM.

THOMAZ, Rosângela C. C. A revalorização e difusão do patrimônio cultural como meio desenvolvimento do turismo rural e cultural: estudo de caso da rede galega do patrimônio arqueológico. **Tópos**. v. 4, n. 2, p. 33 - 59, Dez, 2010. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2254>>. Acesso em 20 jun 2013.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José R. Intercâmbio Brasil – Portugal na área da cultura popular. In: TINHORÃO, José Ramos. **Cultura popular:** temas e questões. São Paulo: Ed. 34, 2001. p.27-48.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo8: Atlas, 2009.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TUAN, Yi – Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro:** por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Tradução Daniel Grassi. São Paulo: Bookman, 2005.

## APÊNDICE A – MODELO DE ENTREVISTA - PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA

I- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Função/Cargo:

1- Descreva o Programa Território da Cidadania:

-data que foi instalado

-por que selecionado o Pontal do Paranapanema

2- Quais as principais ações desenvolvidas pela Câmara Territorial Educação e Cultura?

3- Qual a importância deste Programa para o desenvolvimento territorial do Pontal?

4- Qual a relação deste programa com o Ministério da Cultura para a construção de políticas públicas culturais nos assentamentos?

5- Quais ações vêm ocorrendo no Programa que contemplam cultura?

6- É possível desenvolver o turismo no espaço rural sendo a cultura um atrativo, desses assentamentos e tendo este Programa como o mediador ou fomentador? Por que?

7- Quais as potencialidades ou fragilidades deste Território como campo de possibilidade para o desenvolvimento do turismo no espaço rural? Dê Exemplos.

8- Quais atividades poderiam integrar o turismo neste território, especialmente nos assentamentos?

## APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA - DIVISÃO MUNICIPAL DE TURISMO, EVENTOS E CULTURA

### II- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Função/Cargo: \_\_\_\_\_

1. Como funciona o Turismo no município? Como é a gestão? Há Plano municipal de Turismo? Há um Conselho municipal de Turismo?
2. Quais os principais atrativos turísticos existentes?
3. Quais as ações que fomentam a atividade turística? Cite as principais, exemplo: artesanato, festas, teatro, cinema? Há um vínculo com a secretaria estadual e federal? Há algum vínculo com os Territórios da Cidadania?
4. Há um controle de visitante no município?
5. O município possui algum título turístico, qual?
6. Sobre o Circuito Oeste Rios, o município integra esse projeto? E qual outro o município participa (roteiro, projeto turístico, programa? Qual?
7. Como é a participação no Programa Federal Território da Cidadania? Quais ações deste programa beneficiam o turismo e a cultura local?
8. Há participação do município com o Projeto Arca das Letras?
9. Quais as manifestações culturais com potencialidade turística no município? E quais são dos assentamentos? Há atrativos culturais municipais? Quais?
10. Fale sobre o desenvolvimento do turismo no assentamento.
11. Qual a sua opinião, caso houvesse um roteiro que integrasse a Usina, o Museu com os assentamentos rurais? Por que?
12. É possível “turistificar” Rosana e os assentamentos? O que falta para isso? Potencialidades e dificuldades.
13. É possível ter este Programa como mediador para o desenvolvimento do turismo no espaço rural com a valorização da cultura dos assentados?
14. - Quais projetos culturais e turísticos previstas por esta gestão para o turismo nos assentamentos?
15. -Quais as principais dificuldades e ou facilidades de se trabalhar o turismo em assentamento?
16. - Qual o diferencial desse assentamento para os demais assentamentos do Pontal, que o tornaria um atrativo turístico?
17. - O que se destaca na paisagem desse assentamento no qual o (a) senhor (a) indica como identidade do local?

## APÊNDICE C – MODELO DE ENTREVISTA SOBRE CIRCUITO OESTE RIOS – SEBRAE PRESIDENTE PRUDENTE

### III- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Função/Cargo:

1. Conte sobre o Circuito Oeste Rios. Quando, como surgiu? Quantos municípios fazem parte? Como foi o processo de adesão?
2. Como é feita a atribuição de responsabilidades? O que é responsabilidade dos municípios e qual é a do Sebrae?
3. Porque foi criado o Circuito no Oeste Paulista? Quais critérios que justificou essa escolha logo que a região do Pontal do Paranapanema não é turistificada?
4. Como chegar ao desenvolvimento das localidades por meio desse Circuito?
5. Quais os municípios que tiveram um aumento de numero de visitas ou até mesmo na questão econômica após a adesão ao Circuito?
6. A algum artesanato característico da região como produto do Circuito Oeste Rios?
7. E na culinária, há algum prato característico?
8. Há proposta para se trabalhar com o turismo em assentamentos nesse Circuito?
9. Como esse Circuito pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nos assentamentos?

**APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA - PROJETO GURI**

## I- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Função/Cargo:

- 1- Conte sobre o Projeto Guri. Quando foi criado e instalado no município? Por quê
- 2- Quais as ações deste Projeto? Quais dessas ações consegue envolver os assentamentos do município? Por que?
  - como funciona
  - quantidade de participantes
  - como ocorre o deslocamento
  - dificuldade
  - superações
  - parceria com a Prefeitura
- 3- O Projeto Guri faz parte do calendário de eventos do município? Ou tem seu próprio calendário? Como participa? Faz apresentação? Gostaria de fazer parte do calendário? Por que?
- 4- Qual a contribuição deste Projeto para a cultura local?
- 5- Há relação entre as ações do Projeto Guri com o Programa Território da Cidadania?
- 6- O que a senhora acha do turismo municipal?
- 7- Qual a contribuição deste projeto para o turismo no município e nos assentamentos? Quais potencialidades e fragilidades desse projeto para o turismo?
- 8- Qual a sua opinião, caso houvesse um roteiro turístico que integrasse os assentamentos rurais? E como o projeto Guri poderia fazer parte disso?
- 9- Em sua opinião, o que se destaca no município ou do assentamento no qual poderia ser um indicativo da identidade local?



## APÊNDICE E – MODELO DE ENTREVISTA – MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: RODA DE VIOLA E FOLIA DE REIS

### I- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Função/Cargo: \_\_\_\_\_

### II – Informações sobre a Manifestação Cultural

1. Nome da Festividade
2. Conte sobre o surgimento.  
- Data e local de realização
3. Desde o início do grupo (desta festividade) quais as dificuldades enfrentadas? E como fizeram para superá-las?
4. Há algum livro que registrou ou registre quantas pessoas já passaram por aqui para visitar a festividade?
5. A gestão pública municipal prefeitura ou alguma associação tem incentivado, colaborado e participado desta festividade?
6. De 2009 à 2013 o que mudou em questão da participação da prefeitura para com a grupo? E com relação a cultura e o turismo nos assentamentos?
7. O grupo foi inserido no calendário festivo do município?
8. Houve ou há venda de pacote turístico, no qual o grupo faz parte?
9. Há algum projeto cultural ou turístico no qual o grupo participa?
10. O (a) senhor (a) como responsável por esta festividade percebe alguma mudança na questão do incentivo e desenvolvimento da cultura do assentamento?
11. Qual o diferencial desse assentamento para os demais assentamentos do Pontal do Paranapanema que o tornaria um atrativo turístico?
12. Em sua opinião, o que se destaca na paisagem deste assentamento no qual poderia ser um indicativo da identidade local e lhe traz o sentimento de pertencimento?
13. O senhor (a) acha que o grupo deveria ser um atrativo? Por quê?

**APÊNDICE F – MODELO DE ENTREVISTA - MUSEU DE MEMÓRIA REGIONAL**

I- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Função/Cargo:

- 1- Conte um pouco sobre o Museu.
- 2- O que a senhora acha do turismo municipal?
- 3- O que a senhora acha da sinalização?
- 4- Qual a sua opinião, caso houvesse um roteiro que integrasse o Museu e os assentamentos rurais?
- 5- Qual dos assentamentos a senhora indicaria?
- 6- Qual deles tem potencialidade para o turismo?
- 7- Quais atividades poderiam integrar o turismo local, especialmente nos assentamentos?
- 8- Em sua opinião, o que se destaca na paisagem deste assentamento no qual poderia ser um indicativo da identidade local e lhe traz o sentimento de pertencimento?

## APÊNDICE G – MODELO DE ENTREVISTA – USINA HIDRELETRICA ENG. SÉRGIO MOTTA

I- Dados do entrevistado

Nome completo: \_\_\_\_\_



Local: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Função/Cargo: \_\_\_\_\_

- 1- Conte sobre a criação da Usina.
- 2- Como se foi esse processo de visitação? A partir de quando iniciou as visitas? Por que?
- 3- Como é a gestão? Qual o fluxo e origem dos visitantes? Como isso é controlado? Há relatórios que contemplem essas informações?
- 4- Os visitantes demonstram interesse em conhecer outros atrativos do município?
- 5- Demonstram interesse em levar alguma lembrança (artesanato, cartão postal, etc.) do local?
- 6- A visitação na Usina e no Horto faz parte de algum roteiro turístico regional, estadual ou federal?
- 7- Qual sua opinião sobre o turismo local? Potencialidades e fragilidades? Como o senhor percebe a gestão municipal para o turismo?
- 8- E a cultura, ela pode ser um atrativo para o turismo local?
- 9- Qual a sua opinião, caso houvesse um roteiro que integrasse a Usina, o Museu com os assentamentos rurais? Por que?
- 10- Qual sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo no espaço rural, especialmente nos assentamentos local?
- 11- O senhor conhece os assentamentos? Qual deles tem potencialidade para o turismo?
- 12- Quais (outras) atividades poderiam integrar o turismo local, especialmente nos assentamentos?
- 13- Em sua opinião, o que se destaca na paisagem deste assentamento no qual poderia ser um indicativo da identidade local?

## ANEXO A- FORMULÁRIO DE INVENTÁRIO DOS ATRATIVOS CULTURAIS

	<b>MINISTÉRIO DO TURISMO</b> Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização <b>PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b>	<b>FORMULÁRIO: 16</b> <b>CATEGORIA C2:</b> <b>ATRATIVOS CULTURAIS</b>	 Página 1 de 9
	<b>CABEÇALHO</b>		
<b>UF</b>	<b>REGIÃO TURÍSTICA</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>			
<b>DISTRITO</b>			
<b>TIPO</b>		<b>SUBTIPO</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
<b>1 - DESCRIÇÕES DO ATRATIVO</b>			
1.1 NOME OFICIAL:			
1.2 NOME POPULAR:			
1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA:			
1.4 CNPJ:			
1.5 TELEFONE/FAX:			
1.6 SITE:			
1.7 E-MAIL:			
<b>2 - LOCALIZAÇÃO</b>			
2.1 ENDEREÇO:			
2.2 PONTO DE REFERÊNCIA:			
2.3 LOCALIZAÇÃO:			
2.3.1 URBANA	2.3.2 RURURBANA	2.3.3 RURAL	

Fonte: BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/08inventariacao\\_oferta.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/08inventariacao_oferta.html)>. Acesso em 28 Abr. 2011.



MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 2 de 9

3 - LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO ATRATIVO					
3.1 NOME DA LOCALIDADE:					
3.2 DISTÂNCIA DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA (Km):					
3.3 DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MUNICÍPIO (Km):					
4 - PERÍODO HISTÓRICO – BENS MATERIAIS					
4.1 PERÍODO HISTÓRICO DO ATRATIVO:					
4.2 UTILIZAÇÃO ORIGINAL DO ATRATIVO:					
4.3 UTILIZAÇÃO ATUAL DO ATRATIVO:					
ACESSO/MICROACESSIBILIDADE					
5 - SINALIZAÇÃO					
	BEM SINALIZADO	MAL SINALIZADO	NÃO SINALIZADO	ADAPTADO	NÃO ADAPTADO
5.1 SINALIZAÇÃO GERAL					
5.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA					
6 - MEIOS DE ACESSO	BOM	REGULAR	RUIM		
6.1 VIA TERRESTRE					
6.2 HIDROVIA MARÍTIMA					
6.3 HIDROVIA FLUVIAL/LACUSTRE					
6.4 FERROVIA					
6.5 AÉREO					
6.6 A PÉ					
6.7 CICLOVIA					
6.8 OUTROS (especificar)					



MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 3 de 9

7 - VIA TERRESTRE						
	TOTALMENTE PAVIMENTADA		NÃO-PAVIMENTADA		PARCIALMENTE PAVIMENTADA	
	7.1 URBANA					
7.2 RURAL						
7.3 PAVIMENTAÇÃO	ASFÁLTICA	CONCRETO	PARALELEPÍPEDO	SAIBRO	ASFALTO ECOLÓGICO	CHÃO BATIDO

8 - ACESSO MAIS UTILIZADO
8.1 ACESSO MAIS UTILIZADO:
8.2 ADAPTADO (especificar)?
8.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO:
8.3.1 – MUITO UTILIZADO                      8.3.2 – REGULAR                      8.3.3 – POUCO UTILIZADO
8.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ?
8.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ?
8.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA:
8.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO:



MINISTÉRIO DO TURISMO  
 Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
 Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
 Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
 CATEGORIA C2:  
 ATRATIVOS CULTURAIS



Página 4 de 9

### 9 - TRANSPORTES PARA O ATRATIVO

#### 9.1 TIPO DE TRANSPORTE I:

##### 9.1.1 FREQUÊNCIA:

##### 9.1.2 QUALIDADE

9.1.2.1 BOM

9.1.2.2 REGULAR

9.1.2.3 RUIM

##### 9.1.3 ADAPTADO (especificar)?

#### 9.2 TIPO DE TRANSPORTE II:

##### 9.2.1 FREQUÊNCIA:

##### 9.2.2 QUALIDADE

9.2.2.1 BOM

9.2.2.2 REGULAR

9.2.2.3 RUIM

##### 9.2.3 ADAPTADO (especificar)?

#### 9.3 TIPO DE TRANSPORTE III:

##### 9.3.1 FREQUÊNCIA:

##### 9.3.2 QUALIDADE

9.3.2.1 BOM

9.3.2.2 REGULAR

9.3.2.3 RUIM

##### 9.3.3 ADAPTADO (especificar)?

#### 9.4 OUTRAS INFORMAÇÕES:



MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 5 de 9

### PROTEÇÃO

#### 10 - LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO

	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
10.1 LEI			
10.2 DECRETO			
10.3 NORMA DE RESTRIÇÃO			
10.4 TOMBAMENTO			
10.5 IPAC (Inventário de Proteção do Acervo Cultural)			

#### 11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO

CLASSE	MUITO BOM	BOM	REGULAR	RUIM	DETERIORADO
11.1 GERAL					
11.2 ELEMENTOS SECUNDÁRIOS					
11.3 COBERTURA					
11.4 INTERIOR					
11.5 CONDIÇÃO HIGIÊNICA					
11.6 ESTRUTURA					

OBS:

### FACILIDADES

#### 12 - ENTRADA DO ATRATIVO

12.1 CENTRO DE RECEPÇÃO	12.2 POSTO DE INFORMAÇÕES	12.3 PORTARIA PRINCIPAL
12.4 GUARITA	12.5 OUTROS:	12.5.1 ADAPTADO
		12.5.2 NÃO ADAPTADO
		12.5.3 PARCIALMENTE ADAPTADO





MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 6 de 9

13 - VISITAÇÃO							
13.1 ÉPOCA	DE:			A:			
13.2 DIAS	SEG	TER	QUA	QUIN	SEX	SAB	DOM
13.3 HORÁRIO	DE:			A:			
13.4 VISITA	GUIADA		NÃO-GUIADA		AUTOGUIADA		
13.5 DURAÇÃO MÉDIA DA VISITA:							
13.6 GUIA DE VISITAÇÃO	PAGA		GRATUITA		INEXISTENTE		
13.7 IDIOMAS DA GUIA:							
13.8 ENTRADA	FRANCA		PAGA		VALOR (R\$)		
13.9 É NECESSÁRIO TER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O ACESSO? DE QUE TIPO?							
13.10 HÁ LIMITE QUANTO AO NÚMERO DE VISITANTES? QUAL?							



MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 7 de 9

14 - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO					
14.1 INFORMAÇÕES AO VISITANTE		INFORMAÇÕES EM BRAILLE		OUTRAS LÍNGUAS:	
14.2 INSTRUÇÕES DE ECOLOGIA/ECOTUR.		INFORMAÇÕES EM BRAILLE		OUTRAS LÍNGUAS:	
14.3 SINALIZAÇÃO		ADAPTADA	NÃO ADAPTADA	PARCIALM. ADAPT.	
14.4 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		ADAPTADA	NÃO ADAPTADA	PARCIALM. ADAPT.	
14.5 LAZER E ENTRETENIMENTO		ADAPTADO	NÃO ADAPTADO	PARCIALM. ADAPT.	
14.6 LOCAIS PARA ALIMENTAÇÃO		ADAPTADO	NÃO ADAPTADO	PARCIALM. ADAPT.	
14.7 HOSPEDAGEM		ADAPTADA	NÃO ADAPTADA	PARCIALM. ADAPT.	
14.8 GUIA DE TURISMO/MONITOR		PAGO	GRATUITO	INEXISTENTE	
14.9 LIMPEZA			14.10 COLETA SELETIVA		
14.11 CONDUTOR CAPACITADO PARA RECEBER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			14.12 ATIVIDADES COMERCIAIS		
15 – ATIVIDADES REALIZADAS NO ATRATIVO CULTURAL					
15.1 – QUE ATIVIDADES SÃO REALIZADAS NO ATRATIVO?					
15.2 – NO QUE SE REFERE À UTILIZAÇÃO POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, QUAIS AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DOS ATRATIVOS?					



MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 8 de 9

## INFORMAÇÕES GERAIS

### 16 - ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS

16.1 – INTEGRA ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS?

16.2 - QUAIS?

16.3 – QUEM COMERCIALIZA?

### 17 - ORIGEM DOS VISITANTES

17.1 ORIGEM DA MAIOR PARTE DOS VISITANTES

17.1.1 MUNICIPAL

17.1.2 ENTORNO  
REGIONAL

17.1.3 NACIONAL

17.1.4 INTERNACIONAL

17.2 PRINCIPAIS:

17.3 CITAR ORIGEM DOS TURISTAS INTERNACIONAIS QUE VISITAM A LOCALIDADE:

17.4 ÉPOCA DO MAIOR FLUXO DE VISITAÇÃO:

17.5 ÉPOCA DO MENOR FLUXO DE VISITAÇÃO:

17.6 NÚMERO ANUAL DE VISITANTES:

## DESCRIÇÃO

### 18 - DESCRIÇÃO DO ATRATIVO

### 19 - OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



MINISTÉRIO DO TURISMO  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
Coordenação Geral de Regionalização  
**PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA**

FORMULÁRIO: 16  
CATEGORIA C2:  
ATRATIVOS CULTURAIS



Página 9 de 9

#### 20 - REFERÊNCIAS / DOCUMENTOS CONSULTADOS

--

#### EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENADOR (A):

INSTITUIÇÃO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

PROFESSOR (A)S/AS):

INSTITUIÇÃO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

INTERLOCUTOR DO MUNICÍPIO:

ÓRGÃO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

INSTITUIÇÃO:

FONE/FAX:

E-MAIL: